

www.etm.com.br

R\$ 6,00

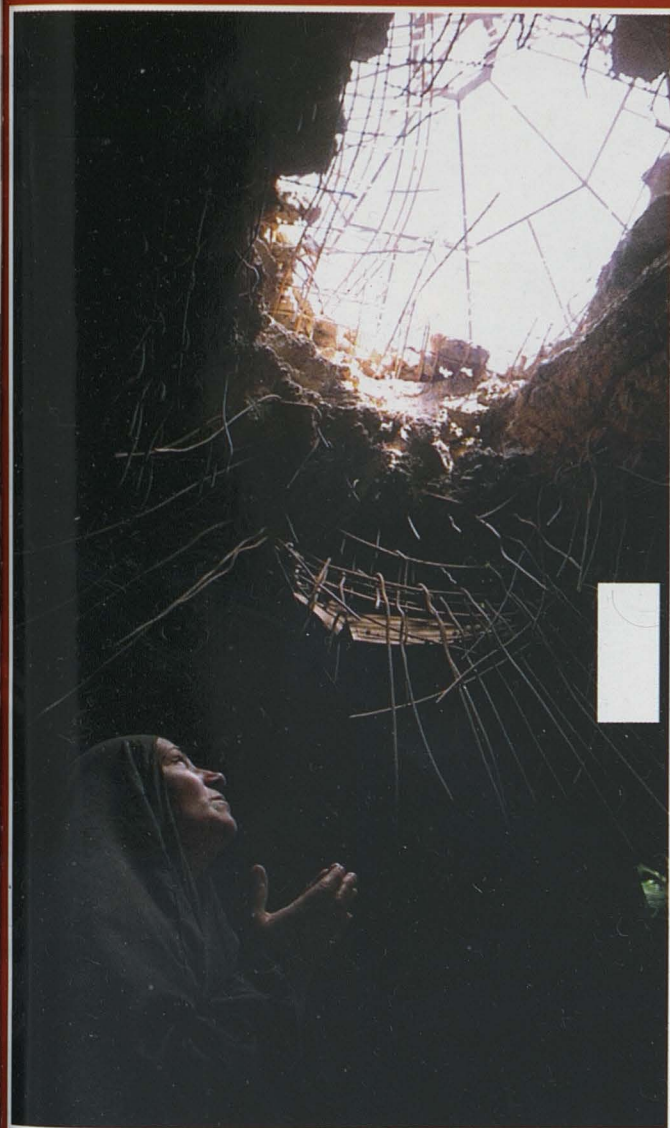
ISSN 0101-7993

229



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO



IRAQUE

As bombas de Bush

**CTNBio é ilegal,
denuncia deputado
Adão Pretto**

**Stédile contesta
números da
reforma agrária**

ALMANAQUE BRASIL

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.

500 anos de História, Política, Economia, Cultura e Tecnologia, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Saúde, Qualidade de Vida, População, Dados sobre Violência.

O **Almanaque Brasil** lhe dá ainda um completo panorama de cada unidade da Federação. Você se informará também através de textos selecionados de especialistas sobre assuntos brasileiros.



*Preço de capa R\$29,50

Faça seu pedido pela Internet ou pelo fax:

Fax: (0xx21) 252-8455 e-mail: etm@etm.com.br www.etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 / 510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Um mau começo

Os ataques aéreos ordenados pessoalmente por George W. Bush contra sistemas de radar do Iraque, em meados de fevereiro, podem ter sido um péssimo cartão de visita da nova administração no cenário internacional. Tendo por objetivo os sistemas de defesa iraquianos situados nos arredores de Bagdá, os bombardeios foram descritos por Bush como "procedimentos de rotina", mas, na verdade, constituíram as primeiras agressões sofridas pelo Iraque desde dezembro de 1998, pouco antes do pedido de impedimento do presidente Bill Clinton por causa do escândalo Mônica Lewinsky. Além disso, os ataques aéreos ocorreram em uma conjuntura muito especial para o Oriente Médio.

Por um lado, aumentam as apreensões em relação aos desdobramentos da eleição do "falcão" do Likud, Ariel Sharon, responsável pela agressão ao Líbano e os massacres de Shabra e Chatila, para o governo de Israel. Por outro, o mundo árabe está cada vez mais decidido a pôr um fim às sanções econômicas contra o Iraque, consideradas ineficazes do ponto de vista político, injustificáveis sob o ponto de vista do direito internacional e condenáveis pelos enormes sofrimentos a que está submetida a população civil do país, sem um nível adequado de alimentos nem de medicamentos, há uma década.

Aliás, no recente giro pela região, o secretário de Estado norte-americano, general Colin Powell, que dirigiu as operações militares contra Bagdá durante a Guerra do Golfo, ouviu dos dirigentes árabes que, na próxima conferência de cúpula de Amman, irão procurar dar um fim ao embargo contra Saddam Hussein.

É sobre essa complexa realidade do Oriente Médio, e do Iraque em particular, que trata a matéria de capa desta edição. Esperamos estar contribuindo, com a informação nela contida, para que o povo brasileiro compreenda melhor o significado das recentes agressões norte-americanas e cobre do governo FHC uma diplomacia mais atuante no caso de Bagdá.

Entre os destaques deste número, citamos ainda a esclarecedora matéria do dirigente do MST, João Pedro Stédile, a respeito dos números divulgados pelo governo sobre os rumos da reforma agrária e os assentamentos de famílias em áreas rurais; uma incisiva entrevista do deputado federal Adão Pretto sobre as irregularidades na criação da CTNBio, a comissão encarregada de dar pareceres técnicos no caso dos produtos transgênicos, e a visão do empresário Benedicto Fonseca Moreira, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros sobre a crise desencadeada pelas retaliações do Canadá contra o Brasil.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 229 - Fev / Mar 2001

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

DEPTO DE ASSINATURAS:
Tel.: (0XX 21) 221-7511
Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito
NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque.

Solicitar envio ao **Departamento de Assinaturas**, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE:
São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
CEP 05374-000 - Tel./Fax: (011) 810-4541/5828
Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.
Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG
CEP 30170-110 - Tel.: (0XX31) 335-9628

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL:
Fernando Chinaglia - Tel.: (021) 575-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay; tel: 901-5459

FOTOS: José Barros de Amarante (Brasília)
Agence France Presse (AFP) e Centro de Documentação (Cedoc).

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina) e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO:
Cadernos do Terceiro Mundo (Política Internacional); **Revista do Mercosul** (Informação do Bloco Econômico); **Ecologia e Desenvolvimento** (Questões ambientais); **Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo** (Obras de referência)

Filiada à **ANER**

Sumário

Fev / Março 2001 • Nº 229 • Ano XXVI



Fotos: AFP

4 CARTAS

6 PLANALTO

9 FRASES

10 PANORAMA NACIONAL

BRASIL/TERRA

14 Os enganos da reforma neoliberal no campo

Estudos realizados por organismos governamentais e universidades revelam o empobrecimento da agricultura brasileira

ENTREVISTA

22 A CTNBio não existe e seus atos são ilegais

Congressistas mobilizam Ministério Público para anular atos da comissão encarregada de analisar produtos transgênicos

BRASIL/UNIVERSIDADE

26 UNE faz semana de artes

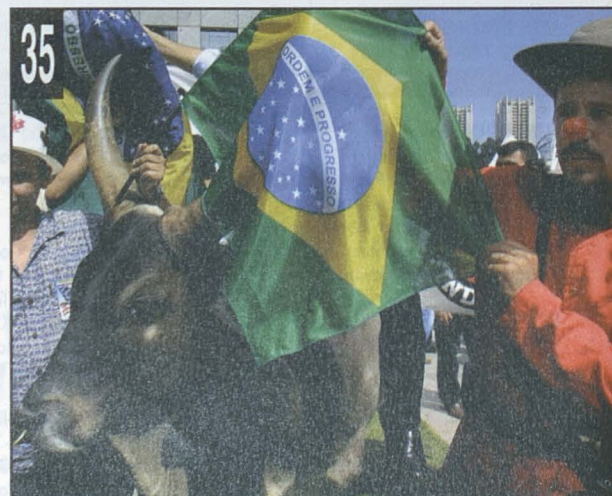
A 2ª Bienal da UNE reúne oito mil estudantes no Rio

RIO/VIDA URBANA

28 A volta da Fiorentina

O famoso restaurante do Leme reabre depois de oito anos para escrever novo capítulo da vida cultural carioca

32 LIVROS





Iraque de novo sob bombas 52

Conteúdo

O presidente norte-americano cercou-se de uma equipe composta de ex-combatentes da Guerra do Golfo e escalou Saddam Hussein para alvo de seus primeiros atos imperiais, cometidos à revelia da ONU, da Otan, dos países árabes e da opinião pública e diplomática mundial

54 Saddam, a fixação familiar dos Bush

58 Na Câmara, a condenação às bombas contra o Iraque

59 Conceitos de revolução e de unidade árabe

61 Dez anos de embargo

64 À margem da ONU

BRASIL/CIÊNCIA E TECNOLOGIA

34 Por que podemos ter orgulho do software brasileiro?

Nosso mercado é, talvez, um dos mais promissores do mundo, mas medidas devem ser adotadas com urgência, como a redução das compras corporativas lá fora

ECONOMIA/BRASIL-CANADÁ

35 Amadorismo no comércio exterior

O presidente da AEB, Benedicto Fonseca Moreira, acha uma ingenuidade imaginar que sem o Brasil a Alca não existe, já que os norte-americanos têm poder para implantá-la a qualquer momento

38 PANORAMA ECONÔMICO

44 PANORAMA INTERNACIONAL

50 GENTE



Solidariedade

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado do Paraná viveram nos últimos anos uma onda de repressão e violência sem precedentes: espancamentos, torturas, seqüestros, ameaças, despejos, prisões e assassinatos. Os números dos últimos anos são muito claros: 16 assassinatos de trabalhadores rurais, 31 tentativas de assassinato, sete torturados, 323 feridos e 470 presos, em 130 ações de despejo.

Durante muitos dos momentos mais difíceis de nossa luta, entre a dor e o terror continuado, sentimos a solidariedade e o apoio de muitos amigos e amigas, representantes de entidades de direitos humanos ou pessoas comuns, do Brasil e dos lugares mais diversos do nosso planeta.

Aprendemos o valor dessa "mundialização da solidariedade". Sentimos a importância da pressão nacional e internacional.

Fizemos com que a sociedade tomasse conhecimento dos métodos truculentos e repressores do atual governador Jaime Lerner.

O resultado mais concreto dessa pressão é o atual compromisso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Paraná, mediado pela Ouvidoria Agrária Federal, que prevê o assentamento de todas as famílias despejadas em 2000 e a aceleração do processo de Reforma Agrária.

A hora agora é de planejar e acumular forças, pois estamos certos de que a estratégia de extermínio do movimento popular do campo não foi cancelada. A elite brasileira continua com seu objetivo estratégico de implantar na agricultura brasileira o modelo de desenvolvimento neoliberal excludente, baseado na concentração da propriedade da terra, na monocultura de exportação e na repressão a qualquer iniciativa de resistência popular.

Nesse projeto não há lugar para os pobres do campo!

Por isso, entre as atividades planejadas para os próximos três meses, está o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da política governamental de violação dos direitos humanos no Paraná,

que será realizado em Curitiba no próximo dia 2 de maio, sob a presidência do Dr. Hélio Bicudo e acusação de Eugênio Raul Zaffaroni.

Como jurados estarão o Nobel da Paz Pérez Esquivel, o filósofo alemão Friedrich Müller e juristas como Koen Defeyter (Bélgica), Salet Maccalóz e Rui Portanova (Brasil).

Às vésperas do Tribunal, no dia 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, faremos a inauguração do Memorial dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - um monumento de dez metros de altura, desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O monumento será erguido no Km 108 da BR-277, onde a Polícia Militar do Paraná assassinou o sem-terra Antônio Tavares e deixou mais de 200 feridos, no dia 2 de maio de 2000.

Como vocês podem se dar conta, trata-se de atividades extremamente importantes, com o objetivo de responsabilizar o governo pela violação dos direitos humanos e preservar a memória destes fatos, para que "nossos meninos saibam quanto nos custou a liberdade".

Entretanto, não podemos realizar esses eventos sem o seu apoio: vamos fazer deste mais um momento de comunhão. O monumento branco de Niemeyer deve ser o símbolo do mundo que nós queremos: da partilha, do compromisso mútuo, da alegria e da paz que nós queremos.

Por isso, pedimos o apoio dos leitores para essa campanha, que pretende arrecadar recursos financeiros para a construção do monumento e para a realização do Tribunal do Paraná. Qualquer pessoa, qualquer quantia, qualquer ajuda: a partir do Paraná, vamos fazer brilhar a luz da justiça e da Reforma Agrária.

Mais informações e contatos:

- cptpr@softone.com.br elou

- cca@bbs2.sul.com.br

Jelson Oliveira
Comissão Pastoral da Terra do Paraná
Roberto Baggio
Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra

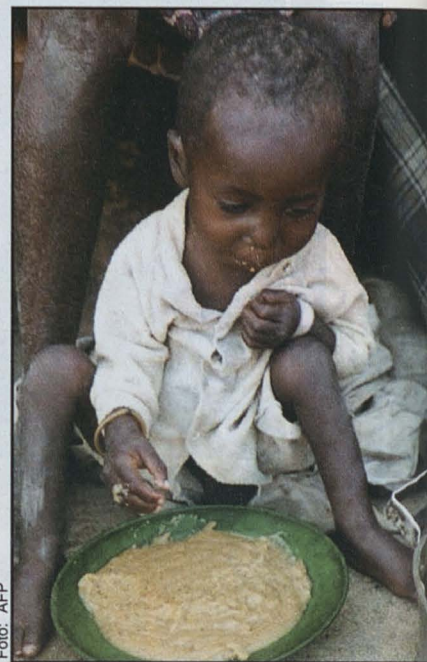


Foto: AFP

Aumenta a exigência do cancelamento da dívida da África, paga com a fome do povo

Banco Mundial e FMI

Li e não me agüentei. Vejam a afronta do Banco Mundial/FMI: não podem cancelar a dívida dos países pobres da África, porque faltaria dinheiro para os países em desenvolvimento. Esse é o papel dos pobres: viabilizar os mais ricos. E, por último, afirmam que o interesse maior do Banco/FMI são os interesses de seus acionistas.

Para completar, basta lembrar - já saiu no ano passado nos jornais - que nos últimos dez anos (1990-2000), justo na era neoliberal, o Banco Mundial emprestou ao Brasil 10 bilhões de dólares, mas levou daqui, em pagamento, 14 bilhões de dólares. Como se vê, todos os empréstimos eram para nos ajudar, claro...

Aliás, acabo de receber **cadernos do terceiro mundo**, edição 228. Muito bonita e completa, sobre o Fórum Social Mundial. Foi a melhor reportagem que vi. Cumprimentos a toda a equipe.

João Pedro Stédile
São Paulo - SP

Brasil e Canadá

Já estamos acostumados a todos os dias ouvir falar no desentendimento entre o Brasil e o Canadá, sejam eles políticos (Alca, Mercosul e Nafta), sejam comerciais (Embraer x Bombardier e o embargo à carne brasileira).

Ouvimos entrevistas de economistas dizendo que o Chile está certo em antecipar a Alca e o Brasil perderia muito se não concordasse; outros dizem que o Brasil está certo. Sejam francos, o Brasil está aprendendo a ter uma cultura sólida, com os pés no chão, pois verificamos que nem o interesse dos EUA em antecipar a Alca nem as retaliações vindas do Canadá intimidaram o governo ou a população brasileira. Com certeza, o país está no rumo certo e todos nós temos que dar o possível, para que o país saia vitorioso dessa "batalha".

Weslen Vieira da Silva
Presidente da Federação Nacional
dos Estudantes de Ciências Contábeis
Maringá - PR

Sigilo

O Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul repudia de maneira veemente o comportamento autoritário dos delegados Marcelo Moreira da Silva e Gabriel Monteiro, que tentaram coagir os jornalistas Nilson Mariano e Altair Nobre.

A direção do Sindicato identifica, no comportamento desses policiais, perigosos sintomas antidemocráticos incompatíveis com o Estado de Direito que vivemos hoje.

A tentativa de obrigar o repórter Nilson Mariano a revelar a fonte da denúncia que envolve o novo corregedor da polícia, Pedro Urdangarin, contraria um preceito constitucional, assim como o Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas.

Celso Augusto Schröder
Presidente do Sindicato dos Jornalistas
Porto Alegre - RS

Consulta

Pela primeira vez, visitei o maravilhoso site da Editora Terceiro Milênio e não poderia deixar de elogiar o digníssimo trabalho que vocês desenvolvem. Irá me auxiliar muito nos estudos para o vestibular.

Mayara Noronha
Por correio eletrônico



Privatização

Gostaria de cumprimentar esta publicação pela linha editorial e pelo excelente conteúdo de suas matérias. Por favor, comunique aos repórteres e articulistas da minha satisfação em perceber que no Brasil há revistas como *cadernos do terceiro mundo*, que cumprem um papel de grande importância na defesa da dignidade e justiça para o povo brasileiro. É importante para nossa atividade continuar recebendo essa conceituada publicação.

Finalmente, venho informar que tomei a liberdade de utilizar matéria desta revista (nº 227), para fazer pronunciamento sobre "O fiasco das privatizações". Por favor, transmita ao repórter Álvaro Queiroz, autor da reportagem, meus cumprimentos pelo trabalho realizado.

Deputado Walter Pinheiro PT-BA
Câmara dos Deputados - Brasília

NOTA DA REDAÇÃO:

Reproduzimos, na página 8, o pronunciamento do deputado Walter Pinheiro sobre a questão das privatizações.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para
(0 XX 21) 221-75 11
ou envie um fax:
(0 XX 21) 252-8455
Ou pela Internet:
etm@etm.com.br

O preço promocional da assinatura
é de **R\$ 60,00 à vista**,
POR TEMPO LIMITADO

O pagamento da assinatura pode ser feito
por cheque nominal, cartão de crédito ou
boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição
de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer
a assinatura, o endereço, o número de
cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão
vendidos ao preço de capa da última edição,
acrescido de 30% desse valor para cobrir
despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: **(0 XX 21) 221-7511**

Para anunciar:

Ligue **(0 XX 21) 221 - 7511** e contate
o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue **(0 XX 21) 221-75 11** e contate o
Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

http://www.etm.com.br
E-mail: etm@etm.com.br

Congresso elege nova mesa

As duas casas do Congresso Nacional já têm novo presidente. Numa das mais acirradas disputas já acontecidas em sua história, foram eleitos Jäder Barbalho (PMDB-PA) para a presidência do Senado e Aécio Neves (PSDB-MG), para a presidência da Câmara. Candidatos da preferência do Palácio do Planalto, os novos dirigentes do Congresso foram eleitos na quarta-feira, 14 de fevereiro, véspera da abertura da 52ª legislatura. Barbalho, que disputou com os senadores Jefferson Peres (PDT-AM) e Arlindo Porto (PTB-MG), teve 41 votos e Aécio, cujo mais forte adversário era o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), conquistou 285.

As semanas que antecederam as eleições transformaram a Câmara dos Deputados num tapete de cartazes, bandeiras e faixas de candidatos não apenas à presidência como aos demais cargos da mesa. Não faltaram tam-



Jäder Barbalho (PMDB-PA, à dir.) e Aécio Neves (PSDB-MG, à esq.) foram eleitos para a presidência do Senado e da Câmara, respectivamente. Eram os candidatos da preferência do Palácio do Planalto



bém denúncias. No Senado, o ex-presidente, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), fez dezenas de acusações de envolvimento de corrupção contra seu desafeto e agora presidente da casa, Jäder Barbalho e, na Câmara, quatro dias antes das eleições, a revista *Veja* publicou grava-

ções de uma conversa telefônica entre deputados que estariam vendendo seus mandatos para o PMDB. No caso, o acusado é o líder do partido na Câmara, Geddel Vieira (BA), também desafeto político de ACM, que perdeu parte de seu poder político, a partir das vitórias de Barba-

lho e Aécio. Os dois vão dirigir o Congresso até fevereiro de 2003.

As denúncias sobre compra de mandato levaram os deputados e senadores a reivindicar a votação imediata da reforma política, que vem sendo discutida há mais de seis anos. ■

Novos líderes

Na semana seguinte às eleições no Congresso, os principais partidos da Câmara elegeram seus líderes, com mandato de um ano. Três desses líderes são baianos e inimigos políticos de ACM. São eles, Geddel Vieira (PMDB), Jutahy Magalhães Filho (PSDB) e Walter Pinheiro (PT). Pelo PCdoB foi escolhido o deputado Inácio Arruda (CE) e o PDT decidiu reconduzir o líder Miro Teixeira (RJ).

No PFL, a liderança está sendo disputada pelos deputados José Carlos Aleluia (BA), Heráclito Fortes (PI) e Pauderney Avelino (AM). A escolha do sucessor de Inocêncio Oliveira deverá acontecer logo na primeira semana de março, mas há possibilidades de que Inocêncio permaneça no cargo.

Há seis anos, o atual líder pefelista vem sendo apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como o deputado que exerce maior influência entre seus colegas. ■



Deputado Inocêncio Oliveira



Embora fora da presidência do Senado, Antônio Carlos Magalhães continua sob os holofotes, em decorrência de sua nova cruzada contra a corrupção. Sua perdida batalha contra a ascensão de Jader Barbalho à presidência do Casa foi substituída por cotatos com os procuradores federais que se notabilizaram no caso de desvio de verbas do TRT-SP, como Luiz Francisco de Souza (no detalhe). A divulgação de suas dicas para a comprovação de atos de corrupção do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, o lançou numa arena de proporções surpreendentes e de efeitos políticos ainda difíceis de calcular

Abusos contra índias

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Marcos Rolim (PT-RS), apresentou a seus colegas o relatório sobre abusos sexuais contra as



Marcos Rolim

índias ianomâmis, em Roraima, praticados por soldados do Exército.

As denúncias se sucedem desde a década de 80, quando foi implantado o Projeto Calha Norte. As primeiras acusações partiram do líder indígena Álvaro Tucano e de antropólogos que trabalham no Alto Rio Negro. Rolim comunicou que vai pedir explicações ao Ministério da Defesa e exigir um controle maior no contato entre índios e soldados. ■

Crimes contra a administração

O Senado votou em regime de urgência o projeto de lei que tipifica e altera penas dos crimes contra a administração pública. De autoria do governo, com substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a nova lei vai punir, entre outros, funcionários responsáveis por vazamentos de informações privilegiadas que possam beneficiar empresas ou empresários. ■

Cidades têm estatuto

Na primeira sessão deliberativa das 52ª legislatura, a Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto das Cidades, lei que estabelece diretrizes de política urbana. Há 11 anos tramitando no Congresso, o Estatuto segue orientação da Organização das Nações Unidas, que promoveu encontro em Cairo para discutir os proble-

MPs em votação

A regulamentação das medidas provisórias finalmente entrou em pauta. Deputados começam a discutir a proposta de emenda à Constituição que estabelece limites a esta figura jurídica que substituiu o antigo decreto-lei. De acordo com a proposta que está sendo discutida, o presidente da República não poderá reeditar medidas provisórias, mesmo que estas não tenham sido aprovadas. Presidente recordista em edição de MPs, FHC reeditou mais de 73 vezes a medida provisória que criou o Plano Real. Ela foi aprovada na última sessão de trabalhos durante a convocação extraordinária. ■

mas das grandes metrópoles, entre eles a ocupação do solo urbano.

De interesse dos prefeitos, a nova lei, de autoria do ex-senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), será votada novamente pelo Senado. Ela define ainda a destinação do lixo, problema enfrentado por todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. ■

Líder do PT condena privatizações

EM PRONUNCIAMENTO NA CÂMARA Federal, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), atual líder do partido, condenou as privatizações, apontando o fracasso desse processo neoliberal. Reportando-se à matéria de capa da edição 228 de **cadernos do terceiro mundo**, o parlamentar acentuou os prejuízos causados aos países pela política governamental: "Tudo que foi vendido constituía-se num patrimônio avaliado em dois trilhões de dólares. Mas a central de caridade ao capital, instalada no Palácio do Planalto, cedeu tudo por 100 bilhões de dólares." Abaixo, a íntegra do discurso do deputado Walter Pinheiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados: A revista **cadernos do terceiro mundo**, em reportagem assinada por Álvaro Queiroz, toca numa questão que vai ficar para a história: as privatizações. São dez anos do Programa Nacional de Desestatização. Em 10 anos, cerca de 160 empresas estatais foram vendidas. Todo o setor siderúrgico, o segmento petroquímico da indústria do petróleo, a Vale do Rio Doce, o sistema de telecomunicações, bancos estaduais, ferrovias, unidades de fertilizantes, empresas de energia elétrica... Tudo que foi vendido constituía-se num patrimônio avaliado em dois trilhões de dólares. Mas a central de caridade ao capital, instalada no Palácio do Planalto, cedeu tudo por 100 bilhões.

Muitas davam lucro. A Vale do Rio Doce é uma delas. O Sistema Telebrás rendia cinco bilhões de reais por ano. Os argumentos do governo em defesa das privatizações são os mesmos dos novos donos. Afirmam em uníssono, por exemplo, que as empresas, depois de privatizadas, aumentaram os lucros. Há uma grande mentira embutida nesta falácia. Afinal, eles receberam empresas devidamente saneadas com dinheiro nosso, e ainda pagaram com dinheiro podre, ou com empréstimo do BNDES, isto é, sem colocar a mão no talão de cheques. Quando as empresas eram nossas, faltava dinheiro para modernizá-las, dar-lhes uma estrutura



Deputado Walter Pinheiro, novo líder do PT

mais eficiente. Quando se cogitou a venda, recursos não faltaram para deixá-las em condições ideais para o comprador. Em muitos casos, o Brasil ficou com a parte podre e vendeu - a preço de banana - o que havia de melhor.

O mais comum foi injetar dinheiro nisso e vender por um preço vil. O Sistema Telebrás, por exemplo, foi assim. O governo investiu 21 bilhões de reais e vendeu por 22 bilhões de reais, ainda emprestando dinheiro do BNDES para que grupos estrangeiros adquirissem as nossas empresas do Sistema. Aliás, até hoje não se esclareceram os circuitos obscuros, as relações promíscuas denunciadas entre parlamentares, executivos e interessados nos negócios. O PT e partidos de oposição propuseram CPI, com o apoio de 100 mil assinaturas. E até hoje, nada.

Só os gastos com a preparação das empresas para venda ultrapassou 30 bilhões de dólares; as dívidas absorvidas (a parte podre) ficaram em 17 bilhões; a moedas podres, 10 bilhões... Até o ágio nas vendas, que o governo sempre cita como quem fala de anjos caídos do céu, tem sua armação. Os compradores das teles, das hidrelétricas privatizadas e do Banespa (comprado pelo Santander) vão receber de volta um bolo de seis bilhões de dólares de imposto de renda sobre o ágio que a União obteve nos leilões.

É assim que funciona o processo neoliberal. Ainda mais quando se é uma Nação campeã mundial de desigualdade social. Eles mandam e aqui se submete. Grupos fi-

nanceiros internacionais, apoiados pelos governos dos países ricos, instalados no FMI, determinam e exigem que se faça tudo conforme eles querem. O destino do país é decidido nos EUA. Não é por acaso que FHC colocou para comandar nossa economia uma equipe que tem dupla cidadania. A arrogância deles é caricata, porém. Os dois não conseguem pagar o pipoqueiro sem pedir autorização ao FMI.

Uma pesquisa do Márcio Porchmann, professor da Unicamp, destaca o aumento da dívida interna por conta da privatização. Diz ele que 'o ingresso de recursos em dólares, decorrente da compra de ativos do Estado por estrangeiros, ocasionou a ampliação da base monetária, o que levou o governo a reduzi-la com a emissão de títulos públicos a juros altamente remuneradores'.

Os novos donos imediatamente deram uma enxugada no pessoal. Na sequência, mais demissões. Do total de empresas privatizadas, foram demitidas 546 mil pessoas, mais de meio milhão de trabalhadores! Para onde foi essa gente? Aí vale mais um exemplo de como as privatizações ocorrem de um modo absurdo. A Light, do Rio de Janeiro, foi "privatizada", vendida a um grupo estatal francês, o Electricité de France (EDF). Isto é, o Estado brasileiro foi substituído pelo Estado francês! Devota do capital como as outras, a EDF usou a guilhotina com vontade: mandou embora quatro mil trabalhadores, entre técnicos e engenheiros. E, d'além-mar trouxe mão-de-obra espanhola, francesa, portuguesa. Os fornecedores brasileiros foram substituídos por fornecedores franceses. Por que os de lá são melhores? Não. Porque são franceses!

O Programa Nacional de Desestatização revela que estamos sendo saqueados por turma da pesada, com o devido apoio deste governo. Sempre que houver eleições, eles darão contribuição às campanhas deles - é a contrapartida do negócio. E nós, o povo, ficamos a ver navios, como se fossem as caravelas de Cabral chegando aqui mais uma vez. Obrigado." ■

O que eles dizem...

"Recuperar bandido não é um bicho de sete cabeças. Mas, para isso, deve haver o que falta à esfera federal quando se trata de questões sociais: vontade política"

Frei Betto, frade dominicano, comentando a rebelião simultânea em 29 presídios paulistas, em fevereiro

"A escola havia sido identificada com a política externa dos EUA durante a Guerra Fria. Esse conflito terminou. Como ainda temos interesses legítimos conjuntos no hemisfério, aceitamos começar uma nova era"

Coronel Glenn Weider, comandante da famosa Escola das Américas - identificada com a formação de militares latino-americanos ditatoriais e torturadores -, ao explicar por que a instituição foi reaberta dias depois de ser oficialmente extinta, em janeiro. Nas mesmas instalações de Fort Benning, na Geórgia, a escola agora se chama Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, mantendo o mesmo currículo e provavelmente ampliando sua ação a militares africanos

"Será que nesse ínterim a Palestina foi habitada por japoneses, vietnamitas, cearenses ou pelo Pato Donald?"

Said Dib, historiador, rebatendo o argumento de uma precedência histórica judaica na ocupação da região que justificasse o expansionismo israelense, e esclarecendo a presença dos palestinos por pelo menos 1.500 anos antes da chegada dos primeiros grupos judeus à região

"O Brasil precisa demonstrar que consegue crescer mais do que a média do resto do mundo. Infelizmente, falta muito"

Herbert Demel, presidente da Volkswagen

"Essas diretrizes que nos assolam e miserabilizam não poderiam ser alteradas pelo futuro presidente da República e sua equipe, quer dizer, tanto faz quem for eleito, todos estariam de mãos amarradas, sem poder sequer pensar em revisões, reformas ou simples retificações de percurso"

Carlos Chagas, colunista político, revelando que há um plano de Pedro Malan e Armínio Fraga para fazer o Congresso aprovar leis que tornariam intocável a linha econômica neoliberal. O plano seria impulsionado a partir do segundo semestre e nasceu da certeza da equipe econômica de que o eleitorado vai escolher um nome de fato opositor para a Presidência, em 2002

"Entre ficar nas mãos de Fernando Henrique ou nas de ACM, preferimos ACM, que é mais confiável"

Pefelista da cúpula partidária, segundo Tribuna da Imprensa, defendendo o lançamento imediato de um candidato presidencial do partido, tanto para abrir uma brecha na opinião pública, quanto mostrar ao governo que as negociações de apoio no Congresso mudaram

"O presidente ficou profundamente irritado e está preocupado que isto venha à tona"

Fonte pemedebista, segundo Tribuna da Imprensa, comentando o efeito da visita do senador Antonio Carlos Magalhães aos procuradores que investigam o caso Lalau e as relações de Eduardo Jorge Caldas, ex-secretário-geral da Presidência e da coordenação financeira da campanha presidencial, com o desvio de verbas do TRT-SP. No encontro, ACM teria entregue aos procuradores documentos inéditos da CPI do Judiciário, expondo Eduardo Jorge, o que levaria as denúncias para o gabinete presidencial

"Tentarei levar meus colegas à compreensão da distorção que são hoje as medidas provisórias. Não admito reedições de medidas provisórias"

Ministro Marco Aurélio de Mello, próximo presidente do STF a partir de maio

"Na verdade, pensem bem: quem deveria governar o país seriam os pessimistas. Tudo, absolutamente tudo que eles dizem, acontece. São nossos únicos homens de visão"

Jésus Rocha, filósofo do humor

"Os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) são, pela violência embutida na lei ou pela forma como ela é aplicada, cúmplices da nossa falência penal"

Jurista José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça, analisando as causas da incontrolável onda de rebeliões nos presídios de São Paulo

Rebeliões em São Paulo apontam desafio penal e social

O levante simultâneo de 29 presídios paulistas, no dia 18 de fevereiro, ainda repercute nos meios judiciais e políticos. Mas, se cair logo no esquecimento, não será a primeira vez que o tempo lançará no lixo a urgência dos problemas penitenciários e as lições que deles se deveria tirar. Hoje, a rebelião e a repressão do Carandiru, há seis anos, quando 111 presos foram chacinados, é apenas uma referência perdida no tempo, pois não produziu qualquer mudança. O motim pré-carnaval deste ano - com 19 mortos - tem tudo para chegar ao mesmo resultado.

Da parte oficial, as diversas opiniões se fixaram em detalhes técnicos de controle prisional: como recuperar o comando das cadeias, que passou de fato às diversas facções criminosas, algumas com ramificações interestaduais e um pretensão discurso político-revolucionário; como impedir a comunicação telefônica entre líderes; como enquadrar os agentes penitenciários que dependem das propinas para viver melhor e acabam por acobertar e até se acumpliciar

com toda sorte de atropelos à lei; como desarticular os mais variados tipos de comércio - inclusive de drogas - dentro das prisões; como isolar lideranças da massa carcerária - enfim, um rosário de medidas de fundo repressivo.

Somente os bispos católicos falaram no substrato social que envolve toda a questão e que lança aos governos o desafio que vem sendo recusado sob os mais empolados argumentos de mercado: sem privilegiar o cidadão como objetivo administrativo final, qualquer programa inevitavelmente gera distorções que tendem a se tornar incontroláveis, como mostra a história da pobreza e da fome, das rebeliões, dos motins e das revoluções. Dizem os religiosos, na nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): "Vemos, porém, que pouco se consegue fazer diante da resistência dos grandes interesses financeiros e políticos que se alimentam desta situação. A corrupção frequentemente distorce ou retarda o trabalho da Justiça. Há um desvio inaceitável de recursos financeiros destinados constitucional-

mente a soluções humanas e técnicas do sistema prisional e que são retidos para satisfazer a interesses políticos e compromissos com o sistema financeiro internacional."

Algumas reações típicas da visão oficial partiram do Ministério da Justiça, onde o ministro José Gregori anunciou a urgente liberação de verbas - que estavam retidas há muito tempo, a título de economia - para o sistema penal paulista. Será aplicado para melhorias e mais cadeias.

Elizabeth Sussekind, secretária nacional de Justiça, por sua vez, anunciou a retomada de tramitação de um projeto parado há seis anos: a terceirização da administração de presídios ou a privatização. Ela declarou que o objetivo é o de "privatizar os serviços de segurança, como já ocorre hoje com a alimentação, a educação e a saúde". Ela mesma reconhece, porém, os riscos da opção, ao assinalar que, em países onde presos são matéria-prima para lucros empresariais, como os Estados Unidos, formaram-se grupos de pressão destinados a ampliar a massa carcerária e a duração das penas - uma autêntica perversão.

A defesa da secretária pelo sistema, porém, nasce de duas únicas experiências (Guarapuava, no Paraná, e Cariri, no Ceará), onde uma empresa administra unidades com menos de 700 presos - o que as torna exceções. Como mostram as estatísticas, o comum é o excesso de lotação: xadrezes para dez conterem até 50 presos; presídio para mil apinharem vários milhares. Há, segundo especialistas, falta de presídios, falta de dinheiro para construir novas cadeias e mais de 200 mil criminosos com prisão decretada no país, mas soltos pelas ruas. Não chega a ser difícil o cálculo de que, quando todos os apenados estiverem distribuídos em detenções com capacidade para poucas centenas, o Brasil será outro (que novos caminhos terá adotado para chegar lá?) - e talvez o número de presos se tenha reduzido drasticamente. ■

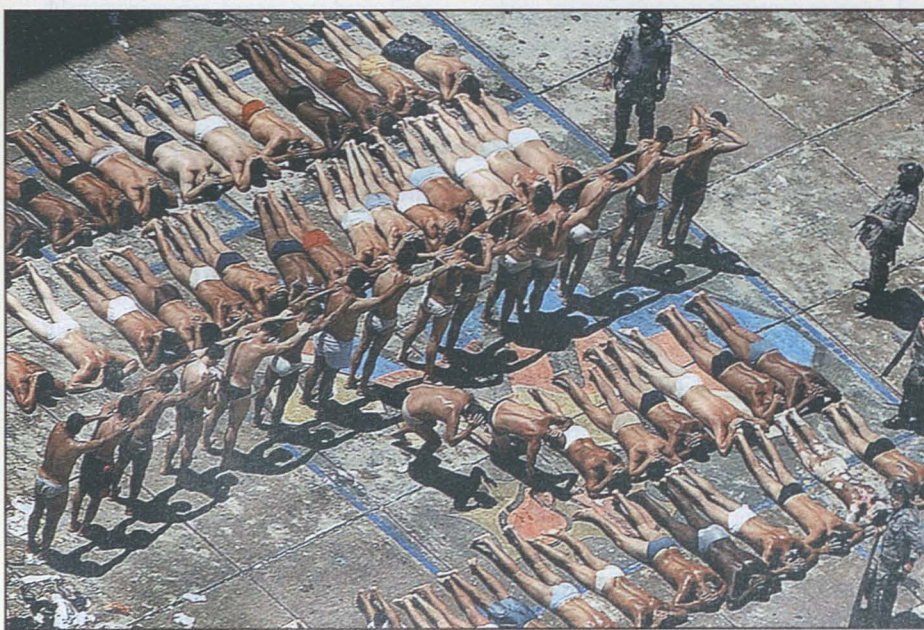


Foto: AFP

Revista após a super-rebelião de fevereiro em São Paulo. Às conhecidas más condições carcerárias, somam-se cumplicidades e políticas limitadas de recuperação dos apenados

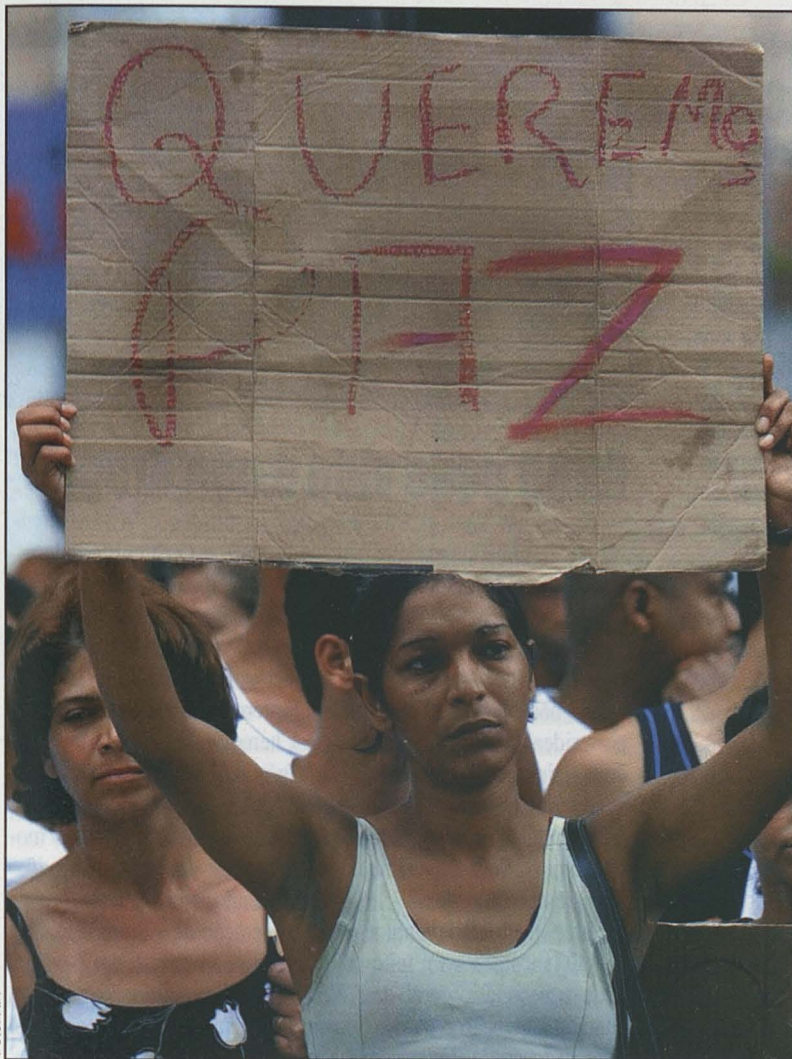


Foto: AFP

'Pouco se consegue fazer diante da resistência dos grandes interesses financeiros e políticos que se alimentam desta situação', denunciam os bispos brasileiros. 'A corrupção frequentemente distorce ou retarda o trabalho da Justiça', apontam lembrando, ainda, que as linhas políticas e econômicas do governo esquecem que a prioridade deve ser o povo

CNBB: o quadro mostra-se aterrador

"Uma vez mais a sociedade brasileira teve diante de seus olhos a realidade triste de nosso sistema prisional. As recentes rebeliões nos presídios do estado de São Paulo acrescentaram um preocupante esquema de articulação e o grito da população carcerária por um tratamento mais digno.

Louvamos as iniciativas públicas e privadas que tentaram e ainda tentam, com corajosa criatividade e generosidade, reverter este quadro aterrador. Vemos porém que pouco se consegue fa-

zer diante da resistência dos grandes interesses financeiros e políticos que se alimentam desta situação. A corrupção frequentemente distorce ou retarda o trabalho da Justiça. Há um desvio inaceitável de recursos financeiros destinados constitucionalmente a soluções humanas e técnicas do sistema prisional e que são retidos para satisfazer a interesses políticos e compromissos com o sistema financeiro internacional.

Reafirmamos nosso desejo de contribuir para colocar a pessoa humana dos encarcerados e de suas famílias no

centro do caminho educativo que vise a sua reintegração plena na sociedade. Para isto propomos: - agilização da situação jurídica da população carcerária; - o oferecimento de penas alternativas; - a multiplicação de estruturas presidiárias menores, onde o detendo possa estar mais perto de seu ambiente familiar; - a oferta de possibilidade de trabalho que os retire do ócio; - a educação básica e profissional; - o cuidado de sua saúde física, psicológica e espiritual; - o envolvimento da comunidade em sua plena reabilitação; - a criação de escolas ou institutos para a formação humana, espiritual, moral e profissional dos agentes carcerários.

A Igreja Católica sempre procurou motivar a reflexão e ação do povo brasileiro para a solução deste grave problema. São provas disso as campanhas da Fraternidade de 1997, com o lema 'Cristo liberta de todas as prisões'; a do ano 2000, ecumênica: 'Dignidade Humana e Paz', e a deste ano: 'Vida sim, drogas não', onde também se enfoca o drama de dor e morte que as drogas e seu tráfico estão trazendo para toda a sociedade, com reflexos no sistema carcerário do país. A Pastoral Carcerária tem sido manifestação concreta da presença da Igreja nas prisões."

A nota dos bispos termina com uma frase de Cristo, na qual está embutida a idéia da fraternidade e da solidariedade, princípios estes ausentes das grandes linhas do neoliberalismo, o qual promove o terremoto social do desemprego e suas conseqüências, como o crime.

"Acreditamos na força de Cristo Ressuscitado, e esperamos o dia em que seremos libertos de todas as prisões e de tantas violências que esmagam pessoas e enlutam famílias. Queremos ouvir com alegria no juízo final: - Vinde benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde o início do mundo: porque estava no cárcere e vestistes-me visitar (Mt 25, 34-36)." ■

Pesquisa no Brasil é com a universidade pública

Dados coletados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) revelaram que a universidade pública brasileira desempenha um papel estratégico indispensável: é nela que se está produzindo o conhecimento científico inovador. Segundo o CNPq, que dispõe da maior base de dados nacional, já se sabe com exatidão e pela primeira vez tudo sobre 90% das atividades de pesquisas realizadas no país. As informações envolvem os grupos em atividade em 224 instituições - entre universidades públicas, privadas, institutos e centros de pesquisa.

Desse mapeamento, ressaltou a evidência de que as universidades públicas são as que mais desenvolvem pesquisas no Brasil. Dos 11.760 grupos de pesquisas listados, 80% são dessas instituições. Em outros países, o papel dos institutos de pesquisa não-acadêmicos e de universidades privadas é bem mais importante.

Foi desenvolvido um mecanismo de estratificação dos grupos conforme a qualidade. Com isto foi possível demonstrar que cerca de 10% dos grupos possuem níveis internacionais de qualidade. Cerca de 20% dos grupos podem ser considerados consolidados (são estáveis e de boa qualidade), 40% em consolidação e 30% encontram-se em formação. O aspecto da desigualdade regional reflete-se com intensidade na atividade pesquisa. Quase 60% das atividades se concentram na Região Sudeste, tendo o estado de São Paulo na liderança do maior número de grupos constituídos no país. Essa concentração é ainda maior quando se consideram apenas os grupos de maior qualidade. Dos grupos consolidados e de excelência, mais de 80% estão localizados na Região Sudeste.

Ficou demonstrado também que a Saúde é a campeã, quando se consideram os setores de atividades dos 11.760 grupos de pesquisas existentes, respondendo com 31% do total, seguida por Educação, com 30%. Em terceiro lugar estão as Ciências Ambientais, com 2.585 grupos de pesquisas, o que corresponde a 22% do total. A Biotecnologia está em quarto, com 1.720 grupos, respondendo por 14,6%. Finalizando a lista, vem Segurança Pública e Criminalidade com 1%, Mecânica de Precisão e Indústria Têxtil, respectivamente com 0,8% e 0,6%.

O diretório de pesquisa foi criado em 1993, com uma cobertura estimada em apenas 40%. Agora, com os novos dados, é possível traçar um perfil claro das atividades de pesquisas científicas e tecnológicas desenvolvidas no país. Os interessados podem conhecer a base de dados no endereço: www.cnpq.br/dgp/4/Site/index.html. ■



Foto: Agência Brasil

CNBB pede vida e não drogas

No momento em que o crime organizado - impulsionado sobretudo pelo comércio de drogas - provou sua crescente ramificação e poder de articulação com a rebelião coordenada dos presídios paulistas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou à reflexão nacional o apelo de "Vida sim, drogas não", lema da Campanha da Fraternidade deste ano (na foto, o presidente da CNBB, dom Jaime Chemello, e o secretário-geral, dom Raimundo Damasceno). É a trigésima-oitava edição da campanha, que escolhe um tema mobilizador a cada ano. Nas igrejas, inclusive as de várias confissões evangélicas que aderiram ao movimento, os fiéis são estimulados a contribuir com obras e atividades que digam ao tema - no caso deste ano, ajuda a trabalhos de esclarecimento da juventude e de recuperação de vítimas do mal.

O lançamento foi feito na quarta-feira de cinzas, em Brasília, onde o secretário-geral da CNBB, dom Raimundo Damasceno, chamou a atenção para os efeitos socialmente perversos do uso de drogas: desagregador das condições físicas e espirituais do viciado, desagregador das famílias nas quais se registram casos, desagregador da convivência em sociedade.

O documento da CNBB, que analisa o desafio em que as drogas se transformaram no Brasil, chama a atenção das autoridades para as políticas adotadas sobre a questão. A entidade religiosa considera que tais políticas estão cheias de equívocos, a partir do princípio de repressão que move a legislação.

"As políticas públicas do Brasil e de muitos outros países - diz o documento - têm concentrado suas energias na repressão às substâncias ilícitas e a seus usuários, mas pouco têm feito no campo da prevenção ao seu uso e da educação para a saúde e quase nada para eliminar as verdadeiras causas da disseminação das drogas."

Numa crítica indireta, a CNBB considera que a expansão das drogas se dá a partir da ausência de programas que atraiam a juventude, como esporte, lazer e cultura, aspectos da vida social carentes de políticas efetivas que alcancem a maioria da população. Outro ponto denunciado envolve a questão do desemprego, situação a partir da qual muitos jovens e adultos são conduzidos aos caminhos do crime e do vício das drogas. Entre as drogas a combater, a entidade aponta também as lícitas - o fumo, o álcool e certos medicamentos que se podem comprar em farmácias. ■

Índios mostram proposta independente

Representantes indígenas enviaram carta aos congressistas, pedindo que se posicionem contra o substitutivo do Estatuto dos Povos Indígenas (Projeto de Lei nº 2.057/91), apresentado pelo relator da matéria, o deputado Luciano Pizzatto. Agora em março, lideranças indígenas vão apresentar uma proposta de estatuto, na qual constarão todos os detalhes que consideram indispensáveis para preservar os direitos das tribos e, em abril, realizarão a primeira Assembleia Indígena do milênio.

Na carta aos parlamentares, os índios se dizem preocupados com a possibilidade de terem suas sugestões e reivindicações simplesmente ignoradas e até contrariadas: "Nós da Comissão Indígena, encarregados de encaminhar as reivindicações e exigências da Conferência Indígena, realizada em abril de 2000 em Coroa Vermelha - BA, representando diversos povos indígenas do Brasil, estamos preocupados com os encaminhamentos desta Casa em relação à tramitação do projeto de lei (Estatuto dos Povos Indígenas) que trata de nossos direitos. Depois de termos discutido e apresentado as nossas propostas durante 10 anos, vemos agora ser apresentada, de forma autoritária, uma nova proposta substituindo a que foi aprovada na Comissão Especial da Câmara em 1994. Procurou-se legitimar esta proposta, do governo federal, ouvindo alguns índios, principalmente aqueles que convivem nas cidades. De todas as sugestões apresentadas, só umas poucas e secundárias foram incorporadas na proposta do deputado Luciano Pizzatto. Mesmo assim, o deputado coloca em sua versão de dezembro de 2000 como uma 'Consolidação de Propostas das Comunidades Indígenas'. Isso é uma mentira e um desrespeito às comunidades indígenas."

Os índios reclamam em especial de aspectos econômicos do relatório de Pizzatto: "A proposta representa graves ameaças às nossas comunidades, pois abre as nossas terras para exploração

dos recursos naturais, especialmente os minérios, recursos hídricos e madeiros. A aprovação deste projeto de lei, na forma apresentada, será uma continuidade do processo de invasão, de destruição de nossas terras e extermínio dos nossos povos, que já dura mais de 500 anos. A versão do governo, adotada pelo deputado, não garante uma assistência especial, diferenciada e em nível federal nas áreas de saúde, educação e atividades produtivas, nem contempla a demarcação e garantia das terras indígenas, conforme nossas propostas. Diante desta situação, pedimos aos parlamentares, que, antes de qualquer aprovação, levem em consideração a vontade dos nossos povos, manifestada nas discussões e materiais elaborados nestes últimos anos e que agora estão sendo enriquecidas através de estudos e debates em todas as regiões do país e pelas propostas aprovadas por mais de 3000 representantes indígenas na Conferência Indígena em Coroa Vermelha." Assinam a carta o pataxó Luiz Vieira Titiá, o suruí Henrique Yabaday e o xavante Mariano Babati, em nome da Comissão Representativa da Marcha e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

Em Chapecó, Santa Catarina, índios caingangues e colonos da localidade de Sede Trentin estão em confronto. Os índios querem que a Funai faça o levantamento fundiário das benfeitorias dos invasores da terra indígena Toldo Chimbanguê II, para desocupação e posterior indenização. Os colonos impediram que a Funai desse início ao trabalho, em meados de fevereiro, o que levou os índios a bloquearem a estrada que dá acesso à localidade. A ação indígena durou apenas uma hora, devido a uma rápida liminar concedida pela Justiça Federal, que não se pronunciou, porém, quanto à ação dos colonos contra a equipe da Funai.

A situação adquiriu um clima de impasse, pois os agricultores não permitem o trabalho da Funai, e os caingan-

gues, que recorreram ao Ministério Público, ameaçam fechar de vez a estrada que leva a Sede Trentin.

Na área indígena Roosevelt, perto de Cacoal, a 600km de Porto Velho, Rondônia, o problema são os diamantes: ondas de garimpeiros estão surgindo, atrás das pedras. A denúncia é dos índios cintalarga e da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir). A entrada dos garimpeiros teve início há cerca de dois meses. A notícia se espalhou e, segundo a própria Funai, a invasão está fora de controle. Os garimpeiros estariam aliciando os índios em troca de apoio. ■

LOCADORA



São Rafael Ltda.

srafael@antares.com.br

• VEÍCULOS
NACIONAIS E
IMPORTADOS



• TAMBÉM
ATENDEMOS
A EVENTOS

Funcionamos no horário de
2ª a 6ª das 7:00 às 18:00h

Todos os veículos
com motorista



• ALUGUEL DE CARROS DE PASSEIO,
UTILITÁRIOS E CAMINHÕES PARA
PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA

Rua Leônidas, 12 - Sala 203 - Penha
Rio de Janeiro - RJ - CEP 21070-110
Tels: (21) 560-4344 / 270-0029 / 561-4251
834-3640 / 892-8635

**Qualidade e confiança
Segurança absoluta**

Os enganos da reforma neoliberal no campo

Estudos realizados por organismos governamentais e universidades revelam o brutal empobrecimento da agricultura brasileira, a concentração da terra e a proliferação de outras mazelas sociais no campo, decorrentes das políticas oficiais adotadas. Turistas receberam mais subsídios para comprar bugigangas em lojas de aeroporto do que os lavradores receberam para produzir alimentos. A área cultivada diminuiu, a produção caiu e o país passou a importar produtos em que já foi auto-suficiente. Contra os trabalhadores rurais, o governo muniu-se de uma legislação mais repressiva do que a do tempo da ditadura

*João Pedro Stédile
e Gerson Teixeira*

NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2001, o Palácio do Planalto apresentou mais uma peça de teatro publicitário, para realizar o balanço da reforma agrária em seu governo e anunciar um fato histórico: a concentração da propriedade da terra no Brasil estava diminuindo. O espetáculo poderia ter outro desdobramento, se não fosse contracenado nada menos pelo presidente da República, um sociólogo renomado, e por seu ministro da Reforma Agrária.

Ao contrário dessa farsa oficial, há dentro do próprio governo diversos estudos realizados por organismos governamentais ou por universidades que revelam e denunciam o brutal empobrecimento da agricultura brasileira, a concentração da terra e a proliferação de outras mazelas sociais no campo decorrentes das políticas do governo FHC. Assim, seria desnecessária a reprodução exaustiva dos dados dessa realidade agrária, que o próprio governo conhece e divulga.

Mas, talvez, dois fatos possam alertar a opinião pública brasileira sobre a situação do meio rural, mais além da propaganda oficial. É no período do segundo mandato FHC que se está distribuindo o maior número de cestas básicas a mais de um milhão de famílias que vivem no meio rural. Existirá situação mais calamitosa e humilhante do que uma família viver no meio rural e pela primeira vez na história da agricultura desse país depender da cesta básica do governo?

Em segundo lugar, foi no ano passado que se realizaram as mais numerosas e unitárias manifestações de trabalhadores rurais, que se mobilizaram desde março até outubro de 2000, com gigantescas manifestações em caminhadas, protestos, ocupações de latifúndios, de prédios públicos. Ora, será que tudo isso terá sido feito por passatempo?

A concentração da propriedade fundiária

O aspecto mais fantasioso e vergonhoso da propaganda oficial foi o anúncio da impressionante "redução dos níveis da concentração da terra no Brasil, em escala sem precedentes históricos". Sem apresentar qualquer fundamento técnico e contrariando todas as evidências e análises disponíveis, o governo vem comemorando a suposta redução do grau de concentração da terra no Brasil que, medido pelo índice de Gini, teria decli-

Tabela 1. Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais do Brasil, 1967-1998

ANO	ÍNDICE DE GINI	DUAL DO T DE THEIL	ÍNDICE DE ATKINSON	50-	10+	5+	2+	1+
1967	0,8360	0,894	0,827	3,5	77,8	65,3	52,7	44,6
1972	0,837	0,906	0,814	3,8	77,9	68,1	55,3	46,0
1978	0,854	0,933	0,837	3,3	80,3	71,6	59,7	50,4
1992	0,831	0,909	0,807	3,9	77,1	67,1	53,9	44,6
1998	0,843	0,918	0,825	3,5	78,6	68,9	46,3	55,9

Fonte dos dados básicos: IBGE (1969) e Incra. Elaboração: Rodolfo Hoffmann. Obs.: Em 1992 foi utilizada a planilha elaborada pelo próprio autor do trabalho



FHC e Jungmann anunciaram números e conceitos que despertaram profunda estranheza

nado de 0,848 para 0,802. E isto apenas entre 1999 e 2000. Essa redução teria provocado a passagem do Brasil do 5º para o 12º lugar no *ranking* mundial da concentração da terra. (Lembre-se de que, quanto mais próximo de 1, o índice de Gini indica maior grau de concentração da terra e, quanto mais próximo de 0, melhor seria a distribuição da terra). Bastante "emocionado" com esses resultados apresentados por seu ministro, o presidente os considerou "melhores que a redução dos juros nos Estados Unidos e a reclassificação do Brasil no *ranking* da agência Standard & Poor's".

Na verdade, em estudo recente, comprovou-se justamente o contrário. Através de análise das estatísticas cadastrais do Instituto de Colonização e

Reforma Agrária (Incra), comprovou-se ter havido forte crescimento da concentração de terra entre 1992 e 1998, período que compreende quase todo o primeiro governo FHC. Incomodado com essa constatação, o ministro Jungmann não hesitou em desqualificar o próprio trabalho do Incra, passando a condenar a credibilidade das estatísticas cadastrais. Agora, valendo-se da mesma fonte, vem a público anunciar a redução do índice de Gini, mesmo com os números absolutos fornecidos pelo Incra.

Sem entrar nos detalhes de utilização de cálculos e índices, bastaria a qualquer leigo olhar as tabelas do cadastro do Incra de 1992 a 1998, para verificar que a área total controlada pelos imóveis rurais acima de dois mil hectares foi ampliada

em 56 milhões de hectares. Ou seja, área três vezes superior aos 18 milhões de hectares que o governo teria desapropriado e transferido para o programa de reforma agrária durante seis anos.

O renomado professor Rodolfo Hoffmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um dos responsáveis pelo processamento das informações das estatísticas cadastrais do Incra, de 1998, coordenou um estudo analisando a situação da concentração e distribuição de terras no Brasil. O documento foi elaborado a partir do convênio Incra/Unicamp, e analisa a estrutura fundiária no Brasil entre 1967 e 1998.

A Tabela 1 mostra a evolução, não apenas do índice de Gini, mas de outros índices correlatos. Em todos os casos, constata-se o aumento da concentração da terra, em particular, entre 1992 e 1998.

Observe-se que, afora o caso do ano de 1978, provavelmente por conta das manipulações típicas do regime militar, o ano de 1998 apresenta os maiores índices de concentração da propriedade fundiária no Brasil, desde 1967. Comparando-se os índices entre 1992 e 1998, confirma-se o incremento da concentração da terra, sob a mensuração de todos os índices utilizados, o que, portanto, desmonta o discurso do governo. Avançando na análise, Hoffmann calcula o índice de Gini para as cinco grandes regiões do Brasil, em 1992 e 1998, chegando aos seguintes resultados:

Tabela 2. Desigualdade da distribuição da terra entre imóveis rurais no Brasil, nas suas cinco grandes regiões em 1992 e 1998

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI	
	1992	1998
Norte	0,849	0,851
Nordeste	0,792	0,811
Sudeste	0,749	0,757
Sul	0,705	0,712
Centro-Oeste	0,811	0,810

Fonte: Estudo de Rodolfo Hoffmann

Da tabela 2 acima se conclui que, à exceção do Centro-Oeste, cujo índice de Gini mantém-se estável, em todas as demais regiões brasileiras ocorreu o aumento desse índice entre 1992 e 1998, fato que corrobora a elevação dos níveis de concentração da terra no período considerado.

Para definitivamente comprovar o aumento da concentração da terra entre 1992 e 1998, o estudo em consideração calcula a porcentagem da área total ocupada pelos 10% maiores imóveis rurais do país, chegando à conclusão de que essa área cresceu, no período, de 77,1%, para 78,6%.

Violência no campo cresceu 82%

Manipulando dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o governo alardeia uma redução substancial nos índices da violência no campo, creditando o fato à "maior presença do Estado". Note-se que, no dia 12 de dezembro de 2000, a direção da CPT convocou coletiva à imprensa, na Câmara dos Deputados, em Brasília, justamente para denunciar o aumento da violência contra os trabalhadores rurais brasileiros. Ao contrário do



Foto: AFP

A imperturbável decisão dos trabalhadores rurais em alcançar mudanças substanciais no campo transformou-se em desafio político que o governo tem tratado com crescente impaciência e, segundo os sem-terra, com uma insensibilidade surpreendente

que afirma o governo, os números da CPT mostram que, comparando-se os números médios anuais dos conflitos de terra, entre 1992-94, com os ocorridos no período de 1995-99, passou-se da ocorrência média de 367 casos/ano, para 667 casos/ano, correspondendo a um crescimento de 82% na ocorrência de conflitos no campo.

Ao examinar-se o número de pessoas envolvidas nos conflitos de terra, constata-se um aumento de 214.653 pessoas, na média anual entre 1992-94, para 508.507 pessoas, na média de 1995-99, um crescimento espetacular de 137%.

Percebe-se que, apesar da expansão extraordinária dos conflitos e do número de pessoas neles envolvidas, houve uma

pequena redução no número médio dos casos de assassinatos, que declinaram 5%. Passaram de 38 assassinatos anuais, na média, antes de FHC, para 36 casos, na média, durante FHC. No entanto, seria um reducionismo muito grande analisar a situação de violência no meio rural brasileiro contra os trabalhadores, apenas a partir do número de assassinatos, que é a forma mais cruel.

A violência, praticada quotidianamente e em todo o território nacional contra os trabalhadores rurais, adquire formas cada vez mais sutis e perversas.

Mesmo no caso da repressão física, que chega ao cúmulo dos assassinatos, mais do que uma pacificação do campo, como quer propagandear o governo,

Novo instrumental de repressão

Além da criação do "DOPS Rural" dentro da Polícia Federal, sob seu comando, o governo FHC, através de atos administrativos e de Medidas Provisórias (MPs) e projetos de Lei, muitos deles inconstitucionais, consagrou a base legal citada que transforma, aprioristicamente, em meliantes, os trabalhadores que lutam pela terra.

Assim, sob tais motivações, o governo adotou, entre outras medidas:

✓ A proibição, por MP e decreto, da vistoria das terras improdutivas ocupadas pelos trabalhadores.

✓ Inibir, politicamente, as entidades populares, pela pressão financeira, ao proibi-las, também via MP, do acesso a recursos públicos, bastando suspeitas de suas participações em atos coletivos de ocupação de terra.

✓ A centralização e retenção dos recursos para os programas de reforma agrária e agricultura familiar, pelo MDA, como procedimento de coação política das entidades de trabalhadores.

✓ O impedimento da desapropriação de latifúndios inscritos no programa de arrendamento rural.

✓ O pedido de urgência constitucional a projetos de lei, como o PL nº 135/00, que estadualiza o instituto da desapropriação; o PL nº 3.242/00, que impõe maior rigor penal e administrativo às ocupações de áreas públicas visando intimidar, até, a instalação dos acampamentos de trabalhadores sem terra nas margens das rodovias; e o PL nº 3.811/00, que aumenta ainda mais a precarização da legislação trabalhista rural.

houve uma mudança no *modus operandi*. Antes, a violência física era praticada por jagunços, pistoleiros, pelo braço armado do latifúndio. Hoje, a repressão física passou a ser exercida preponderantemente pelo Estado. São as forças policiais, de todo tipo, seja Polícia Militar, Polícia Federal, acopladas com setores conservadores do Poder Judiciário, que hoje realizam despejos ilegais, ameaçam lideranças, perseguem, torturam, prendem e até em alguns casos assassinam.

Sintomaticamente, o ano 2000 foi o campeão do número de despejos, de prisões ilegais, de processos policiais e judiciais forjados. E entre os 14 assassinatos no campo, nada menos do que 11 foram de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 15 anos de existência da entidade, afora os massacres ocorridos, nunca, em nenhum governo, ela havia perdido tantos militantes assassinados num só ano. Neste governo é que mais se assassinam militantes do MST.

Mil mortes, apenas três condenados

E o mais grave é que a impunidade para latifundiários e mandantes continua total. Que notícias o governo teria sobre a existência de apenas 80 processos, dos mais de mil casos de assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças? Que notícias o governo teria para haver apenas três fazendeiros mandantes de assassinatos presos? Por que até hoje o governo não mobiliza sua base parlamentar, que aprova tudo o que o governo quer, para aprovar a lei que transfere para a Justiça Federal os crimes contra os direitos humanos?

A "estatização" da violência contra os trabalhadores tem ocorrido como produto do comando direto do governo. Recorde-se que foi o presidente da República que incitou diretamente os governadores dos estados à repressão con-



Foto: Divulgação/MST

O MST denuncia a centralização e retenção de recursos destinados aos programas de reforma agrária e agricultura familiar como coação às entidades de trabalhadores rurais

tra os trabalhadores rurais, o que foi seguido à risca pelo governador da Paraná. Além da senha à violência, o governo criou uma nova base legal, especifica-

mente voltada para reprimir os trabalhadores e suas organizações - um aparato legal e político muito mais aperfeiçoado que na ditadura militar.

Cancelado o registro de propriedade de 62 milhões de hectares

Essa iniciativa não poderia ser diferente, o cancelamento de cadastro de títulos irregulares não é mais do que obrigação do governo. Obrigação judicial, inclusive.

No entanto, toda essa campanha de suposto ataque à grilagem, que efetivamente deveria ter sido feito logo no início do governo e não, curiosamente, seis anos após, merece uma séria relativização, pois tudo indica tratar-se de mais um ato de pirotecnia da dupla FHC/Jungmann.

Sabe-se que grande parte dessas terras está localizada nas faixas de fronteira. Por pressão do Ministério Público Federal, o governo editou Medida Provisória (MP) que originou a atual lei nº 9.891/99, exigindo que os detentores de áreas em tais regiões submetam esses títulos à homologação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O governo vinha indenizando terras desapropriadas que pertenciam à União.

Na sua primeira edição da MP, impunha-se, para a homologação da titularidade desses imóveis, que a propriedade cumprisse todos os requisitos definidores da função social (produção, produtividade, preservação ambiental e cumprimento da legislação trabalhista). Logo na primeira reedição da MP, por pressão dos latifundiários, o governo revogou a exigência do

cumprimento da função social, condicionando a homologação a "critérios fixados pelo Incra".

Aí reside a maracutaia da caça aos grileiros, pois aqueles localizados na fronteira, e que devem constituir a maioria, tratarão de regularizar os "seus" imóveis com base nessa legislação bastante amena, onde os critérios da homologação serão decididos a portas fechadas entre latifundiários e dirigentes do Incra. Não é à toa que a bancada ruralista foi muito rápida no Congresso, já tendo aprovado o projeto que concede mais um ano, para que os "titulares" dos grandes imóveis da fronteira requeiram a homologação dessas terras junto ao Incra.

Indiferentes à propaganda de "caça aos grileiros", os latifundiários não se preocuparam em regularizar o cadastro no Incra, preferindo entrar com o processo de homologação dos títulos com base na citada lei.

Por outro lado, o governo continua fazendo vista grossa à determinação da Constituição, de que nenhuma pessoa física ou jurídica estrangeira poderia obter título de propriedade de terras, sem aprovação do Senado. Todos sabem, por exemplo, que a Seita Moon, de origem sul-coreana, adquiriu na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul mais de 50 mil hectares de terras, recentemente.

Nesse ambiente institucional de violência explícita contra os trabalhadores, o governo comemora a redução dos casos de ocupações de terras no ano 2000 em comparação com 1999, que teriam sido reduzidos de 428 para 226 casos. Mesmo assim, não se trata de sucesso do governo ou de diminuição da luta social dos trabalhadores.

O que ocorreu em 2000 foram ocupações de terra com maior número de famílias por ocupação. Assim diminuiu o número de ações de ocupação, mas aumentou o número de famílias envolvidas. Por outro lado, do ponto de vista estatístico, seria mais prudente analisar as médias por períodos. No período de 1990-94, ocorreram cerca de 200 ocupações de terra por ano. E, no período de 1996-2000, em torno de 388 ocupações, conforme dados coletados pelo próprio Incra.

As famílias assentadas em 2000

Reeditando procedimentos que faz a cada ano, de novo o governo anuncia, num passe de mágica, que todas as metas do programa de reforma agrária foram cumpridas e, inclusive, ultrapassadas. Particularmente no que tange aos números das famílias assentadas, a cada ano, o governo divulga os números que bem entende. Sabe que, a rigor, nenhuma entidade ou instituição disporá de condições para contestá-los rapidamente, e assim o "momento político" da propaganda passa incontestado. Mas, em que pese essa dificuldade, a fraude, no caso das metas físicas, é facilmente demonstrável através de dois expedientes.

Primeiro, basta consultar o balanço da reforma agrária, até o dia 23 de outubro. Informações do próprio Incra revelavam que haviam sido assentadas em todo Brasil apenas 22.936 famílias. De repente, milagrosamente, com apenas dois meses, com todas dificuldades orçamentárias, insuficiência de funcionários no Incra, em meio às eleições, festas de

final de ano, a tabela alcança 108 mil famílias assentadas. O governo precisa ensinar essa mágica para aumentar o salário mínimo também.

Segundo, através dos recursos orçamentários, também é fácil ver a mentira. Do valor total de 1,3 bilhões de reais autorizado pela lei orçamentária de 2000 para o Incra, foram utilizados apenas 67%. Ou seja, 871 milhões de reais. Dentro desses valores, ao verificar-se a atividade de obtenção de terras, condição necessária para realizar as metas de assentamento e de arrecadação de terra, verificamos que, dos 440,7 milhões de reais autorizados pela lei orçamentária, foram gastos, apenas, 55,5% ou 252,4 milhões de reais.

Supondo-se que tenham sido alcançadas as metas de assentamento de 20 mil famílias com o Banco da Terra, e que mais 20 mil famílias tenham sido assentadas em terras públicas, os recursos aplicados na obtenção de terras teriam sido responsáveis pelo assentamento de 68.986 mil famílias. Esse número de famílias corresponde a 63% do número total de famílias tidas como assentadas (108.986), o que, portanto, demandaria área equivalente a 63% da área total de 3.861.268 hectares obtidos no ano 2000, segundo o documento do governo.

Tem-se, assim, que se destinaram 2.432.599 hectares para o assentamento das 68.986 mil famílias, resultando na média de 35 hectares por família. Dividindo-se o valor total empenhado para obtenção de terras (252,4 milhões de reais), pela área (2.432.599 hectares), conclui-se que o custo, por hectare da terra, foi de 104 reais, o que corresponderia a um custo total, por família, de 3.664 reais, embora na página de propaganda do Incra digam que gastam agora 9.393 reais em terras para assentamento.

Das duas, uma: com esses gastos orçamentários, ou o governo mente de forma ostensiva, ou o governo perde tempo, pois, a esse custo, poderia gerar milhões de empregos na agricultura, resolvendo o problema social do desemprego.



Foto: Divulgação/MST

Segundo o IBGE, entre 1995 e 1999, cerca de 840 mil famílias (4.200.000 pessoas) deixaram as áreas rurais, tangidas em consequência das inadequações da atual política agrícola às necessidades do Brasil. O número é superior ao de famílias assentadas

Analisando-se os recursos totais do orçamento para reforma agrária, fica ainda mais evidente a mentira do governo. Os gastos realizados pelo Incra tiveram a seguinte evolução no governo FHC: em 1995 gastaram-se 1,3 bilhão de reais; em 1996, 1,4 bilhão, passando para dois bilhões em 1997, e 2,2 bilhões em 1998. E daí baixou para 1,3 bilhão em 1999, pelos cortes orçamentários impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na crise de 1999.

Finalmente, no ano 2000, o governo gastou apenas 900 milhões de reais. Se ainda descontarmos a inflação ocorrida entre 1997 e 2000, vê-se que a reforma agrária teve seu orçamento progressivamente reduzido.

No que diz respeito ao total de famílias assentadas, o governo comemora que, de 1995 a 2000, teria assentado

482.206 famílias, número forjado e denunciado pelos movimentos sociais. Na propaganda, o governo diz que desapropriou 18 milhões de hectares para assentar essas famílias. Mas, na mesma página da internet do Incra, está registrado que, de 1995 a 2000, foram desapropriados 10 milhões de hectares.

Por outro lado, o governo esconde a realidade apontada pelos dados do IBGE: entre 1995 e 1999, cerca de 840 mil famílias (4.200.000 pessoas) abandonaram as áreas rurais do país em função dos efeitos da atual política agrícola. Ou seja, mesmo considerando-se a veracidade das metas alcançadas pelo programa, conclui-se que, na resultante da política geral para o campo, os assentamentos vêm cumprindo um papel exclusivo e insuficiente de compensação social à política econômica excludente.

Planta-se menos, colhe-se menos, importa-se mais

A situação da agricultura de um país pode ser medida também por outras informações econômicas mais importantes, que às vezes fogem das páginas publicitárias. Um dos indicadores mais importantes é a área cultivada. Pois bem, no Brasil, eram cultivados em 1990 cerca de 36,6 milhões de hectares de terra. Passados dez anos, com toda a ajuda e o apoio que o governo deu, a área cultivada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Companhia Nacional de Abastecimento (IBGE-Conab), em 2000, foi de 36,4 milhões de hectares. Ou seja, passaram-se dez anos, mas a área diminuiu. Que milagre terá acontecido, se somente os sem-terra teriam recebido "18 milhões de hectares"? A área cultivada, então, deveria ter aumentado, no mínimo, mais dez milhões de hectares.

O segundo indicador é o da produção agrícola. Em 1995, a produção agrícola total de grãos representou 522 quilos por habitante. Passados cinco anos de uma política agrícola e econômica de pretensão sucesso, a produção agrícola total por pessoa, na safra de 2000, foi de apenas 498 quilos. Onde está o sucesso da política agrícola do governo?

E por último, nas importações agrícolas. Quando o governo de Fernando Henrique Cardoso assumiu o primeiro mandato, o Brasil gastava em torno de 800 milhões de dólares em importação de trigo, maçã, e um ou outro produto que tinha restrições climáticas para produzir. Agora, no ano 2000, graças ao alegado sucesso da política agrícola do governo, o Brasil gastou 4,8 bilhões de dólares com importação de produtos agrícolas. Todos eles poderiam ser produzidos no Brasil, como o arroz, leite, carne, água mineral, coco e até alpiste. Essa é a reforma agrária virtual do ministro Jungmann.

Gastos com publicidade

Enquanto os recursos para obtenção de terras, conforme vimos, foram reduzidos e o Incra nem sequer conseguiu gastar tudo o que estava autorizado, os gastos com publicidade - a arma efetiva do governo na guerra em torno da sua reforma agrária virtual - excederam em 2,9 milhões de reais o valor inicialmente autorizado pela lei orçamentária.

O crédito adicional elevou as dotações iniciais para a publicidade do ministro Jungmann de 1,455 milhão de reais para o limite máximo autorizado, de 2,950 milhões de reais.

O controle de gastos até 4 de janeiro de 2001 revelou que o ministro da Reforma Agrária de FHC já gastou 3,958 milhões de reais em publicidade, mas tinha empenhado 4,338 milhões. Isto seria suficiente para processá-lo por crime de responsabilidade.

Mais: uma das empresas contempladas com verbas de publicidade é do Sr. Antonio Lavareda, coordenador da reeleição do presidente.

Turista recebeu mais que o Pronaf

No que tange à redução dos encargos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que deixaram de ser indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ou à variação dos preços mínimos, mais os juros, passando a juros pré-fixados, isto se deu graças, exclusivamente, às fortes pressões políticas dos movimentos sociais e sindical, que desencadearam processo de ocupações sistemáticas de bancos e instituições da administração direta, com essa perspectiva. As condições alcançadas já existiam antes do governo FHC, na modalidade do Programa de Crédito da Reforma Agrária (Procera), para as famílias assentadas. Portanto, não é nenhuma novidade, nem presente do governo.

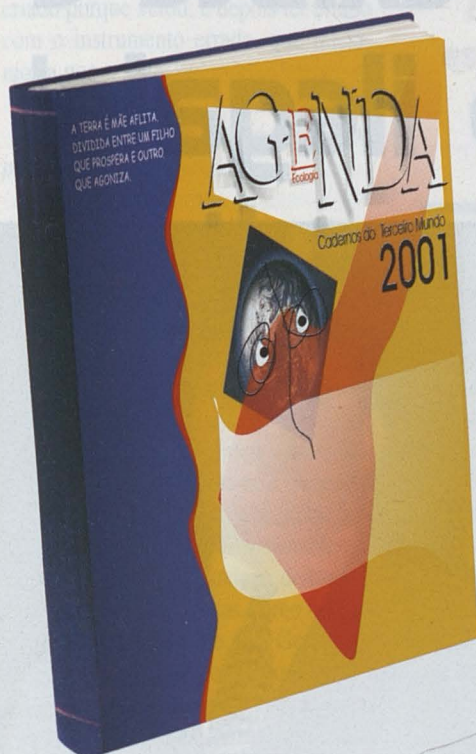
Quanto aos beneficiados, pequenos agricultores, a versão oficial diz que teria alcançado, na safra 2000/2001, o número de 1,6 milhão de contratos pelo Pronaf. É mágica inusitada. Isso significa dizer que 40% de todas as unidades agrícolas familiares do Brasil receberam crédito.

Dessa forma, o governo teria feito o milagre de conseguir performance superior aos tempos em que se aplicavam 40 bilhões de reais por ano, em valores atuais, na agricultura. Agora, aplicando apenas quatro bilhões, o governo afirma atender muito mais agricultores. O último censo do IBGE revelou: menos de 500 mil agricultores usam crédito rural.

Do lado dos subsídios dados pelo Pronaf, também é fácil ver o engodo. Segundo dados publicados na imprensa, durante o ano 2000 o governo concedeu em torno de 42 bilhões de reais em subsídios para diferentes setores da economia. Destes, o setor mais privilegiado foi o de exportações, que recebeu nada menos do que 14 bilhões de reais. Os turistas brasileiros abastados, por exemplo, ao retornar ao país, receberam um subsídio de 707 milhões de reais, para comprar produtos importados nas lojas de aeroporto, sem pagar imposto. Já todo o subsídio através do Pronaf, durante o ano de 2000, foi de 392 milhões de reais. ■

João Pedro Stedile é economista e dirigente do MST. Gerson Teixeira é agrônomo e dirigente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)

Produtos de Qualidade ETM



Você que é fã da revista *Ecologia e Desenvolvimento* agora pode levar para casa os novos lançamentos da ETM: Agenda para 2001, camisetas e chaveiros com motivos ecológicos. Faça já o seu pedido!

OFERTA ESPECIAL

Agenda: Cód. 1001- A R\$9,90

Tamanho 13cm x 20cm - 380 páginas

Além dos dados usuais de uma agenda, enriquecemos o calendário de 2001 destacando datas de importantes acontecimentos, em sua maioria, do século XX, e registrando citações que ficaram para a eternidade



Chaveiro:

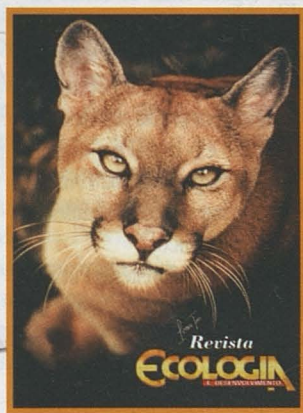
Cód. 1002 -C

R\$8,90

Acabamento em couro



EDITORA
TERCEIRO
MILÊNIO



Camiseta Adulto/Estampa Suçuarana:

Malha de qualidade (Tipo 30.1)

Tamanho Único

- Preto - Cód. 1003-P - R\$21,40
- Branco - Cód. 1004-B - R\$16,40

PREENCHA ESTE CUPOM E ENVIE

CÓDIGOS	V. UNITÁRIO x QUANT.	SUB-TOTAL	FRETE*	TOTAL
Cód. 1001- A	R\$ 9,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1002- C	R\$ 8,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1003- P	R\$ 21,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1004- B	R\$ 16,90	R\$	R\$	R\$

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 a 510 - Lapa
20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455

e-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Estado: _____

Tel.: _____

Fax: _____

CEP: _____

Cidade: _____

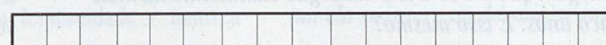
E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

() Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo

() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Nº Validade até ____/____/____



Aceitamos todos os cartões de crédito, sem parcelamento (inclusive em cheque)

Data ____/____/____

Assinatura do comprador

* O FRETE DE R\$2,50 será cobrado a cada duas unidades, e o prazo máximo de entrega é de 30 dias.

'A CTNBio não existe e seus atos são ilegais'

Congressistas mobilizam Ministério Público para anular atos da comissão encarregada de analisar produtos transgênicos

Procópio Mineiro

COISAS ESPANTOSAS PODEM acontecer, de fato. O mundo todo acompanhou dez anos de governo de um japonês no Peru. Há casos de cidadãos de dupla nacionalidade dirigindo órgãos vitais de certas nações. No Brasil, já ocorreu o caso de um chefe da Polícia Federal ser um foragido paraguaio. Mas, no campo da saúde e da alta tecnologia, não havia exemplo de a política de biotecnologia de grande país ser dirigida por órgão clandestino, sem amparo legal. O país desse exemplo é o Brasil e o órgão é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), acusada de extremamente submissa aos interesses das multinacionais que querem monopolizar os transgênicos.

A denúncia parte de parlamentares e do Ministério Público Federal. Se confirmada, cinco anos de ilegalidades terão que ser revertidos. "A decisão da 6ª Vara Federal, em Brasília, veio confirmar a inexistência legal da CTNBio. Foi baseado nisso - no fato de o governo não ter criado porque vetou, e depois ter criado com o instrumento errado - que iniciamos a nossa ação", explica o deputado Adão Preto (PT-RS).

Nesta entrevista, o parlamentar mostra como o governo se enredou nas próprias artimanhas e obrigou a sociedade a conviver com um órgão técnico e legalmente inexistente, mas prolífico em providências no delicadíssimo campo da transgenia. Acompanhe, a seguir, a conversa com o deputado Adão Preto.

Pela exposição encaminhada à Procuradoria Geral da República, em Brasília, o Sr. e seus companheiros de bancada alegam que a CTNBio é um órgão clandestino há mais de cinco anos. É isso mesmo?



Foto: Divulgação

Deputado Adão Preto: a CTNBio não tem competência para avaliar nada e atua como se fosse marionete das empresas, cujos pareceres aparentemente copia e aprova

Adão Preto - Exatamente. O presidente da República, ao sancionar a Lei nº 8.974, de 05.01.1995, que regulamentava o artigo 225 da Constituição - que estabelecia as normas para o uso da engenharia genética e criava a CTNBio -, vetou os artigos 5º e 6º, exatamente os artigos que criavam e estabeleciam as competências da CTNBio. Portanto, legalmente, ela não poderia existir, e todos os atos dela não são válidos.

Quando o governo se deu conta, publicou o Decreto nº 1.752, em dezembro do mesmo ano, criando a CTNBio e determinando suas funções, conforme estabelecia a própria justificativa para o veto, alegando que a reforma administrativa estava em curso, só podendo ser criada a comissão através de Projeto de Lei. Além disso, a decisão da 6ª Vara Fe-

deral, em Brasília, veio confirmar a inexistência legal da CTNBio. Foi baseado nisso, no fato de o governo não ter criado porque vetou, e depois ter criado com o instrumento errado, que iniciamos a nossa ação.

Como ficam os atos já praticados pela CTNBio?

AP - Por todas essas razões, já que os atos que criaram e determinaram sua composição e competência são legalmente nulos, tudo o que aquela comissão aprovou, tudo o que fez, não é válido, porque a CTNBio não existia e não existe.

Além disso, há a sentença da Justiça Federal que proíbe o cultivo e comercialização de transgênicos em território brasileiro. E é por isso que os movimentos do campo estão ocupando e destruindo plantações e experimentos, como fizeram em Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, no final de janeiro. Estão respaldados; não há nada de ilegal naquelas ações. Quando o governo federal, por pressão das grandes empresas, resolve desafiar a Justiça e a própria opinião do povo que governa, autoriza o povo a agir.

Sob quais aspectos a Medida Provisória 2.137 pode ser considerada ilegal?

AP - Sinteticamente, podemos apontar algumas boas razões para sugerir a ilegalidade da MP. Primeiro: a lei diz que a comissão técnica a ser criada terá o papel de auxiliar e assessorar os ministérios no que couber sobre biossegurança. Ora, a MP dá poderes conclusivos aos pareceres técnicos da CTNBio, confrontando com o estabelecido na Lei 8.974/95, que a MP veio complementar.

Segundo, há um claro conflito de competências entre órgãos do Poder Executivo. A MP, quando fala das atribuições da comissão, dá totais poderes a ela, inclusive acima dos ministérios.

“A prova de que o próprio governo reconhece a ilegalidade dos atos da CTNBio, desde 1995 até a data da publicação da MP, está no conteúdo da MP, ao convalidar os atos da comissão naquele período. Se precisa convalidar, é porque não são válidos”

Um exemplo é a atribuição de fornecer certificado de qualidade em biossegurança. Ora, isso é abuso de poder para uma comissão, que, na sua origem, tinha apenas o papel de fornecer parecer técnico e assessoramento.

Mas a prova de que o próprio governo reconhece a ilegalidade dos atos da CTNBio, realizados desde 1995 até a data da publicação da MP, está no conteúdo da MP, ao convalidar os atos daquela comissão naquele período. Ora, se ele precisa convalidar, é porque reconhece que não são válidos.

E, por último, nós questionamos qual a urgência de regulamentar uma questão tão polêmica como essa, que exigiria um grande debate pelos inúmeros questionamentos morais, legais e jurídicos que envolve, para que o governo faça através de Medida Provisória. Essa atitude só pode ser justificada pelo oportunismo que envolve a questão e o tamanho dos interesses econômicos envolvidos. Só pode ser isso.

Como a Procuradoria pode contestar ou bloquear os efeitos da MP?

AP - O que nós estamos pedindo é que o Ministério Público entre nessa questão, definitivamente, pois as estripulias que este governo vem fazendo para - legal ou ilegalmente - liberar os experimentos, cultivo, comercialização e tudo o que for preciso sobre transgênicos, chegou ao limite. Estamos pedindo que se abra um inquérito civil público para apurar a legitimidade - tanto a

forma, quanto o mérito - das decisões da CTNBio, em relação às autorizações já fornecidas. Suspeitamos que as autorizações possam estar atendendo apenas aos interesses das empresas de biotecnologia e não ao fim a que deveriam servir, que é a biossegurança. Ou seja, à certeza de que não causam danos à saúde e ao meio ambiente.

Tivemos acesso às atas das reuniões da CTNBio. Pudemos constatar a palhaçada que é aquela comissão. Ninguém lá tem competência para avaliar nada. Eles são marionetes das empresas para dar um ar de credibilidade. Os pareceres deles devem ser cópias dos pareceres das empresas, porque elas têm assento na comissão. O próprio juiz federal que proibiu os transgênicos aqui, na mesma ação questionou a composição e a competência da comissão.

O Ministério Público, a partir disso, pode solicitar à Justiça que determine imediata suspensão da validade dos atos praticados pela CTNBio no período entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000. Pode ainda, caso julgar procedente, entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade, pelos diversos vícios do processo de criação e regulamentação da CTNBio. O MP tem todas as informações necessárias, e portanto, está na sua mão a tomada dessas providências.

Por que o governo elevou a CTNBio a papel decisório e regulamentador bem acima do normal a uma comissão técnica? Em que organograma ela se insere ou deveria se inserir?

"Pesquisas constataram que a agroecologia tem resultados de aumento de produtividade de 100% a 300%, com custos mais baixos do que os que utilizam agrotóxicos ou transgênicos"

AP - Estamos convencidos de que a pressão do governo em regulamentar a questão se deve à pressão internacional das grandes empresas que dominam o mercado de sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

Essas empresas, que controlam o mercado mundial de alimentos, querem transformar os países que dominam, como é o caso do Brasil, em campos de experimentos dessas novas tecnologias que permitirão o controle completo do mercado de produtos agrícolas. O governo, capacho dessas empresas, usa de todos os instrumentos - legais ou não - para facilitar o desenvolvimento desses interesses aqui.

Do nosso ponto de vista, porém, esse debate é um dos mais urgentes para a sociedade brasileira. O povo precisa saber do que se trata, e o papel do governo deveria ser o de fomentar esse debate.

Pela discussão envolvendo todas as forças, o governo deveria definir o melhor caminho a ser seguido, e aí, então, constituiria um fórum específico para tratar da questão.

O que defendemos é uma Comissão Nacional de Bioética, com representação de toda a sociedade, respeitando as diferentes posições existentes no país.

No entanto, pelas razões de que já falei, o governo prefere fazer tudo sob o maior sigilo. Nós encontramos muita dificuldade para conseguir as cópias das atas da CTNBio; tivemos de fazer através de Requerimento de Informações para obrigar o Ministério da Ciência e Tecnologia a nos fornecer o material, porque eles alegavam sigilo.

Como se processou a indicação dos integrantes da CTNBio?

AP - A composição da CTNBio estava prevista na Lei 8.974 de janeiro de 1995, mas teve os artigos que a definiam vetados. Depois ela foi criada através daquele Decreto, em dezembro do mesmo ano, que também não é válido, porque não se pode regulamentar o que não existe.

Como se processou a indicação dos integrantes, quais os critérios utilizados, a qualificação e as credenciais dos seus membros, ninguém sabe. Ainda que todos os membros sejam cientistas das áreas de conhecimento que envolvem a biossegurança, o governo deve ter consultado as empresas interessadas e submetido uma lista de nomes a elas e, a partir disso, montou a comissão. Esta é a prática do governo FHC.

A comunidade científica, de modo geral, recomenda cautela com relação aos transgênicos, por exigirem pesquisas mais extensas para determinação de sua inocuidade ou não. A CTNBio adota comportamento oposto. E a Justiça permitiu o desembarque e distribuição de transgênicos em Pernambuco e no Espírito Santo. A CTNBio não considera a comunidade científica? O Congresso pode ainda interferir? Como avalia o papel da Justiça?

AP - Nós temos dito que os produtos que sofreram mudanças genéticas, os chamados transgênicos, apresentam dois tipos de perigo: um de saúde e outro de segurança alimentar do país.

Em relação à saúde, como não é um produto natural, nenhum cientista, por melhor que seja, pode assegurar que não vai causar problemas futuramente para o meio ambiente, para a saúde do agricultor e do próprio consumidor. Ao contrário, diversos produtos já apresentaram consequências graves, como uma variedade de milho transgênico que matou todas as borboletas no seu meio ambiente ou um produto industrializado a partir da soja transgênica que provocou uma alergia estranha em quem o consumiu.

Além disso, esses produtos não representam avanço científico, e sim uma nova forma de domínio tecnológico das multinacionais sobre os produtores e os países pobres. Por que isso? Porque muitas empresas transnacionais fazem uma mutação na planta que e as deixa estéreis. Ou seja, o agricultor não tem sementes daquela plantar para o ano seguinte, e fica dependente, todo ano, da compra de sementes novas, daquela mesma empresa.

Como as empresas controlam as sementes, passarão a cobrar o que quiserem por elas, sem nenhum controle. Podem usar até de pressão sobre o governo, sobre o país.

A CTNBio não leva em conta esses alertas da comunidade científica, que não é neutra ou unânime. Seu objetivo é apenas legitimar o que as empresas já vêm fazendo. Parte da Justiça se manifesta da mesma forma e o governo age de maneira programada. Onde há um juiz favorável aos transgênicos, é lá que vai haver desembarque; onde há um juiz desfavorável, evita-se passar por perto. Com relação ao Congresso, o processo de discussão até a aprovação de uma lei pode demorar e, assim, corre-se o risco de aprovar algo que o governo não queira. Por isso, o Executivo legisla através de MP, para evitar o caminho do Congresso. Dessa maneira, só nos resta a solução do Ministério Público e da Justiça. E da parte da sociedade, resta protestar como pode e como acha que deve.

O que pode ocorrer no campo brasileiro e no chamado agribusiness, se a tendência permissiva do governo se impuser?

AP - A maioria dos governos da Europa está proibindo o uso de transgênicos na lavoura e nos alimentos. No Japão, também. Já na Argentina e nos Estados Unidos, a maior parte das sementes é controlada por grandes empresas que apenas visam ao lucro, e que distribuíram essas sementes transgênicas por toda parte, não tendo mais como controlar a situação.

Agora, eles estão difundindo essas sementes aqui no Brasil, para poder sujar nossa agricultura. Assim, não poderíamos mais competir com eles, no mercado mundial, com produtos limpos. Além disso, a moderna biotecnologia levará à perda da autonomia da agricultura familiar, através da imposição de produtos químicos cada vez mais fortes.

A produtividade do campo brasileiro é reconhecidamente baixa. Alega-se que a semente transgênica ampliaria a produção. É válido o argumento?

AP - Esta pergunta, por si só, merece um seminário. Em primeiro lugar, vamos desfazer uma enorme mentira que os grandes e o nosso governo sempre utilizaram: a de que é preciso investir na biotecnologia para produzir mais alimentos para matar a fome do povo.

Nós desfazemos essa mentira a partir de duas razões: primeiro, o problema da fome no Brasil e no mundo não está na falta de tecnologia e nem na produtividade, porque nunca como agora se produziu tanto por área, mas, em contrapartida, nunca tivemos tanta fome quanto temos hoje.

O problema da fome está no latifúndio e na concentração das riquezas do mundo. Os avanços tecnológicos estão concentrados nas mãos dos ricos do

“Quem domina o mercado desses produtos são as empresas de biotecnologia. Essas empresas estão impondo a destruição da agricultura nacional para fazer crescer seus negócios”

campo e da cidade. Neste ano, só para se ter um exemplo, o Brasil colherá uma supersafra de arroz e milho, mas isso não significa que os agricultores receberão mais pelo produto e nem que o consumidor terá produto mais barato no supermercado, porque o governo continuará importando.

Segundo, o governo tem acordos internacionais a cumprir, e provavelmente continuará comprando produtos transgênicos. Esse dado revela outra face perversa do governo: ele acabou com todos os estoques públicos de produtos agrícolas por imposição de fora, para estar com as portas abertas a quem quiser nos vender o que for.

Isso nos deixa sempre numa posição de perigo, como aconteceu com o milho no passado. Quem domina o mercado desses produtos são as empresas de biotecnologia, que estão impondo a destruição da agricultura nacional para fazer crescer seus negócios.

Ainda com relação à produtividade: pesquisas de universidades americanas indicam que não há ganho de produtividade no uso de soja RR, da Monsanto, em comparação com a soja comum. Já as experiências da Rede Sementes, criada no Brasil pela iniciativa das ONGs da Rede PTA de agricultura alternativa, para recuperação e melhoramento de variedades tradicionais dos agricultores familiares, mostram que estas são competitivas com os índices de produtividade dos transgênicos.

E mais, pesquisas realizadas por centros internacionais e por universidades do Primeiro Mundo constataram que o padrão de desenvolvimento da

agroecologia tem resultados de aumento de produtividade de 100% a 300%, com custos mais baixos do que os que utilizam agrotóxicos ou transgênicos. A própria Embrapa, nossa empresa pública de pesquisa, aponta isso. No entanto, o governo a transformou num braço das empresas de biotecnologia.

Não podemos esquecer que a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos básicos, através da produção baseada nas variedades locais de sementes. Porém o modelo que vem sendo implementado está comprometendo essa produção, porque está destruindo as pequenas propriedades.

No governo FHC, enquanto 200 mil famílias foram assentadas, mais de 400 mil pequenas propriedades desapareceram. A obrigação da compra anual de sementes é uma ameaça a mais à agricultura familiar.

Ainda há o aspecto do dito mercado. Nós já temos exemplos da vantagem competitiva do Brasil em relação à exportação de produtos agrícolas livres de alterações genéticas e a tendência é de aumentar ainda mais. Se houvesse da parte do governo disposição de defender os interesses nacionais, o Brasil se consolidaria como um dos grandes agroexportadores de produtos não-transgênicos.

Além disso, se trata de uma questão de soberania e de segurança alimentar. Hoje, embora tenhamos superprodução, ela não atende a todo o povo brasileiro e continuamos totalmente dependentes dos interesses internacionais. É essa lógica e esse modelo que devem ser invertidos. ■

UNE faz semana de artes

A 2ª Bienal da UNE, com o lema "Nossa cultura em movimento", reúne oito mil estudantes no Rio para debater, exhibir e conhecer novas manifestações artísticas e promover o intercâmbio entre os universitários e a sociedade

Alvaro Neiva

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) está renovando seu espírito e recuperando a função de representante da juventude. Segundo Clemente, vocalista da banda de rock Inocentes, este é o principal mérito da 2ª Bienal de Cultura da UNE, realizada de 3 a 10 de fevereiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No entanto, o objetivo da entidade, ao realizar um encontro desse porte, é mais amplo. A UNE pretendia, com a Bienal, possibilitar o aumento na circulação da produção cultural universitária, em contraponto com a cultura massificada que vem dominando a mídia, discutir as políticas do governo para o setor e formular novos conceitos culturais e artísticos.

Segundo Danilo Moreira, diretor da entidade e coordenador-geral da 2ª Bienal, é importante os estudantes comecem a perceber a cultura também como um instrumento estratégico de afirmação da soberania nacional.

"Diante do neoliberalismo, que impõe uma padronização, a luta pela cultura é a forma de preservação dos valores nacionais", define. Por isso, Danilo considera que a Bienal superou as expectativas, contando com um grande número de estudantes, muitos dos quais pouco habituados a frequentar os fóruns do movimento estudantil, e reunindo expoentes da arte e da academia no país.

Do teatro à tecnologia

A Bienal sediou mostras universitárias de artes cênicas, cinema e vídeo, música, artes visuais, literatura e ciência

e tecnologia. Para participar delas, era exigido que os autores dos trabalhos (ou pelo menos metade deles, dependendo da categoria) fossem estudantes universitários. Houve uma pré-seleção e, dentre as produções exibidas, algumas foram selecionadas por um júri técnico e voto popular, sendo premiadas com a gravação de discos, publicação de livros e participação em exposições coletivas.

A presença da categoria ciência e tecnologia entre as mostras e como tema de diversos painéis, apesar de parecer estranha, é um motivo de orgulho para os organizadores. Danilo lembra que normalmente a cultura é associada apenas à arte, mas, em um conceito mais amplo, engloba também a produção de conhecimento científico. Ele ressalta ainda a importância da produção científica das universidades como um fator fundamental para o desenvolvimento do país.

Os painéis contaram com a presença de artistas e intelectuais renomados, como o poeta Ferreira Gullar, o ator Francisco Milani, o músico Jards Macalé e o teatrólogo Augusto Boal para discutir, entre outros assuntos, as diversas formas de expressão, a politização do discurso artístico e a resistência à indústria cultural.

As "mostras convidadas" promoveram a exibição de filmes como *Barra 68*, de Vladimir Carvalho, e *O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas*, de Marcelo Luna, e peças como *A comédia do trabalho*, da Companhia do Latão, e *Rasga coração*, em homenagem ao autor, o falecido dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. As oficinas também conta-

A Companhia de Teatro na Praia apresenta um espetáculo na mostra paralela da 2ª Bienal



Foto: Alvaro Neiva

Pela inquietação criadora e para entender o Brasil

A diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) aproveitou a 2ª Bienal para lançar um manifesto em defesa da cultura brasileira. Abaixo, alguns trechos do documento.

"A cultura de um povo é a forma mais elevada de reconhecimento, união e fortalecimento de uma nação. É através da cultura que o ser humano se reconhece como pertencente a um grupo social, a uma localidade e a um país e é, ela mesma, constitutiva da ação em sociedade, sendo, portanto, indissociável dela..."

A atual política cultural implementada em nosso país impossibilita o fortalecimento dessa arte, ora transferindo a responsabilidade de fomento cultural exclusivamente para as mãos da iniciativa privada, transformando os órgãos governamentais voltados à cultura em decoração, em agências intermediadoras de negócios, ora manipulando os elementos culturais para criar uma falsa propaganda de um país de 500 anos sem contradições. Essa

política se manifesta nas rádios, nas tevês, nos teatros, nos museus, na indústria cultural como um todo e (um pouco menos) na imprensa, onde a falta de atritos, a falta de divergências, a mesmice e a padronização imperam, transformando o conhecimento sobre a realidade num falso cotidiano. (...)

A União Nacional dos Estudantes firma seu apoio e sua crença nessa arte verdadeiramente interessada nas suas origens, no desejo de entender o que é o Brasil, mesmo nascendo em condições adversas e forçada a permanecer em guetos. Achamos que a arte diversificada e criativa da juventude brasileira merece ocupar um lugar de destaque na vida social da atualidade. (...)"

O manifesto lembra ainda o papel histórico da entidade, citando a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), na década de 60. Além disso, reivindica uma nova política cultural para o país, a criação de mais espaços para elaboração e circulação da arte brasileira e o apoio aos novos artistas. Para concluir, a UNE se apresenta como uma das trincheiras de resistência da cultura nacional.

ram com artistas importantes, levando aos estudantes um pouco de seu conhecimento e sua experiência profissional.

Subir o morro

A Bienal, contudo, teve uma participação bem maior do que os estudantes que estavam inscritos. O Lado C foi um espaço criado pela organização para promover a troca de experiências entre os estudantes e a sociedade, através de visitas às comunidades da Mangueira, Rocinha e Vidigal. Essas visitas tinham como objetivo principal aproximar os estudantes da realidade social brasileira. Além disso, houve apresentações artísticas de estudantes e de artistas locais, seguidos de uma conversa informal sobre a vida e a capacidade de produção artística nessas realidades tão distintas.

Além disso, o Lado B foi um espaço criado para que artistas não inscritos nas mostras se apresentassem. Ali apareceram, por exemplo, conjuntos musicais de estudantes secundaristas de Minas

Gerais e a Orquestra de Flautas da Cidade Alta, que cativou seus espectadores pelo repertório baseado no cancionário nacional. Os shows do Rappa, realizado na Lapa, Afroreggae e Tom Zé, na Concha Acústica da Uerj, contribuíram para agitar ainda mais a vida cultural do Rio de Janeiro naquele período.

Cuca, o circuito alternativo

Entre os principais saldos da Bienal, a diretoria da UNE ressalta a criação de um circuito cultural alternativo. Este espaço começou a ser construído ainda antes do evento, quando a entidade ajudou a promover encontros estaduais de cultura em São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Goiás.

O passo mais importante, porém, foi a reunião realizada no último dia, envolvendo 300 estudantes do país inteiro, para planejar a criação de Circuitos Universitários de Cultura e Arte (Cuca). Segundo Danilo, toda a Bienal

foi permeada pelo sentimento da necessidade de criar um sistema organizado de circulação da cultura. O surgimento dessa demanda propicia um impulso fundamental para o estabelecimento de um circuito cultural permanente, ligado às entidades estudantis.

A Bienal foi sede também de uma reunião do secretariado executivo da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes (Oclae). A entidade, que congrega estudantes de 27 países, está fazendo os preparativos para o lançamento, em abril, de uma campanha em defesa da soberania nacional no continente.

A campanha inclui a luta pela educação pública de qualidade, levantando a importância das universidades para o desenvolvimento de um país. E questiona iniciativas como o Plano Colômbia e a criação da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca), ambas de interesse estratégico para os Estados Unidos e vistas como ameaça à soberania dos demais países do continente. ■



Foto: Rafael de Carvalho

A volta da Fiorentina

O famoso restaurante do Leme reabre depois de oito anos para escrever novo capítulo da vida cultural carioca

Márcio Paschoal

OS AMANTES DA NOITE e da cultura carioca estão em festa: voltou à ativa, no seu tradicional local do Leme, um dos mais antigos templos da boemia do Rio, a Fiorentina. Mesmo tendo sido fechada em 1992, seus freqüentadores sempre acreditaram que um dia reviveriam aquele ambiente de efervescência.

Um dos sócios do restaurante, Araken dos Santos Silva, conta que sempre teve a certeza de que esse dia iria chegar. "Quando eu viajava pelo exterior ou pelo Brasil afora, sempre encontrava alguém que já tinha passado pela Fiorentina. O restaurante era uma referência. Mesmo depois de fechado, nunca ninguém se esqueceu dele", dizia, na reestréia, um orgulhoso Araken.

O restaurante Fiorentina renasceu, ao velho estilo, com direito a convidados ilustres, coquetel e queima de fogos. Uma noite digna dos velhos tempos. Daniel Filho não escondia a felicidade. Numa mesa com amigos, entre eles Norma Bengel, rememorava aquelas noites que não tinham hora para terminar. Norma, linda e visivelmente emocionada, falava daquela época em que era mais fácil ser carioca: "A Fiorentina é uma memória agradável do Rio, onde as pessoas andavam livremente e despreocupadas nas ruas, sem medo de assalto, lindíssimas e autênticas. Nós saíamos do Carlos Machado, do Sacha's e vínhamos para cá, namorar, agitar, rever amigos..."

Jorge Dória não se cansava de contar histórias passadas naquelas mesmas mesas: "Eu vinha quase todas as noites e, ao olhar agora, aqui em volta, reencontro

velhos amigos, como Maurício Sherman, João Bithencourt e tantos outros. Aliás, o Sherman era um dos mais procurados. Todo mundo vinha aqui para pedir emprego a ele..." Na mesa ao lado, Sherman admitia: "Naquele tempo, eu fazia na média uns dez programas na tevê, por semana. Era um tremendo cabide de emprego. Muita gente vinha me pedir um trabalho. Um deles era o Sérgio Cabral." Sérgio justificava não ser o único. Sherman continua: "Era tanto bicão que eu tinha que primeiro atender a fila de pedidos, para só depois ir bater papo com os amigos Edu da Gaita, Mário Lago, Bororó, Leon Eliachar."

O teatrólogo João Bithencourt concorda: "Todo mundo ligado ao *show business* carioca e que não viesse à Fiorentina perdia grandes oportunidades. Todo artista que se prezasse vinha para cá. Para comer bem e tomar umas gela-

A noite em que Rita Hayworth ficou abandonada na chuva...

Daquela restaurante, que a gente chamava de O Fiorentina, assim no masculino mesmo, saíram milhões de negócios, de peças de teatro a programas de televisão, de musicais a filmes. Já disse, "as revoluções saem quando um grupo de pessoas se reúne sem idéias preconcebidas". Bossa-nova, cinema-novo, teatro "novo". Empregos novos. O pessoal das emissoras de televisão se encontrava ali como times de futebol: os da Tupi contra os da TV Rio. No Fiorentina, você via tudo que era artista. Tinha Ary Barroso e Tom Jobim, Luiz Bonfá e Bororó, Edu da Gaita e Mario Lago, Ruy Guerra e Milton Moraes, Jô Soares e Chico Anysio... Tinha ainda a turma do Lido, o pessoal do cinema (Jece Valadão, Glauber Rocha, Roberto Farias, Reginaldo Farias, Norma Benguel), todas as bailarinas do Walter Pinto, argentinas e brasileiras, e todas as mulheres fantásticas do Carlos Machado, e ainda Grande Otelo, Oscarito, Silveira Sampaio, Sérgio Porto... enfim, era o mundo, ou parte do mundo que valia a pena. Os políticos. Não citarei nomes, porque ali era território livre. Sem partidatismo. Normalmente, o pessoal da esbórnia - quem estava a fim de conseguir alguma mulher - ficava na varanda. Automóvel era um luxo, quase ninguém tinha. O Fiorentina era uma coisa louca, fantástica.

As emoções eram, vistas à distância, impostas pelo tempo, emoções ingênuas. Lembro, por exemplo, do que senti no dia em que o Milton Moraes me deixou dirigir o carro do irmão dele até a porta do Fiorentina, e sobretudo a emoção que

era estacionar devagar, o braço para fora da janela, olhar displicente, a glória das glórias... Vir ao Rio e não passar lá era pior que não olhar o Corcovado. "Não foi ao Fiorentina? Então não estiveste no Rio!" Tinha as estrelas estrangeiras: Brigitte Bardot, Rodolf Nureyev, Kim Novak, Alberto Sordi, Jean Paul Belmondo...

Um dia, ali na porta, eu vi Rita Hayworth na chuva. Uma imagem melancólica de doer. Ela tinha vindo passar o Carnaval no Rio de Janeiro e ficou mais do que devia. No Brasil, a fama dura pouco: todo mundo tenta desmoralizar tudo que acontece. E "Gilda", ou melhor, Rita Hayworth, foi ficando, ficando... Num dia de chuva, eu estava sentado na segunda mesa da varanda, não me lembro se ela estava com alguém ou se estava sozinha. Só me lembro, perfeitamente, de ela saindo e ficando na escadinha à espera de um táxi, solitária na chuva. Ninguém no Fiorentina foi capaz de levantar e oferecer uma carona para Gilda. E o mundo sabe: nunca houve uma mulher como ela. Nunca.

Como também nunca houve um restaurante como o Fiorentina. Nunca. E agora, ele está de volta!

Daniel Filho
Rio, dezembro de 2000



Foto: Fiorentina

Daniel Filho: 'Gilda' caiu do pedestal e sequer atraiu um guarda-chuva amigo

das, encontrar os amigos e, por fim, conseguir algum trabalho."

O cantor e compositor Tunai lembrava os acontecimentos marcantes de sua vida: "Pisando aqui nesse chão, sentindo a mesma sensação quando vinha com Elis Regina, é um mergulho no tempo. As coisas boas a gente nunca mais esquece..."

O escritor Arthur Poerner não conseguia esconder a emoção: "Isto aqui era um centro cultural dos melhores. Grande parte dos cartazes do Cinema Novo foram desenhados nessas mesas. Ziraldo, por exemplo, desenhou muitos, aqui mesmo." Ao lado, o próprio Ziraldo concordava.

Fazendo parte de uma geração mais nova, a deputada Jandira Feghali garantia que a Fiorentina tinha tudo a favor para renascer: "Na década de 80, isso aqui era um mito para mim. Mas na segunda fase, depois do incêndio, eu passava sempre por aqui, e pude constatar que era um ponto de encontro de pessoas criativas, um lugar vital para a cultura."

Os convidados especiais não paravam de chegar e deixar suas assinaturas nas colunas do restaurante. Dercy Gonçalves, Marta Rocha, Oswaldo Loureiro, Lúcio Mauro, Emilinha Borba, Paulo Silvino, Zuenir Ventura. O destaque foi a chegada triunfal de Zélia Hofman, numa limusine. Após discurso

vibrante de Hugo Carvana e de apartes de Wilson Viana, o simpático Capitão Asa, a turma foi assistir aos Cariocas e à queima de fogos, que anunciava a nova fase.

Dali pra frente, foram só histórias dos tempos antigos, como a famosa madrugada da chegada do então cassado ex-presidente Juscelino Kubitschek à Fiorentina, no período mais tenso da ditadura. Nesse momento, todos se levantaram e cantaram, uníssonos, o simbólico *Peixe vivo*.

Não precisa dizer mais nada. Eram noites marcadas por cultura, resistência e improviso. Momentos para ficarem na história. ■

A história de um lugar que nasceu para brilhar

Os artistas vinham jantar e colocar as conversas em dia. Rita Hayworth, Brigitte Bardot e Rock Hudson foram alguns dos nomes internacionais que deixaram lá suas assinaturas

Capítulo I

O BAR - ANOS 40

Pedro da Silva instala no Edifício Yramaia, na praia do Leme, o bar-restaurant A Forna da Onça, filial de um barzinho da Lapa. A casa oferecia dança e bebidas. O ambiente era familiar, a ponto de aniversários serem comemorados no local.

Capítulo II

A PIZZARIA - ANOS 50

O italiano Luigi Mecotti arrenda o ponto e lança a pizzaria Luigi, que passa a ser a atração do Leme. Mais badalado para a época, impossível: as vedetes de Walter Pinto (com destaque para a estonteante Wilza Carla) eram fotografadas na pizzaria, onde o dono passeava pelas mesas, tocando seu violino e animando a freguesia. Vêm daí as primeiras histórias, como a de Ary Barroso, que estava numa mesa vizinha à de um delegado da Polícia, quando chega o humorista José Vasconcelos, que fazia o maior sucesso na TV-Rio. Ary, aflito, pergunta: "Então, Zé, você trouxe o pó?" O humorista confirma, com ar de mistério, e ambos se dirigem ao banheiro. Imediatamente, o delegado os segue, na certeza de dar o flagrante do ilícito. Mas surpreende os dois aplicando o pó Corega, fixador de dentaduras. O policial, antes da constrangida meia-volta, ainda ouviu um Ary, de boca murcha,



Fotos: Fiorentina



Com o reforço do Corega, os jantares corriam tranquilos. O ambiente amigável e a troca de idéias inspiravam piadas a José Vasconcelos e temas de canções ao múltiplo Ary Barroso

dizendo: "Você demorou muito, Zé. Eu já estava ficando morto de fome..."

Capítulo III

A FIORENTINA - 1958

Sílvio Hoffman, sua mulher Zélia e Araken dos Santos Silva abrem no local a Fiorentina, cantina de comida internacional e ponto de gente famosa, especialmente artistas. A Fiorentina celebrou-se como templo da cultura boêmia. Os artistas vinham jantar e colocar as conversas em dia. Rita Hayworth, Brigitte Bardot e Rock Hudson foram alguns dos nomes internacionais que deixaram lá suas assinaturas, infelizmente levadas pelo fogo. Quando reinaugurada pela primeira vez, após o incêndio em 1988, o relações-públicas do restaurante, Araken, convocou muitos dos frequentadores a escreverem seus nomes novamente. Assim, Nara Leão (em 11/03/89, três

meses antes de falecer), Angela Maria, Emilinha Borba, entre centenas de outros, retornaram ao lugar. São esses nomes que, com a restauração, voltarão a emprestar um caráter de memória e tradição às colunas e paredes da nova Fiorentina, que estava fechada desde 1992.

De fato, parece que o lugar estava esperando o retorno para qualquer hora dessas. É um presente e tanto para o Rio. Além de Araken, o empresário Omar Resende Peres Filho, à frente do negócio, garante que o lugar irá manter a tradição, através do projeto de restauração dos autógrafos famosos, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nas famosas colunas e paredes rabiscadas da Fiorentina, registro importante de uma época, verdadeiros afrescos da vida e da alma de uma cidade. Além disso, a nova Fiorentina garante que oferecerá o melhor dos serviços, como nos velhos tempos. ■

Saudades da soberania

O neoliberalismo procura desarticular a luta pelo desenvolvimento

Aguinaldo Moraes Valença

É CONHECIDA A FRASE DO PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO, em resposta à oferta de proteção feita pela Armada inglesa, que lhe mandara indagar como seria recebida a ajuda: "A bala", grunhiu ele, que prezava o brio nacional. Quantas saudades do Marechal de Ferro.

É conhecida a reação popular, quando relatório de entidade internacional concluiu que o Brasil não dispunha de petróleo a extrair, e a execração pública a que foi levado o subscritor da conclusão - Mister Walter Link - pela obra do infatigável Gondin da Fonseca, especialmente em "Que Sabe Você Sobre o Petróleo" e "Senhor Deus dos Desgraçados". Quantas saudades do bravo polemista.

É conhecida a ainda recente e vasta produção, em jornais e livros, de Barbosa Lima Sobrinho, na defesa dos interesses nacionais, do Estado e de seu povo. Quantas saudades do velho.

É conhecida a luta do empresário maior, senador José Ermírio de Moraes, contra a manutenção, nas mãos do capital internacional, da produção de cimento, aqui utilizado então apenas mediante importação. Quantas saudades do grande capitão de indústrias.

É conhecida a história do *dumping* praticado pelos produtores internacionais de trigo, destruidor da triticultura do Rio Grande do Sul. Quantas saudades do pão nosso de cada dia, quando ainda era nosso e de todo dia.

É mais que conhecida a influência de tais vertentes da luta nacional: a soberania em si; o petróleo, sinônimo de transporte e energia; o cimento, preponderante na construção de estradas e habitações.

Não fica por aí, contudo, a vasta influência internacional em nossa economia. O avanço dos bancos estrangeiros, o cinema e a indústria fonográfica, a moda e, por último, o esfacelamento da indústria nacional, seja por aquisições ou pelo esmagamento provocado pelos juros que não atingem suas congêneres de capital externo, que captam seus recursos a juros internacionais baixíssimos.

Não bastasse o até agora acontecido, vemos hoje o ataque aos nossos produtos do campo. As infâmias assacadas contra a carne aqui produzida tem objetivo certo: o desequilíbrio de nossa economia. Com ele, o desemprego já assustador, quem sabe a volta aterrozante da inflação sem remédio, como, de resto, sem remédio encontrasse nossa população, diariamente assaltada pela indústria farmacêutica internacional instalada, ou não, em nosso território.

Até o momento, falei das dificuldades da nossa grande indústria. Na pequena e média, maiores absorvedores de mão-de-obra, piores são os danos.

Sou pequeno empresário do ramo gráfico. A Isocard Artes Gráficas, absolutamente nacional, atua há doze anos na produção de cartões magnéticos. São doze anos de resistência ante as multinacionais, sem perder de vista o aspecto social do empreendimento.

Por isso, estamos fazendo um apelo ao brasileiro consciente, no sentido de que lute pela preservação da indústria nacional em qualquer nível, defenda-a e prestigie. Tal atitude significa estabilidade econômica, emprego, enfim, soberania. Como fazem os estrangeiros com relação às empresas de seus países. ■

Aguinaldo Moraes Valença é empresário do ramo gráfico - correio eletrônico: aguinaldo@isocard.com.br

**ETM NA
BIENAL
DO LIVRO 2001**

**Bienal
do
LIVRO**
Rio de Janeiro - 2001

**Durante a
X Bienal do Livro do
Rio de Janeiro,
de 17 a 27 de maio,
no Riocentro,
visite o nosso estande,
receba brindes e descubra
as novidades que
preparamos para você!**



Não esqueça o
nosso endereço:

Pavilhão 3

(em frente ao estande da Espanha)



Mais informações no site:
www.bienaldolivro.com.br

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7
Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



CONFISSÕES
Darcy Ribeiro Cód. C 0890
Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas R\$36,00 - Editora Cia. das Letras



PRESTES
Lutas e autocriticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana Cód. 020015
Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA
Ideias, instituições e personagens
Vários organizadores Cód. 0100-92
Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1
Este é o primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. A obra mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599págs. R\$49,90 - Editora Objetiva



DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL de 1500 até a atualidade
Schuma Schumacher (coordenação)
Cód. 85 7110 573-1
Com cerca de 900 verbetes e mais de 270 ilustrações, este dicionário torna-se referência obrigatória para estudos da história brasileira. O compromisso é com a tentativa de recuperar a trajetória das brasileiras que, com muitas outras afora, ainda estão escondidas atrás dos panos. 567 páginas. R\$49,00 - Editora Jorge Zahar

EDUCAÇÃO



ESTERÉOTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

FILOSOFIA



A ÁGUA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6
Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00
que se busque Editora Vozes



O DESPERTAR DA ÁGUA
Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0
O livro continua o anterior A águia e a galinha, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 Editora Vozes



SABER CUIDAR
Leonardo Boff Cód. 85-326-2162-7
O livro detalha o cuidado em suas várias concretizações: com a Terra, a sociedade sustentável, o corpo, o espírito e a grande travessia da morte. 200 páginas. R\$18,00
Editora Vozes

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO
Ivan Alves Filho Cód. 0200-17
Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 Editora Mauad



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA
Dir: José Maria Rabêlo Cód. BA 7013
A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - Editora Barlavento e Armazém de Ideias



ESCRavidão ou MORTE
Jorge Preto de Souza Cód. 0100-20
O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Editora Mauad



HISTÓRIA DO CONE SUL
Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.) Cód. 0159
Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$35,00 - Editora Revan



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68
O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Ed. Mauad



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025
O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público

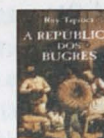


O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan

LITERATURA



A INVENÇÃO DO MAR
Gerardo Melo Mourão Cód. 050229
Uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. 368 páginas. R\$ 28,00 Editora Record



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0
O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532págs. R\$ 35,00 - Editora Rocco

MEMÓRIAS



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE
Moacir Werneck de Castro Cód. 85.01.05771-1
A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho
Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record

POLÍTICA



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 Editora FGV



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0
O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Editora Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan



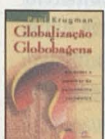
DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento
Miranda Neto Cód. 00124
A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização
Marta Arretche Cód. 85.7106.194-7
A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman Cód. 20412-1
O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. - R\$39,00 - Editora Campus



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL

Bernardo Mançano Fernandes
Cód. 85.326.2345-X

O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318págs. R\$26,00 - Editora Vozes



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517

Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Unesp/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 Oficina do Autor



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO

Hilary Wainwright Cód. Z 0486

Combina uma discussão sobre ideia política neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. 152págs. R\$19,00 - Ed. Jorge Zahar

POLÍTICAS PÚBLICAS



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$ 19,00 - Editora Multitexto

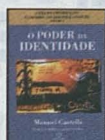
SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód. 85.326.2247-X

Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura
Manual Castells Cód. 20.495

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas. R\$42,00 - Editora Paz e Terra



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA

Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1

Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00 Editora Rocco

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20311-0

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. R\$ 29,90 Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____

Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

CADERNOS 229

Os preços estão sujeitos a alteração

VALIDADE: até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha em letra de forma e envie para a
Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Por que podemos ter orgulho do software brasileiro

Nosso mercado é, talvez, um dos mais promissores do mundo, mas medidas devem ser adotadas com urgência, como a redução das compras corporativas lá fora

Ernesto Haberkorn*

NÃO É NOVIDADE QUE O BRASIL é considerado mundialmente um respeitável produtor de software de qualidade, sempre citado ao lado de nações como Estados Unidos, Índia, Israel, Irlanda, Alemanha e França. No entanto, o país passa por um momento importante e decisivo para firmar-se como um dos grandes pólos mundiais de desenvolvimento da informática.

Há três áreas em que tradicionalmente nossos produtos se mostram brilhantes: os softwares bancários, os voltados à gestão empresarial e os sistemas do setor público. Cada uma dessas áreas apresenta vários exemplos de grande sucesso estimulados pelas condições locais características. Podem ser citados, respectivamente, o nosso complexo sistema de convivência com a inflação, que aqui perdurou por décadas; a reserva de mercado, que nos fez conviver prematuramente com a microinformática empresarial; e as experiências amplamente divulgadas do voto eletrônico e das declarações de Imposto de Renda. Elas têm mostrado ao mundo que, ao menos na automação desses procedimentos, estamos na frente. Quanto ao resto, é questão de tempo.

É verdade também que há setores injustiçados (educação, aplicações de engenharia, alguns casos de sistemas operacionais), tanto por parte do governo como da própria iniciativa privada,

que elegeram - em algumas situações e muito mais por questões mercadológicas do que técnicas -, um produto estrangeiro como solução para seus problemas.

O Brasil tem a massa crítica, isto é, gente. Profissionais formados em um terreno acadêmico que cada vez mais se preocupa com o aprimoramento tecnológico de seus alunos e que conta hoje com quase 100 instituições de ensino de altíssima qualidade.

Nosso mercado é, talvez, um dos mais promissores do mundo. Governo, empresas privatizadas, novos empreendimentos e um universo de pequenas e médias empresas que não pára de crescer. Isso sem falar de outros setores que ainda estão na idade da pedra em termos de informatização e automação.

Não há dúvida de que este governo coloca a informática como uma das prioridades nacionais, através das ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, da criação da Sociedade da Informação e da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Tecnológico, entre outras. É certo, porém, que algumas medidas precisam ser urgentemente tomadas e que, inclusive, fazem parte das principais bandeiras de nossa entidade, a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro).

Tais urgências incluem a redução das compras corporativas que são feitas



Ernesto Haberkorn: 'O nosso país tem a massa crítica, isto é, gente'

lá fora; a implementação de leis de incentivo para o software localmente desenvolvido, em especial nas compras do governo; a criação de um mercado acionário mais forte e transparente; a padronização na conectividade do comércio eletrônico; uma política tributária e trabalhista mais adequada; a auto-regulamentação da atividade e o fortalecimento das entidades representativas.

O rápido crescimento de nossa extensa malha de telecomunicações e a rede mundial de computadores (internet) vão, sem dúvida alguma, impulsionar esse avanço, fazendo com que as altas taxas de crescimento do setor - de 20% ao ano - se mantenham ainda por muito tempo. Ou, quem sabe, cresçam. É o que todos esperamos. ■

*Ernesto Haberkorn é presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro Nacional) e vice-presidente da Microsiga Software S/A

Amadorismo no comércio exterior

É barbaridade acreditar que é possível abrir a economia sem fazer reservas e imaginar dispor de poder de negociação bilateral ou multilateral - ou seja, abdicar, parcialmente, do poder de soberania e acreditar em poder negocial

Sérgio Meireles

SEM CONSEGUIR DISFARÇAR nem ocultar a disputa acirrada pelo mercado mundial de aeronaves entre o Canadá e o Brasil, a partir da avassaladora decolagem da Embraer, o embargo canadense à carne bovina brasileira, ainda com o mau cheiro das retaliações espalhado no ar, mostrou, mais uma vez, que o nosso país ainda não aprendeu uma velha lição: jogo internacional não é para amadores.

A avaliação, seca e contundente, é de um observador privilegiado dessa guerra comercial, o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Benedicto Fonseca Moreira. Para ele, no caso da carne ou de outro produto qualquer, não houve nem haverá solidariedade por parte dos países do Mercosul, que ensaiam a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Isso é uma ilusão. A Argentina quer, na realidade, que todo o rebanho brasileiro morra e assim se abra o mercado para o seu país", diz Moreira.

O presidente da AEB não tem dúvidas de que, caso não haja consenso para se fazer a Alca, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que reúne México, Canadá e Estados Unidos e já está presente no Caribe e na América Central, armará sua cama no Brasil.

Moreira elogia a forma dura com que o país reagiu às provocações canadenses apadrinhadas pela Organização

Mundial do Comércio (OMC), mostrando que "não é mais hora de brincar". Essa postura do governo federal resultou numa comoção nacional, com várias e exóticas formas de protesto contra o boicote: das máscaras de boi que ganharam as ruas de Londres, na encenação liderada pelo artista plástico goiano Siron Franco, aos pecuaristas, sindicalistas e estivadores que comeram churrasco em frente ao consulado do Canadá em São Paulo.

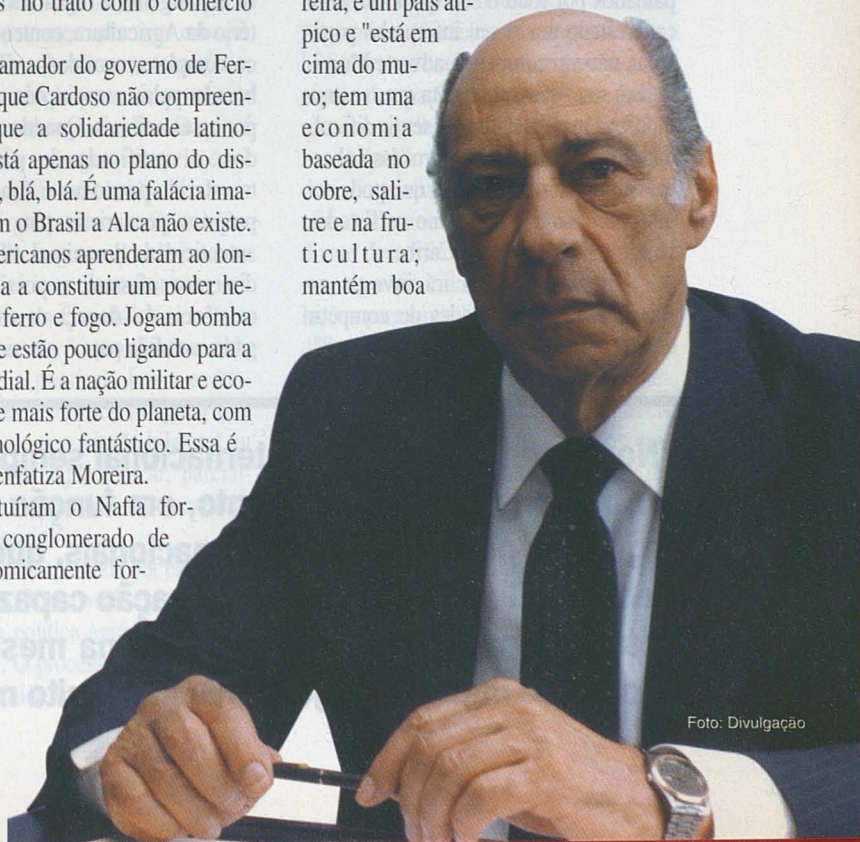
Uma outra ponta da discussão revela, segundo o dirigente da AEB, o lado ainda amador ou ingênuo (não se sabe se estratégico), de algumas "cabeças" governamentais no trato com o comércio exterior.

O lado amador do governo de Fernando Henrique Cardoso não compreendeu ainda que a solidariedade latino-americana está apenas no plano do discurso, do blá, blá, blá. É uma falácia imaginar que sem o Brasil a Alca não existe. Os norte-americanos aprenderam ao longo da história a constituir um poder hegemônico, a ferro e fogo. Jogam bomba lá no Iraque e estão pouco ligando para a opinião mundial. É a nação militar e economicamente mais forte do planeta, com domínio tecnológico fantástico. Essa é a realidade, enfatiza Moreira.

"Constituíram o Nafta formando um conglomerado de países economicamente for-

tes, abriram o mercado econômico para todo o Caribe e a América Central, cujas atividades econômicas são frágeis. As empresas norte-americanas cada vez mais dominam a área caribenha, especialmente através do turismo. O Nafta está plantado por lá e deve a qualquer momento ser formalizado na América Central. O presidente da AEB diz que os países do chamado Pacto Andino (Venezuela, Colômbia e Equador) estão enfraquecidos por questões internas, demonstrando ter preferência americana por causa do tóxico, uma fonte de problemas, mas também de negócios.

O Chile, para Moreira, é um país atípico e "está em cima do muro; tem uma economia baseada no cobre, salitre e na fruticultura; mantém boa



Benedicto
Moreira

Foto: Divulgação

relação com o Brasil e a Argentina, embora esteja voltado mais para o Pacífico, de olho no mercado que abana para ele". A Bolívia e o Paraguai, na avaliação do presidente da AEB, não pesam nessa discussão em torno da Alca, e a Argentina, tal qual um jacaré na beira da lagoa, deixa os espectadores sem saber para onde seguirá.

Comércio vulnerável

Segundo Moreira, estrangulado pelas altas taxas de juros (uma das mais altas do mundo), pelas distorções de sua logística interna e do sistema tributário, o comércio externo do país está vulnerável, golpeado pelo elevado déficit no balanço de transações correntes, fruto da crescente dependência da importação e do capital externo. "Como é que o Brasil vai entrar no acordo da Alca, sem ter feito internamente as reformas necessárias para permitir que o empresário seja competitivo?", questiona ele.

"Se o país entrar no processo de formação da Alca com a estrutura atual - sistemas tributários diferenciados espalhados por todo o seu território, com cada estado tendo seu infeminho particular, não vai competir", adverte Moreira. Em sua análise, constata que, se uma indústria instalada no país sentir dificuldades em competir num processo aberto, vai mudar de mercado, que pode ser um país vizinho ou mesmo os Estados Unidos, o México ou o Caribe.

"Por que alguém irá investir no Brasil, tendo dificuldades de competir com importados no mercado interno?",

indaga o representante da AEB. Para ele, é fundamental que o poder político entenda a necessidade da reforma tributária, para que o país consiga se adaptar a essa nova inserção internacional competitiva. No setor interno, Moreira considera frágil o sistema do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), pois o pequeno e médio empresário, que representam 90% do universo do setor, continuam marginalizados pelo comportamento elitista do sistema de financiamento brasileiro.

Para Moreira, quando é feito estardalhaço em cima de uma disputa comercial, leva-se um tempo para retomar o mercado e recuperar o conceito da carne, apesar de sua boa qualidade e aceitação, devido às características do gado brasileiro, que se alimenta de ração vegetal, ao contrário dos rebanhos da Europa e do Canadá. Lá, diz o presidente da AEB, o clima frio intenso, durante grande parte do ano, obriga os animais a viverem em estábulos, comendo ração animal.

Todo o gado importado do Brasil, que é de raça, conhecido como PO (Puro de Origem), é registrado pelo Ministério da Agricultura, contendo o histórico completo, com dados de saúde, elaborado pelas associações responsáveis por esses animais. Quando são negociados, o certificado de propriedade é transferido para o novo dono, já que os próprios pecuaristas têm interesse na autenticidade do animal. "Esses procedimentos afastam a possibilidade da existência da doença da vaca louca no gado vendido para o exterior", acentua.

Esta, segundo o dirigente da AEB, não é a questão central, mas apenas uma tecla secundária de uma máquina mortífera, acionada a toque ligeiro pelo Canadá e seus aliados para impossibilitar o Brasil de competir no setor de aviação, onde a Embraer está destronando a Bombardier, até então uma gigante do ramo.

"A nossa tradição política internacional sempre foi de tolerância, de negociação. Só que chegamos a um ponto no mundo, em função da globalização, onde são ditadas regras ou pseudo-regras internacionais, que exigem uma nova postura. Se o país não se firmar como nação capaz de produzir bem, vender bem, ocupar espaço, opinar, dar murros na mesa e virá-la quando for necessário, não vai se impor no jogo comercial, muito menos no campo político", adverte Moreira.

Portas fechadas

Ao comentar o comportamento tendencioso da OMC que, no episódio Embraer/Bombardier, esqueceu a neutralidade e autorizou o Canadá a praticar, até 2003, retaliações comerciais de 1,3 bilhão de dólares contra o Brasil, mesmo sabendo que os dois países concederam subsídios indevidos nessa disputa de mercado, Moreira recomenda: "Daqui para frente, a atuação diplomática do governo brasileiro deve ser mais dura, sem perder a candura. A Bombardier tem pretensões de entrar no Brasil para competir também no setor ferroviário. Não podemos abrir as portas, fornecer financiamento do BNDES ou de outra fonte para um in-

"Nossa tradição política internacional sempre foi de tolerância, negociação. Só que chegamos a um ponto, em função da globalização, onde são ditadas regras ou pseudo-regras internacionais, que exigem uma nova postura. Se o Brasil não se firmar como nação capaz de produzir bem, vender bem, ocupar espaço, opinar, dar murros na mesa e virá-la, quando for necessário, não vai se impor no jogo comercial, muito menos no campo político"

vestidor que age como inimigo, infernizando nossa vida lá fora".

Moreira vai além, explicando que, "no fundo, o Canadá força a autolimitação e a autopunição do Brasil diante do mercado, o que é um erro fundamental. Se impuser restrições a produtos brasileiros, haverá troco, sobretudo no setor agrícola, com a suspensão de sêmen bovino e de cloreto de potássio (fertilizante), segundo item mais vendido ao Brasil no ano passado". Para ele, é um equívoco a tese, que ainda é uma tônica na política internacional, de se achar que os países desenvolvidos devem impor regras para serem engolidas pelos países subdesenvolvidos.

"O que significa o Canadá para o Brasil? Se for parceiro, ótimo; se não for, não vamos morrer, nem na importação nem na exportação", define o presidente da AEB. Se a guerra comercial recrudesce, calcula-se que o Canadá receberá três golpes, não mortais, mas indigestos para sua economia: 1) deixa de exportar 1,1 bilhão de dólares por ano para o Brasil; 2) suas empresas ficam de fora das novas privatizações de estatais; 3) empresas canadenses como Vésper, Brascan, Alcan, Bell Canadá, Telemig Celular, instaladas no território brasileiro, ficam ameaçadas de perder as linhas de crédito.

Quando a OMC foi organizada, em 1995, os países desenvolvidos tinham um sistema de proteção muito forte; Estados Unidos, Europa, Japão, Canadá, por exemplo, mantiveram quotas de proteção de seus produtos - agricultura, pecuária, têxteis, aço - conservando a estrutura de controle, lembra Moreira. O Brasil, porém, apesar de ter participado da formação da OMC, não fez reservas, não protegeu sua agricultura e abriu mão de adotar medidas restritivas à importação, no caso de desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos.

Segundo o dirigente da AEB, quando se começou a fazer "essa famigerada abertura brasileira no governo Collor, propagando a ilusão de que o



Foto: AFP

Sindicalistas, um deles fantasiado de polícia montada, mostram uma vaca e a bandeira do Brasil durante protesto diante do consulado do Canadá em São Paulo. A manifestação foi um dos vários protestos realizados no país contra a decisão canadense de suspender a importação de carne bovina brasileira, alegando contaminação pelo mal da vaca louca

Brasil era um país desenvolvido, o mundo todo ganhou vantagens, as preferências, as tarifas, mantendo seu direito de fazer restrições. Ao mesmo tempo o Brasil abria seu mercado sem esboçar nenhuma defesa, a não ser a tarifária, item considerado de pouca importância para os países desenvolvidos. O que é importante são as regras em relação à aplicação de direitos (subsídios); barreiras técnicas, que podem ser inventadas de acordo com o gosto do chefe, e as barreiras sanitárias e fitossanitárias, como essas agora do Canadá".

Para Moreira, "é uma barbaridade acreditar que é possível abrir a economia, sem fazer reservas e imaginar dispor de poder de negociação bilateral ou multilateral. Ou seja, abdicar, parcialmente, do poder de soberania e acreditar em poder negocial".

Outra ilusão apontada por ele é a reforma agrária. A seu ver, o país precisa mais de uma política agrária do que de uma reforma. O processo de desenvolvimento econômico implica transferências

sucessivas do setor primário para o secundário e deste para a indústria. O próprio setor industrial secundário está se transferindo para o terciário, de serviços. A grande explosão no mundo neste século é o setor de serviços, que passou a ser o pólo de atração de mão-de-obra, inclusive com melhor qualificação.

Não há, portanto, nenhum estímulo de industrialização no interior do país, afirma Moreira. A saída, no seu entender, diante desse circuito econômico, é gerar empregos em cidades de pequenas populações para impedir a fuga para as grandes cidades. Em São Paulo, exemplifica, o deslocamento de indústrias para o interior reteve os moradores das pequenas cidades, conseguindo transformar os empregados das propriedades rurais das redondezas em operários do campo. "Ele pega o ônibus, vai para o campo, maneja o trator ou outro equipamento e no fim do dia retorna para a sua casa, na cidade. Passou da condição de colono para operário do campo", avalia Benedicto Fonseca Moreira. ■

Brasil mergulha na incerteza

O discurso do otimismo procura exorcizar as nuvens pesadas que se movem no horizonte da economia

A previsão de queda dos investimentos externos diretos este ano põe o governo em estado de justificável inquietação. Mas a ordem é espalhar o otimismo por todos os pontos cardeais e abastecer a opinião pública de inabalável fé no crescimento a taxas cada vez mais elevadas. Afinal, o país já está vivendo sob o signo das eleições presidenciais de 2002, evento que vem causando calafrios nos círculos estrangeiros, dos quais depende a sorte do governo, em face da expectativa de possível vitória da oposição.

A preocupação oficial decorre da desestruturação do comércio externo, resultante de uma política cambial voltada para sustentar a chamada estabilidade do real, com o desestímulo às exportações e incentivo às importações.

Com isso, o país perdeu mercados, alguns deles antes quase cativos, porque os nossos produtos perderam a competitividade nos mercados externos e interno. Superávits comerciais viraram coisas do passado. A expectativa era de que a plethora de capitais de má qualidade (capital não investido no setor produtivo da economia) continuasse a fluir para o país e assim o governo se beneficiasse, continuamente, de recursos da conta de capital para fechar os rombos externos cada vez maiores.

Esse equívoco se desfez na voragem da crise cambial, que ensaiava, já em 1997, e consumou-se em 1998-1999, quando o capital volátil evadiu-se e as reservas cambiais baixaram de 72 bilhões para pouco mais de 20 bilhões de dólares.

Já não era mais possível insistir no endividamento externo, sob pena de o estoque da dívida junto aos bancos internacionais aproximar-se dos 500 bilhões de dólares em pouco tempo, elevando-lhe os serviços para perto de 100 bilhões de dólares por ano. Mas os próprios credores puxaram o tapete da confiança no país, estancando a oferta de novos créditos.

A saída foi o congelamento da dívida externa em torno de 250 bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, o estímulo à entrada de dólares, sob a rubrica de investimentos diretos, através da intensificação da venda de empresas estatais de maior valor e mais rentáveis. Valeu-se o governo, também, e continua se valendo do pinga-pinga dos 500 milhões a cinco bilhões de dólares, através da colocação de papéis no mercado internacional de capitais.

Importa sublinhar que 80% dos 120 bilhões de dólares da rubrica investimentos diretos, acumulados no período de 1996 a 2000, foram canalizados à compra de estatais. Quer dizer: o Brasil viu reduzir-se o seu patrimônio, riqueza que produzia riqueza para o povo brasileiro, transferida para o estrangeiro. É com o produto dessas operações que o governo vem tapando os rombos externos - déficits no balanço de pagamentos em corrente (mercadorias e serviços).

Por isso, a redução da entrada de tais recursos causa fundadas apreensões. É muito difícil, a curto prazo, a geração de saldos comerciais significativos, devido à inexistência de uma política comercial externa e aos obstáculos antepostos pelas regras vigentes emanadas da Organização Mundial do Comércio (OMC). E ainda há a ameaça de o desaquecimento da economia norte-americana transformar-se em recessão e de a economia mundial crescer em índices bem menores em 2001.

Como restam poucos ativos para a venda, e a escassez de recursos externos de outras fontes tende a persistir num ambiente econômico mundial pleno de incertezas, resta saber o que o governo vai fazer para fechar as contas externas e promover a retomada do crescimento, se ou quando conseguir completar a fase atual de recuperação cíclica aos soluços. Aí, a fase de efetivo crescimento vai esbarrar na timidez em relação à inflação, porque a prioridade maior do governo continua sendo a falsa estabilidade do real. ■



A man in a light blue shirt is pointing at a blackboard that displays exchange rates for various currencies. The board is titled 'ULTRAMAR' and lists rates for 'DOLLAR TURISMO' and 'DOLLAR COMRA'.

ULTRAMAR	
IS, TURISMO E CÂMBIO	
DOLLAR TURISMO	
AS	TC 2.03
COMRA	VENDA
R\$ 2.00	2.04
R\$ 0.0090	0.0097
R\$ 0.90	0.97
R\$ 113	123
R\$ 0.26	0.29
R\$ 2.74	3.00
R\$ 0.010	0.011
R\$ 0.0000	0.00099
R\$ 1.24	1.35
R\$ 0.79	0.86

O ano começou com flutuações do dólar em relação ao real. Em fevereiro, o real chegou a cair para 2 por dólar, uma flutuação que provoca expectativas e apreensões quanto às repercussões sobre a estabilidade do conjunto da economia brasileira

A difícil retomada do desenvolvimento

Europeus e asiáticos buscam afirmar-se contra a hegemonia dos EUA, mas a América Latina mostra-se submissa a uma estratégia que lhe rouba as chances do futuro

Integrada por economias que rezam sem muita fé pela cartilha do neoliberalismo - a Inglaterra é uma das raras exceções -, a União Européia (UE) começa a debater medidas para acelerar o seu desenvolvimento científico e tecnológico e uma política migratória voltada para a conquista de cérebros estrangeiros, a fim de dar novo impulso ao seu desenvolvimento econômico e social. Muito discretamente, a Europa dos Quinze ensaia novas posições diante dos problemas que inquietam a Humanidade, em cenário marcado pela hegemonia política e militar dos EUA.

Os projetos geopolítico e geoeconômico do bloco europeu cotemplam, por outra parte, a admissão seletiva de nações do Leste Europeu e a criação de forças militares próprias, com estratégias voltadas para os interesses de um espaço ampliado, sujeito cada vez menos aos influxos de Washington.

As nações mais desenvolvidas da Ásia, por sua vez, também buscam consolidar a autonomia. Continuam opondo grandes resistências às investidas neoliberais, as mesmas investidas que também ameaçam inviabilizar a retomada do desenvolvimento econômico dos principais países da América Latina.

A grande vantagem dos asiáticos sobre os latino-americanos é que os orientais acordaram cedo para o imperativo do desenvolvimento científico e tecnológico. Entenderam logo que dele depende a autonomia do seu modelo e das políticas econômicas que adotam.

Nesse contexto, a América Latina é o grande espaço no qual os EUA se movem com desenvoltura, devido às relações de subordinação econômica, cultural e política que impuseram.



Romano Prodi, da UE: o bloco europeu quer contrabalançar hegemonia política e tecnológica norte-americana e pretende atrair cérebros do Terceiro Mundo

Confisco patrimonial

Na região, as reformas da década de 90 equivaleram a verdadeiras ações de confisco dos patrimônios nacionais. O modelo econômico neoliberal deslocou o poder de decisão nacional para os organismos multilaterais - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Organização Mundial do Comércio (OMC) -, que agem no interesse do Grupo dos Sete. A nova institucionalidade, em fase adiantada de implantação, subtraiu aos Estados nacionais poder econômico e força política nas relações com as grandes potências. Argentina e Chile tiveram as suas economias reprimarizadas com a desindustrialização que se permitiram.

No Brasil, o poder real já não se localiza dentro das fronteiras nacionais e, se a economia não voltou ao estado primário, o setor industrial perdeu o fôlego para a retomada do crescimento em ba-

ses sustentáveis e com esforço próprio. As empresas de capital brasileiro enfrentam a competição interna e externa com desvantagens flagrantes. Não se minimize, porém, a Europa como competidora dos EUA no Brasil, haja vista os volumosos investimentos que vem canalizando aqui. Políticos e o mundo acadêmico norte-americanos já alertaram o governo Bush para essa realidade.

Dilema do Brasil

Como tudo isso vai evoluir é uma interrogação que aponta para quatro situações alternativas: ou o Brasil se subordinaria cada vez mais aos EUA ou se aproximaria mais da Europa; ou, ainda, tiraria proveito da disputa entre as duas grandes potências; ou, por último, Europa e EUA se uniriam num possível projeto de dominação de toda a América do Sul. Seja como for, a verdade é que o Brasil tem de se ver livre do modelo neoliberal e da política econômica nele inspirada, se quiser recuperar o poder de decisão e extrair vantagens de situações menos desfavoráveis.

Os países da América Latina, o Brasil em particular, estão na iminência de virem consolidar-se o retrocesso, se não reagirem logo a toda uma institucionalidade global concebida para privilegiar as grandes potências econômicas. Visão otimista diz que ainda há tempo para reverter esse quadro.

Dessa institucionalidade, a entidade mais insidiosa é a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), acordo este concebido para vigorar de 1948 até que ficasse pronta e entrasse em vigor, em 1950, a Carta da Or-

PARA CONFERIR... **Depois**

Versão corrente nos meios diplomáticos da América Latina dá conta de que o governo Bush prefere o atalho dos acordos bilaterais de livre comércio a um acordo multilateral para a instituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Entre as razões da opção, destacam-se a possibilidade de maior êxito das pressões isoladas e as resistências do movimento sindical norte-americano à Alca, além dos obstáculos que se antepõem à concessão da via rápida pelo Poder Legislativo dos Estados Unidos. Conta-se como certo o veto do Brasil ao que se conhece até agora da agenda preparada pelo governo para as conversações entre os 34 países das Américas, no próximo mês de abril. Exigências como acordos comerciais com cláusulas trabalhistas e de proteção ao meio ambiente são inaceitáveis. Admite-se, até, que o *affair* vaca louca entre Canadá e Brasil foi outro desestímulo ao mercado das Américas.

DECLINA A CONFIANÇA NA ARGENTINA

✓ A queda da produção industrial em janeiro, resultados adversos das políticas econômica e fiscal e o ceticismo quanto à possibilidade de a economia voltar a crescer em curto prazo são indicadores que elevaram o risco Argentina na última semana, apesar da ajuda financeira de 39,7 bilhões de dólares patrocinada pelo FMI. Ainda no mês de janeiro, o déficit fiscal chegou a 941 milhões de dólares. Também contribuiu para o declínio da confiança dos investidores o ambiente político em que se trava a disputa pela presidência do Banco Central do país por causa da acusação de omissão do atual presidente da instituição, Pedro Pou, na investigação dos casos de lavagem de dinheiro em bancos argentinos.

MERCOSUL UNIDO

✓ O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, garantiu, em Buenos Aires, que os países do Mercosul irão com uma posição comum à próxima reunião da Alca, em abril. O chanceler argentino, Adalberto Rodríguez Giavarini, por sua vez, declarou: "Se os temas a serem tratados nos convêm a todos, se a agenda de livre comércio se amplia e não haverá discriminações, avançaremos com maior rapidez. Caso contrário, a motivação para avançar será menor."

ganização Internacional do Comércio (OIC). Mas a OMC só surgiu em 1995, como responsável pela aplicação, administração e funcionamento dos acordos comerciais, foro para negociações multilaterais, no qual, porém, predominam os interesses da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne EUA, Japão, Canadá, França, Inglaterra, Itália, Alemanha e outros países de menor expressão econômica. Os grandes estabelecem as regras e às nações subdesenvolvidas só resta aprovar e cumpri-las.

OMC, a pedra no caminho

As regras da OMC tratam não apenas das relações comerciais multilaterais. Além de proibir cotas de produtos, subsídios, índices de nacionalização e consagrar obstáculos sob a forma de barreiras sanitárias e fitossanitárias - que não raro servem de pretexto para punições aos países destituídos de poder de decisão na organização -, a OMC cuidou de inviabilizar o desenvolvimento desses países. Reforçou, assim, o Acordo Trips (propriedade intelectual aplicada ao comércio) da Rodada Uruguai do Gatt, que limita a faculdade dos países mais fracos de legislar sobre a duração de patentes.

Agora, sob a liderança dos EUA, os países desenvolvidos propõem novas formas de limitação dos governos dos países em desenvolvimento para legislar sobre a matéria. Animais e plantas, pelo Trips, estão excluídos do patenteamento, mas Washington quer torná-lo possível no Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), outra perna da armadilha institucional para frustrar o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Informações vazadas até aqui indicam que os EUA tentarão impor aos parceiros subdesenvolvidos, em acordos bilaterais, se for impossível no contexto da Alca, novas mudanças nas le-

gislações trabalhista e ambiental, abertura externa do setor de serviço, proteção para os investimentos estrangeiros, participação de firmas de fora nas compras de governo e tratamento igual entre empresas nacionais e estrangeiras. O Brasil já se antecipou à formalização dessa última exigência, hoje inscrita até como uma norma na Constituição.

Armadilha da dolarização

É oportuno lembrar que essas pretensões integravam o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), denunciado há cerca de três anos. O AMI revogava as legislações nacionais que contrariassem interesses do capital estrangeiro.

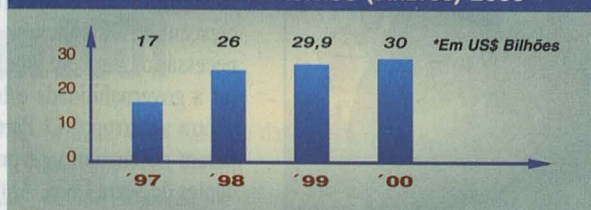
A terceira peça do tripé da armadilha é a dolarização de todos os países da América Latina, objeto já de discussões no Senado dos EUA e entre técnicos dos organismos multilaterais.

O Brasil se distanciou um pouco desse garrote, que já subtraiu à Argentina a prerrogativa de ter política monetária própria. Mas a flutuação do real diz muito pouco como medida que nos coloque em rota oposta à da Argentina. Até por que povoam as cabeças do atual presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e de outras autoridades governamentais idéias como a permissão para depósitos em dólares nos bancos que operam no país e a abertura, cada vez mais ampla, da economia nacional ao capital estrangeiro, principalmente o financeiro.

Como a robustez e a estabilidade do real são ficções, que não convencem economistas mais sérios, e como o governo não vai desistir de conduzir a economia brasileira pela via da dependência externa crescente, não há dúvida de que o potencial de inflação que aí temos impõe séria reflexão em torno do que poderá vir pela frente. Será um caos programado para impor a substituição do real pelo dólar, como meio de garantir a chamada governabilidade? ■

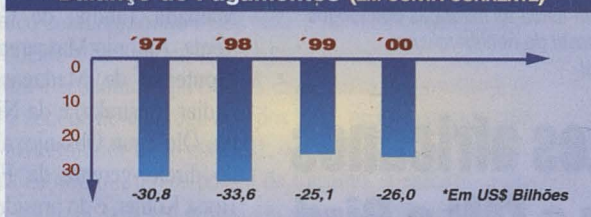
Indicadores Brasil 2000

Investimentos Externos (DIRETOS) 2000



■ Com a queda da receita de privatizações e a situação externa adversa, os investimentos diretos tendem a diminuir em 2001, admite o próprio governo.

Balanco de Pagamentos (EM CONTA-CORRENTE)



■ Se a conta de mercadorias não apresentar superávit para cobrir parte do déficit crescente na conta de serviços, o governo terá de recorrer ao endividamento externo, a custos mais altos para fechar o balanço de pagamentos em 2001.

Dívida externa * EM (US\$ BILHÕES)

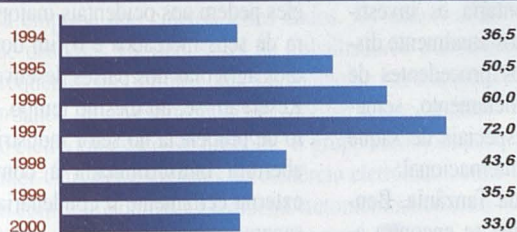


Dívida pública interna * EM (R\$ BILHÕES)

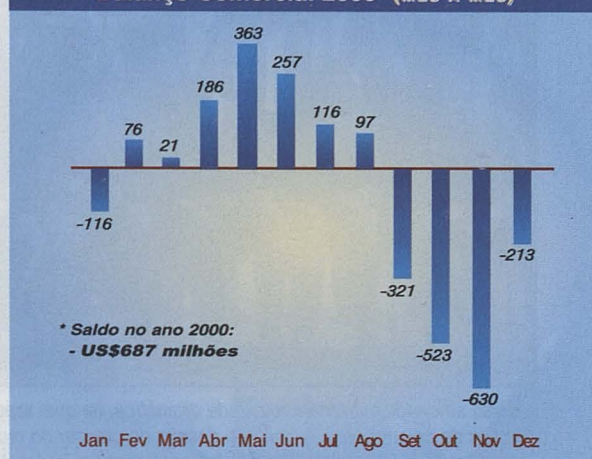


■ Apesar da redução da taxa básica de juros, a dívida pública interna vai confirmando o prognóstico do Banco Central de que deverá superar 1 trilhão de reais nos próximos 6/7 anos. A dívida externa ainda se mantém quase estacionária. Até quando, não se sabe.

Reservas Cambiais 2000 (EM US\$ BILHÕES)

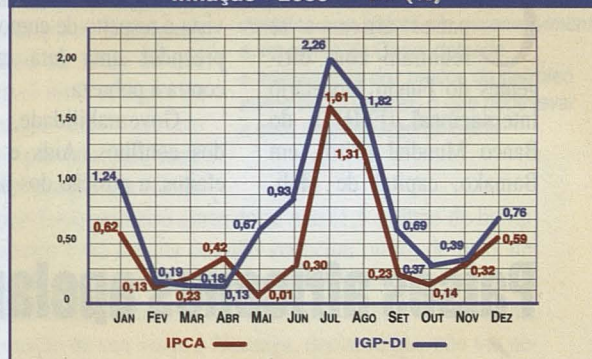


Balanco Comercial 2000 (MÊS A MÊS)



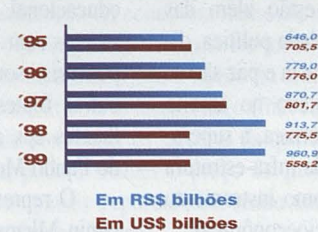
■ A conta de mercadorias, deficitária em 687 milhões de dólares no ano passado, deverá produzir resultados semelhantes em 2001. O governo desistiu de fazer prognósticos para esta conta de balanço de pagamentos devido aos desacertos nos anos anteriores.

Inflação - 2000 * EM (%)



■ O governo joga com dois índices de inflação, o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, mais elevado para reajuste das tarifas de serviços públicos; e o IPCA, do IBGE, para reajustes de salários.

Produto Interno Bruto



■ O Produto Interno Bruto sobe, em reais inflacionados; e cai em bilhões de dólares, com a adoção da flexibilidade cambial.



Líderes africanos enfrentam realidade dramática, na qual repercutem ainda as heranças dos longos séculos de colonialismo. À frente, o desafio de crescer no mundo hostil do neoliberalismo patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial

Pobreza reúne presidentes africanos para debater saídas com o FMI e Bird

Chefes de Estado de 10 países africanos se reuniram com dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), em Bamako, capital de Mali,

para uma troca de pontos de vista a respeito de como empreender uma luta eficaz contra a pobreza.

Governabilidade, fim dos conflitos, Aids e seus efeitos, a posição dos países

africanos em face da globalização e investimentos na região também fizeram parte da agenda da reunião.

Para haver investimentos, sublinhou o presidente do FMI, Horst Kohler, é

indispensável que se crie um ambiente favorável. Impossível o desenvolvimento, se os conflitos não cessarem, acrescentou. E concluiu: "É necessário, também, melhorar a governabilidade e lutar contra a corrupção." Participaram do encontro os presidentes de Serra Leoa, Ahmad Tejan Kabbah; de Camarões, Paulo Biya; do Gabão, Omar Bongo; de Burquina Faso, Blaise Compaore; do Senegal, Abdoulaye Wade; de Gana, John Kufur; do Níger, Mamadu Tandja; de Cabo Verde, Antonio Mascarenhas Monteiro; de Madagascar, Didier Ratsiraka, e da Nigéria, Olusegun Obasanjo, além do diretor-gerente do FMI, Horst Kohler, e do presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn. Reunião com objetivos semelhantes será realizada em Dar es Salaam, na Tanzânia, entre os dirigentes das duas instituições multilaterais e os chefes de Estado da África Oriental e Austral. ■

Países africanos apelam para suas próprias forças

Africa do Sul, Nigéria, Tanzânia e Senegal resolveram elaborar um Plano de Recuperação da África, fundamentado nos esforços próprios dos povos da região. Eles estão convencidos de que as soluções para os graves problemas africanos não estão além das suas fronteiras. Estabilidade política, direitos humanos, democracia e paz são os pontos principais do plano no âmbito político; na esfera econômica, a superação do atraso no setor de infra-estrutura física e na educação como instrumento do desenvolvimento socioeconômico.

A lógica do desenvolvimento na África tem se revelado um grande fracasso, constata o chefe de Estado senegalês Abdoulaye Wade. Ele propõe a criação de uma autoridade mundial incumbida da implantação da infra-estrutura física e educacional. Ela orientaria os investimentos com os recursos atualmente disponíveis, somados aos procedentes de outras fontes de financiamento, semelhantes aos direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional.

O representante da Tanzânia, Benjamin Mkapa, disse que se encontra a-

berto até mesmo à possibilidade de entregar à iniciativa privada a condução de novas grandes obras, com a finalidade de estimular a capacidade empreendedora dos africanos.

Por outro lado, na frente externa, eles pedem aos ocidentais maior abertura de seus mercados e o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos. Reservam-se, ao mesmo tempo, o direito de prudência no setor industrial, cuja abertura indiscriminada à competição externa certamente o condenaria ao desaparecimento. ■

Crescimento menor em 2001

O Ministério da Fazenda da Alemanha prevê para este ano um crescimento menor da economia do país devido à perda de dinamismo da economia dos Estados Unidos e à evolução do mercado mundial do petróleo. Segundo o ministro da Fazenda, Hans Eichel, o Produto Interno Bruto alemão deverá crescer 2,75% em 2001, acusando ligeira queda em relação ao crescimento de 3,1% no ano passado - um recorde depois da reunificação do país em 1990. Eichel espera, no entanto, que o desenvolvimento econômico continue sólido e que tanto a Alemanha, em particular, quanto a Europa em seu conjunto ganhem força capaz de manter a economia aquecida. A expectativa do governo é de que a taxa de desemprego caia dos 9,6% no ano passado para um nível inferior a 9% em 2001, o que significa a criação de cerca de 480 mil novos postos de trabalho. A inflação esperada para este ano não deverá ultrapassar os 2%, quase igual à de 2000. ■

Desemprego se alastra

O desaquecimento econômico continua desempregando nos Estados Unidos. Só no mês de janeiro último, as empresas anunciaram a dispensa de 142.200 trabalhadores, depois das 133.700 demissões registradas em dezembro do ano passado. Os dados são da Challenger, Gray & Christmas. No último trimestre de 2000, o total de trabalhadores que perderam seus empregos chegou a 650 mil, o primeiro grande impacto da crise sobre as empresas, que estão se preparando para o pior diante do rude golpe na estabilidade econômica dos Estados Unidos, disse John Challenger, presidente da empresa que coletou esses dados. Os anúncios de cortes de despesas via demissões de trabalhadores têm sido muito frequentes nos últimos dias, notadamente em empresas como o banco de investimentos J.P. Morgan Chase, a fabricante de eletrodomésticos Whirlpool, o grupo automobilístico Daimler-Chrysler e gigantes do comércio eletrônico como Amazon.com, entre outros. O segmento automobilístico encabeça a lista com 35 mil demissões em janeiro. ■

Chávez: corte no petróleo

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, viajou para Riad, Arábia Saudita, a fim de obter a confirmação do apoio daquele país ao próximo corte na produção de petróleo. O corte conta com a aprovação da maior parte dos países filiados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e o objetivo da redução da oferta é evitar que os preços internacionais do produto caiam para um patamar inferior a 25 dólares por barril, cotação mínima defendida por Caracas.

Recentemente, o secretário-geral da Opep, ministro de Energia da Venezuela Ali Rodríguez, declarou ser mais do que provável nova redução da produção, depois do encontro previsto para meados de março, em Viena.

A Opep fez o primeiro corte deste ano (1,5 milhão de barris) em janeiro e na mesma ocasião anunciou outro, de mais um milhão de barris, até o final do primeiro trimestre.

Entretanto, o ministro do Petróleo saudita, Ali al Naimi, por ocasião de sua visita à Noruega, declarou que não via necessidade de nova redução da oferta em março. Quando Naimi fez essa declaração, o preço do petróleo estava em 28 dólares e depois chegou a mais de 30. Agora, nem mesmo a vitória de Ariel Sharon nas recentes eleições em Israel, nem o bombardeio do Iraque fizeram as cotações dispararem. Ao contrário, a expectativa de uma queda da demanda, em consequência da desaceleração da economia mundial, em pleno inverno, manteve o preço médio do barril em torno de 27 dólares, com tendência de baixa. Com o apoio do Irã, que defende um preço próximo dos 30 dólares, Hugo Chávez foi a Riad com o objetivo de convencer os sauditas de que só uma nova retração da oferta poderá manter o preço do produto no nível desejado para os países exportadores, tendo em vista a situação política no Oriente Médio. ■



Hugo Chávez intensifica sua política de contatos com países em desenvolvimento e, na esfera da Opep, defende a manutenção dos preços do petróleo acima de 25 dólares, o que pode levar a mais uma redução da oferta

Fotos: AFP

Equador

Senadores dos EUA discutem Plano Colômbia

Cinco senadores norte-americanos discutem com o Equador os efeitos do pacote de ajuda dos Estados Unidos, fixado em 1,3 bilhão de dólares, contra o tráfico de drogas na Colômbia. O ministro das Relações Exteriores do Equador, Heinz Moeller, adiantou que o objetivo da visita dos senadores é a discussão de um fundo destinado ao desenvolvimento das regiões equatorianas que fazem fronteira com a Colômbia e que têm sido ameaçadas por grupos colombianos não-identificados.

O Equador, segundo o ministro, recebeu até agora apenas oito milhões dos 40 milhões de dólares prometidos pelo governo do ex-presidente Bill Clinton.

Mais de 500 equatorianos que moravam na fronteira com a Colômbia deixaram suas casas nas últimas semanas, depois de ameaçados por grupos armados do país vizinho.

Com uma população de 13 milhões de habitantes, o Equador enfrenta, hoje, grave crise econômica, com inflação anual de 91% e desemprego que atinge 75% da população economicamente ativa.

As Federações de Estudantes Universitários do Equador e a Federação de Estudantes Secundaristas denunciam à opinião pública do país e do mundo a política de repressão aos estudantes e aos movimentos populares praticada pelo governo do presidente Gustavo Noboa.

Os movimentos estudantis acusam, ainda, o governo de responsável pelo assassinato de quatro camponeses e indígenas, inclusive uma criança, em ato de repressão que produziu 50 feridos e a prisão de mil jovens, trabalhadores e indígenas em janeiro passado, simplesmente porque protestavam em defesa de uma vida mais digna para o povo equatoriano. ■

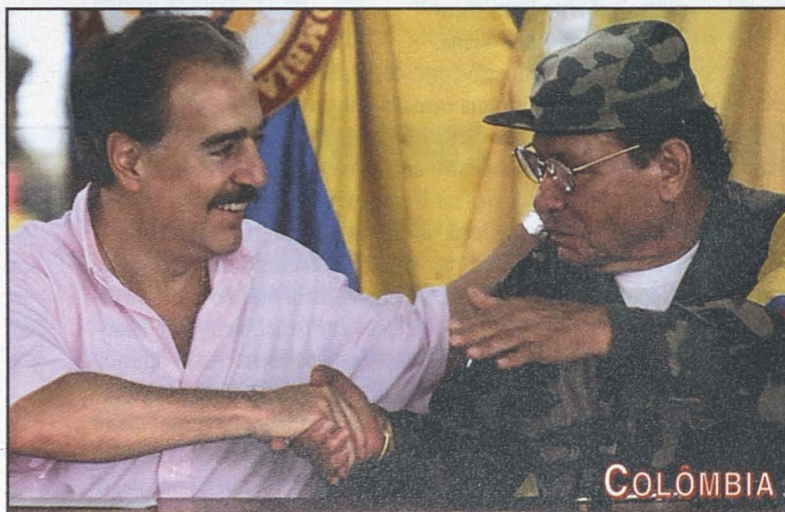
Venezuela

Índios reagem a ligação elétrica

Grupos indígenas venezuelanos pemons tentaram mais uma vez impedir a ligação de uma rede elétrica entre a Venezuela e o Brasil que atravessa áreas de florestas no sul daquele país. A alegação é de que sua cultura poderá ser dizimada com a chegada futura do desenvolvimento à região.

O projeto destinado a levar energia elétrica da Venezuela para o Brasil foi elaborado no governo do presidente Rafael Caldera (1994-1999) e deverá ser retomado pelo atual presidente Hugo Chávez, que chegou a interromper a ligação da rede diante das manifestações que resultaram na destruição de algumas torres do sistema que está sendo montado.

"Não é objetivo nosso atingir o governo do país, mas resolver o conflito. O que queremos é a paralisação da obra, para que se faça um estudo de impacto ambiental antes da continuação dos trabalhos. Dessa forma, serão analisados os documentos e os reais objetivos dessa ligação", disse Silvano Castro, um dos representantes pemons. ■



O presidente colombiano Andres Pastrana (à esq.) aperta a mão de Manuel Marulanda (à dir.), conhecido como Tiro Certo, chefe máximo das Farc, em Los Pozos, em 9 de fevereiro. Na ocasião, assinaram um acordo pelo qual se comprometeram a reatar as negociações de paz que estavam congeladas

Argentina

Convocada greve geral

A Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) anunciou a convocação de uma greve geral para os dias 4 e 5 de abril, depois de uma longa reunião de seus dirigentes com a ministra do Trabalho, Patricia Bulrich, enquanto milhares de manifestantes, em frente ao edifício do ministério, reivindicavam a criação de empregos e dinheiro para assistência social e comida.

"Este governo não aceitou uma só proposta das que fizemos e não nos deu o que pedimos", disse Luís D'Elia, um dos organizadores da marcha que reuniu mais de 15 mil pessoas. Frustrados em face da negativa do governo De la Rúa, os manifestantes ameaçaram intensificar os protestos que farão parte dos preparativos para a greve. ■

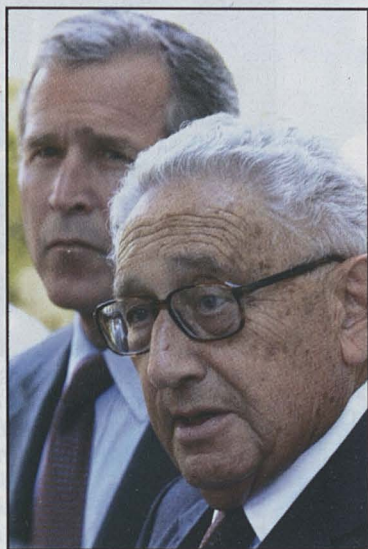
Chile

Kissinger no banco dos réus

Os promotores chilenos que atuam no caso do ex-ditador general Augusto Pinochet pretendem entrar com queixa-crime contra o ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, acusando-o de instigador do golpe de Estado que manteve Pinochet no poder durante o período de 17 anos (1973-1990).

Para o promotor Hugo Gutiérrez, se a Corte de Apelações do Chile confirmar o julgamento de Pinochet por seu envolvimento na Caravana da Morte, denúncias serão apresentadas imediatamente nos tribunais do país contra todos quantos apoiaram o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973.

Caso estivesse vivo hoje, o ex-presidente Richard Nixon também poderia figurar na lista de autores intelectuais e mandantes da derrubada violenta do ex-presidente chileno Salvador Allende, escolhido pelo povo em eleições honestas. "As denúncias alcançam vários civis que, dentro e fora do país,



Henry Kissinger (na foto, com o atual presidente Bush): acusado de instigar o golpe de Estado contra Allende

instigaram o golpe militar", afirmou Gutiérrez.

Ele citou ainda o ex-presidente do Partido Nacional chileno, Onofre Jarpa, entre as pessoas que serão objeto da denúncia, bem como os líderes de maior expressão do governo Richard Nixon, por haverem apoiado, "de forma clara e flagrante", o golpe e toda a ditadura do general. ■

Estados Unidos

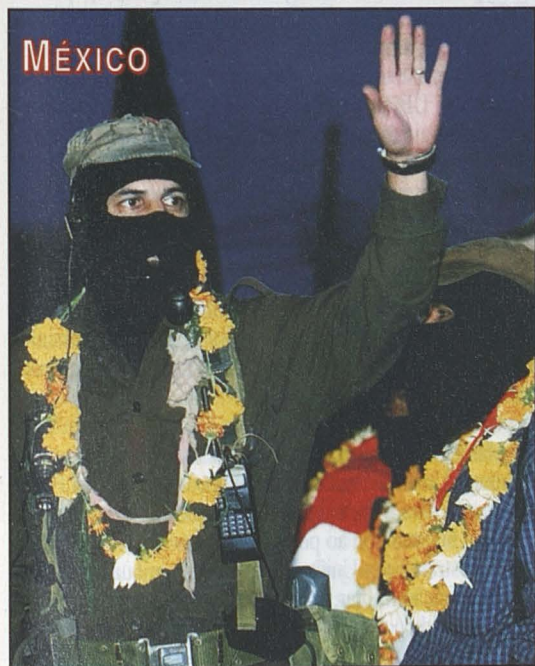
EUA caçam Bin Laden na Europa

O governo norte-americano estendeu à Europa uma verdadeira caçada aos aliados de Osama Bin Laden, milionário saudita acusado de haver dirigido, em 1998, dois atentados contra embaixadas dos Estados Unidos em países da África, nos quais morreram 224 pessoas. Imediatamente, as polícias britânica e alemã prenderam mais de 10 pessoas consideradas radicais islâmicas. Segundo fontes norte-americanas, alguns dos suspeitos planejavam ataques terroristas em várias partes da Europa e de outros continentes. Recentemente, a polícia britânica invadiu várias casas em Londres e deteve 10 homens, seis dos quais acusados de estarem preparando atos de terrorismo no país.

Entre os detidos estava Omar Mahmud Abu Omar, líder islâmico conhecido como Abu Qatada, que jordaniano e norte-americanos identificam como sendo o principal agente de Bin Laden na Europa. Qatada foi condenado duas vezes sob a acusação de rebeldia e prática de terrorismo por tribunais da Jordânia - a primeira em 1998, pelo seu papel nas explosões das embaixadas em países africanos, e a outra no ano passado, por atentado contra centros turísticos durante as celebrações do começo do novo milênio. A Inglaterra recusou as solicitações feitas pelo governo da Jordânia para extraditá-lo.

Outro preso é Mustafá Labsi, de 31 anos, argelino, vinculado a militantes islâmicos. Pesa sobre ele a acusação de introduzir explosivos de contrabando nos Estados Unidos, em dezembro de 1999. Labsi teria alugado um apartamento em Montreal, onde, acredita-se, morava Ahmed Rissan, envolvido no mesmo caso.

As pressões norte-americanas sobre a Inglaterra, para que aplicasse punições a Abu Qatada, asilado político no país, e a outros muçulmanos, resultaram na decisão do governo inglês de tornar mais dura a lei antiterrorista, que entrou em vigor em meados de fevereiro de 2001. ■



MÉXICO

Os principais dirigentes da guerrilha zapatista mexicana, encabeçados pelo subcomandante Marcos (foto), buscam forçar o governo conservador de Vicente Fox a negociar, realizando uma marcha pacífica de três mil quilômetros. Os zapatistas, na sua maioria indígenas, partiram de San Cristóbal de las Casas, no estado de Oaxaca, e se dirigiram à Cidade do México. Eles exigem a libertação de prisioneiros, a completa retirada do Exército das suas terras e a aprovação da lei que regula os direitos dos índios

Rússia

Comunistas querem derrubar o gabinete

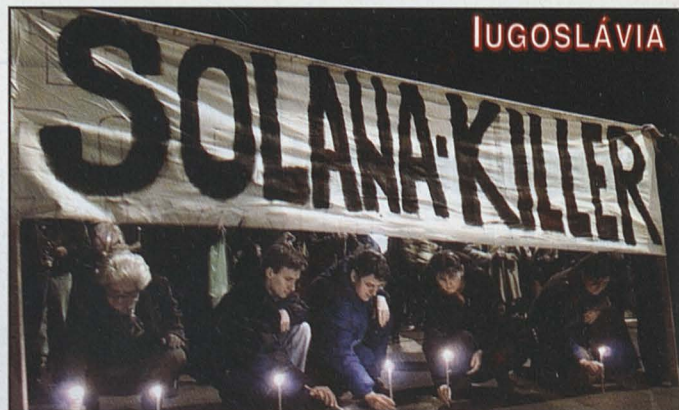
O líder do Partido Comunista russo, Gennady Zyuganov, declarou que a representação parlamentar comunista deu início a uma campanha destinada a conseguir na Duma (Câmara Baixa) uma moção de censura contra o governo da Rússia. Zyuganov revelou aos jornalistas que o PC, com 84 das 450 cadeiras na Duma, reúne condições para coletar as 90 assinaturas necessárias à apresentação da moção. A iniciativa se deve ao descontentamento do Partido Comunista com o gabinete liderado pelo primeiro-ministro Mikhail Kasyanov depois de um significativo período de cooperação com Vladimir Putin.

Pelo Regimento Interno, a Casa deve pôr em votação a moção de censura se receber um pedido com 90 ou mais assinaturas. Os comunistas têm aliados em número suficiente para o êxito da iniciativa, mas analistas políticos consideram improvável que consigam a maioria de 226 votos necessários à aprovação da medida. ■



Mais de cinco mil imigrantes fizeram uma manifestação na cidade espanhola de Valência contra o projeto de lei que prevê a expulsão dos que não estiverem em situação legal. O cartaz explica a luta deles para obter os papéis necessários para a regularização de sua permanência no país, onde querem trabalho para viver

IUGOSLÁVIA



Manifestantes acendem velas sob o cartaz 'Solana Assassino' em Belgrado, em fevereiro, durante visita do ex-secretário-geral da Otan, Javier Solana, em cuja gestão a aliança militar euro-norte-americana realizou os bombardeios devastadores contra o país, empregando até armas radiativas

Europa

UE elabora a sua Constituição

Os debates sobre o futuro da União Européia (EU) serão retomados em junho próximo durante a cúpula de Gotemburgo (Suécia) e prosseguirão durante a conferência de Laeken (Bélgica), em dezembro. O tema central será o processo de constitucionalização da Europa, baseado no fortalecimento das instituições européias.

Romano Prodi e o chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder defendem a idéia de um superestado que substitua as nações integrantes da UE, mas a França e a Grã-Bretanha, juntamente com outros países europeus de menor expressão a rejeitam. Tais posições ficaram claras durante a cimeira realizada em Nice, no começo deste ano. Ali decidiu-se que em 2004 a União Européia definirá as funções dos parlamentos nacionais na "arquitetura européia", a delimitação de competências entre a UE e os Estados e o alcance jurídico da Carta de Direitos Fundamentais, aprovada no ano passado. Na concepção de Prodi, a Carta de Direitos Fundamentais do bloco deve ser a primeira parte do processo constitucional.

França e Alemanha prometeram grande empenho no fortalecimento de uma posição comum na UE, procurando evitar tensões desnecessárias através de consultas bilaterais mais frequentes. Na França, rondava o receio de um papel dominante da Alemanha no bloco, tanto assim que a representação francesa rejeitou, em Nice, a reivindicação de Berlim de vir a ter um peso maior na Comunidade Européia, baseado na sua densidade demográfica.

A França rejeitou a proposta, por entender que perderia peso nas decisões comunitárias, uma vez que tem 30 milhões de habitantes a menos, embora não se oponha a um papel de maior relevo da Alemanha no bloco. As tarefas históricas na Europa só podem ser cumpridas pela França e a Alemanha unidas, frisou Schröder.

Apresentada pelo eurodeputado português da Esquerda Unida, Joaquim Miranda, o Parlamento Europeu aprovou, por esmagadora maioria, a resolução que autoriza a União Européia a orientar o seu apoio ao Plano Colômbia exclusivamente para o fortalecimento institucional, o desenvolvimento social e a ajuda humanitária ao povo colombiano.

Ao anunciar a sua estratégia, a União Européia excluiu qualquer solução que passe pela intervenção militar, a pretexto do combate ao narcotráfico. A resolução foi aprovada por 474 votos contra 1 e 33 abstenções. ■

Alemanha

Contra ciberracistas

Provedores de acesso à internet, que hospedem sítios eletrônicos de ultradireitistas e neonazistas, serão processados pelo Conselho Central Alemão para os Judeus, que está preparando ação legal com esse objetivo. O vice-presidente do Conselho, Michel Friedman, informou que a iniciativa se baseia no anti-semitismo e no conteúdo racista das mensagens, proibidos por lei no país. Ele considera lenta a ação do governo na aplicação da legislação nacional que dispõe sobre a apreensão e destruição de qualquer material que glorifique os nazistas ou seus feitos.

O grupo estima em mais de 800 os sítios com esse tipo de mensagem na rede, e afirma que a comunidade judaica da Alemanha quer que os tribunais adotem uma linha mais dura contra os seus autores. Como exemplo, Friedman citou um caso recente na França, onde foi proibido um leilão do portal Yahoo!, em que eram vendidos objetos nazistas. Em resposta, o Yahoo! excluiu todas as peças objeto dos protestos dos judeus e que promovessem a Ku Klux Klan e outros grupos racistas, embora a empresa ainda esteja se defendendo na Justiça. A Suprema Corte Federal do país já fez um australiano se retratar, por ter afirmado, na internet, que a matança de judeus na Segunda Guerra Mundial não havia acontecido.

Decidido a pôr fim rapidamente às chamadas zonas de libertação nacional, redutos de extrema-direita no Estado de Brandemburgo, o ministro do Interior da Alemanha, Otto Schily, colocou a primeira tropa especial da polícia de fronteira a serviço do combate à extrema-direita na região da ex-República Democrática Alemã (RDA). Otto disse que o reforço policial tornou-se necessário, por causa dos numerosos casos de violência de neonazistas e cabeças-raspadas, notadamente contra os estrangeiros.

Ao revelar que ordenara a concentração de 80 policiais adicionais em Forst, na fronteira com a Polônia, o ministro informou que o trabalho deles tem maior ênfase no patrulhamento das estações e dos trens para aumentar a repressão contra os radicais de direita violentos. O governo destinou dois milhões de dólares para a manutenção da tropa especial. ■



A jornalista uruguaia Mercedes Sayagués - na foto, com a sua filha Esmeralda, que carrega a bandeira do Zimbábue -, foi expulsa desse país junto com outros correspondentes de imprensa estrangeiros. O governo de Harare ordenou em fevereiro a retirada dos jornalistas estrangeiros, no prazo relâmpago de 24 horas, até a implantação de um novo sistema para o credenciamento. Sayagués, que mora há nove anos em Harare, como correspondente do semanário sul-africano 'Mail and Guardian', e colabora com a revista uruguaia 'Búsqueda', estava na lista negra do governo de Robert Mugabe, há 20 anos no poder, por ter denunciado corrupção, torturas e abusos dos direitos humanos praticados pelo partido situacionista Zanu-P. A Associação de Imprensa Uruguaia condenou a decisão do governo do Zimbábue como 'uma violação intolerável ao direito de informação e à liberdade de imprensa que exige o repúdio da comunidade internacional'. O Instituto Internacional de Imprensa também se manifestou, expressando ao presidente Mugabe 'preocupação pelas recentes intimidações contra os meios de comunicação estrangeiros e seus correspondentes no Zimbábue'.

Angola

Unita mata nas minas

Rebeldes da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) assumiram a responsabilidade pela morte de 18 trabalhadores de minas de diamantes, no sudeste do país, segundo informação da agência de notícias portuguesa Lusa, baseada em declaração de integrantes da Unita. Para os rebeldes, alguns trabalhadores não eram angolanos e foram atacados quando se deslocavam pela estrada entre Dundo e Nzanze, nordeste de Angola, perto da República Democrática do Congo. Diamantes têm sido fonte de financiamento da Unita ao longo de décadas de rebelião contra o governo angolano.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas estendeu suas sanções ao grupo rebelde, na tentativa de combater o comércio conhecido sob a denominação de "diamantes de sangue". Porém, o Conselho de Segurança deve voltar a analisar a conveniência de modificar ou manter o atual sistema de sanções contra a Unita, que vigora desde 1993.

As Nações Unidas proíbem comprar diamantes e vender armas à Unita, que também não pode abrir embaixadas. No entanto, amparada pelos Estados Unidos, a Unita impede pela guerra o desenvolvimento angolano, há mais de 25 anos. ■

Moçambique

Drama das enchentes

Considerado um dos países mais pobres do mundo, Moçambique enfrenta os efeitos de mais uma grande enchente, a segunda a devastar o país em um ano. Mais de 52 pessoas morreram com a fúria das águas que começou há pouco mais de um mês, deixando cerca de 105 mil ribeirinhos ameaçados pela subida do nível das águas do rio Zambeze e mais 30 mil do rio Save, mais ao sul, segundo informações da ONU. Nas inundações do ano passado, 700 pessoas morreram e 500 ficaram desabrigadas. A tragédia das águas acontece no momento em que o maior partido de oposição do país - a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), reconhece o governo do presidente Joaquim Chissano, apesar de acusá-lo de fraudar a eleição.

O governo de Moçambique determinou a abertura das comportas da gigantesca barragem de Cabora Bassa, a maior do país, que poderia se romper, e continua enviando alimentos e tendas para um acampamento, preparado para receber milhares de pessoas evacuadas das proximidades do rio Zambeze, que transbordou. O diretor do Instituto Nacional de Gerenciamento de Desastres, Silvano Langa, disse que toda a água que está chegando à barragem, já atingindo 18 centímetros do seu limite crítico, acima do qual há risco de dano estrutural, vem engrossada não só pelos rios de Moçambique, mas também de países vizinhos, como Malaui, Zâmbia e Zimbábue. A liberação das águas com a abertura das comportas (ao todo, oito) deve agravar ainda mais a situação, segundo temem os engenheiros. A maior preocupação das autoridades moçambicanas é com Marromeu e Luabo, localizadas numa região baixa, onde vivem 80 mil pessoas, que começaram a perder suas casas.

O governo de Maputo fez apelo à comunidade internacional, pedindo ajuda de 30 milhões de dólares para enfrentar os problemas provocados pela enchente. Em resposta ao pedido, numa operação estimada em 256 mil dólares, o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, determinou às Forças Armadas o envio de sete helicópteros e três aviões sul-africanos, alimentos, medicamentos e equipes médicas para atender as vítimas das cheias. O governo de Moçambique dispunha, até então, de um único helicóptero para socorrer as áreas mais afetadas. ■



O presidente do Irã, Mohammad Khatami, recebeu de presente da Organização das Nações Unidas este quadro da artista plástica de seu país, Leila Ghasem, por ter proposto um diálogo entre as civilizações, tema encampado pela entidade internacional em 2001. A idéia foi apresentada à ONU em carta enviada em 25 de maio de 1999, dias após a realização do simpósio islâmico sobre o mesmo tema, ocorrido em Teerã. O Ano das Nações Unidas do Diálogo entre Civilizações será encerrado na sessão plenária prevista para os dias 3 e 4 de dezembro

Indonésia

Violência étnica produz 400 mortes

A calma que reinava no início de março em Sampit, na ilha de Bornéu, 700 quilômetros a nordeste de Jacarta, não conseguiu apagar as imagens da onda de violência étnica que tomou conta dessa localidade.

Onze dias de confrontos sangrentos entre os daiaques (nativos da ilha) e os imigrantes da ilha de Madura resultaram em mais de 400 mortos. Os daiaques justificam os ataques, alegando que os madurenses lhes roubam as riquezas, tiram seus empregos e desrespeitam os costumes locais.

Os nativos da ilha de Bornéu, segundo relatos da imprensa local, fizeram jus à fama de decapitar, ao exibirem, após golpes de facão, as cabeças de algumas de suas vítimas espetadas em pontas de lanças.

A vice-presidente da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, chorou ao constatar o desespero e a dor da última leva de 10 mil refugiados retirados de Sampit em dois navios. Até o início de março, já passava de 40 mil o número de pessoas que, fugindo da

violência, chegaram aos campos de refugiados no lado indonésio da Ilha de Bornéu, onde a situação parecia ter se acalmado por causa da temporada de fortes chuvas.

Mais de 20 mil refugiados foram transferidos de barco até a ilha de Java.

"Falta-nos tudo, quase não temos água, nem comida, nem medicamentos", relata uma das vítimas. Os refugiados sofrem de disenteria e há o perigo de uma epidemia em massa. Eles ficaram, em sua maioria, instalados em edifícios públicos e alguns podem estar ainda escondidos nas florestas, sem nada para comer.

Os daiaques estão determinados a expulsar todos os oriundos de Madura. Os madurenses chegaram à ilha durante a campanha de migração lançada nos anos 60, no começo da ditadura do general Suharto.

Um batalhão de elite de 650 soldados já ocupa a parte indonésia de Bornéu, cuja capital, Palangkaraya, também foi sacudida pela violência étnica. ■

Posse de Sharon intensifica os confrontos

O ataque suicida no começo de março no centro da cidade de Netanya, ao norte de Tel Aviv - que provocou a morte de três israelenses e do autor do atentado e ainda deixou 65 pessoas feridas - mostrou quais deverão ser as consequências da instalação de uma administração de linha dura em Israel, chefiada pelo general da reserva Ariel Sharon.

O grupo islâmico palestino Hamas assumiu a autoria do atentado e afirmou que há

mais dez "mártires" prontos para repetir as ações mortíferas em Israel.

Segundo o porta-voz do Hamas, Abdel-Aziz Rantissi, o ataque mostrou que "o povo palestino está vivo e resistindo e não aceitará a ocupação nem a agressão sionista".

De fato, os meses de enfrentamentos cotidianos dos civis palestinos com as tropas de ocupação de Israel transformaram as cidades palestinas em prisões e provocaram o alastramento da miséria, ameaçando as instituições criadas pela Autoridade Nacional Palestina e abalando a liderança de Yasser Arafat. Os grupos extremistas islâmicos, que prometem novas investidas suicidas, nunca estiveram tão fortes.

Diante desse cenário, o general Sharon pode cair na armadilha de continuar a investir na linha dura, produzindo resultados ainda mais catastróficos, aumentando a violência e o banho de sangue. Mesmo controlando cerca de 64 das 120 cadeiras do Parlamento, pelo acordo assinado com o partido ultra-ortodoxo Shas, para um governo de coalizão, Sharon não encontraria sustentação externa para uma política de maior dureza para com os palestinos. Mais de 400 pessoas, a maioria árabes, foram mortas desde o começo do conflito, em setembro do ano passado.

As principais definições do novo primeiro-ministro de Israel durante a campanha eram as seguintes: 1 - indivi-

sibilidade de Jerusalém, com a manutenção de soberania de Israel em toda a cidade, considerada a capital unificada e eterna de seu país; 2 - desmilitarização total do Estado Palestino, ao qual continua se opondo; 3 - não devolver aos palestinos nem um palmo de terra a mais e obrigá-los a se conformarem com as zonas que já controlam (pouco mais de 66% de Gaza e 42% da Cisjordânia). O vale do Jordão não seria cedido, por se tratar de zona estratégica situada ao longo da fronteira com a Jordânia; 4 - nenhum assentamento judeu será desmantelado, porque todos estão localizados em zonas de segurança sob o controle de Israel, aí incluído o vale do Jordão; 5 - os acordos firmados em Oslo no ano de 1993, sobre a autonomia palestina, "estão mortos".

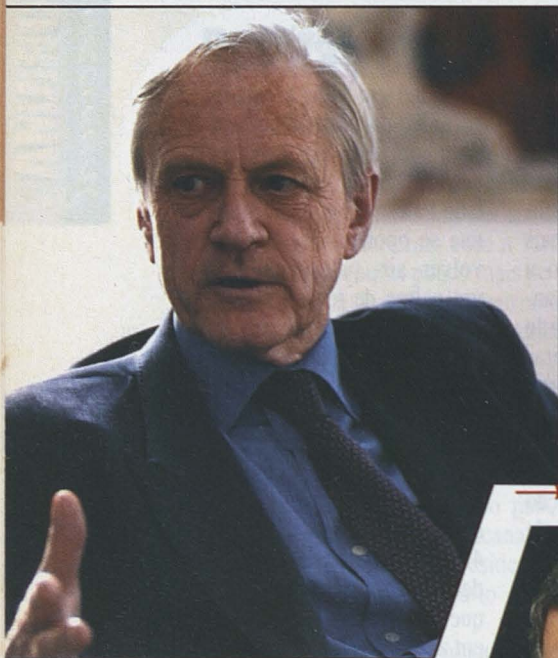
Na visão do falcão israelense, no momento não há condições para se chegar a solução definitiva, capaz de pôr fim ao conflito. Por isso, propõe um mero acordo de não-beligerância, de duração indefinida, uma espécie de prévia rendição do povo palestino.

Por sua vez, os palestinos afirmam que as negociações com Sharon só poderão começar quando o novo governo demonstrar que está disposto a aceitar as diversas resoluções da ONU e puser fim à ocupação. Caso contrário, não haverá paz. Os palestinos contam com o apoio dos países árabes e da União Européia, para os quais as negociações com Israel só podem começar do ponto em que foram interrompidas entre a Autoridade Nacional Palestina e Ehud Barak, antecessor de Ariel Sharon. ■

O atentado suicida de março (foto maior) mostrou que a administração do general Sharon (foto à esq.) enfrentará nova onda de protestos, caso insista em fazer de conta que os Acordos de Oslo - que reconhecem o direito dos palestinos ao Estado independente - são letra morta



Fotos: AFP



O diplomata Pierre Lafrance recebeu da Unesco a missão de viajar ao Afeganistão, no começo de março, como o seu enviado especial, para tentar salvar o patrimônio histórico daquele país, ameaçado pelos talibãs que estão no governo. Os líderes fundamentalistas islâmicos do Afeganistão começaram a destruir estátuas - inclusive dois enormes Budas que devem ter sido construídos entre o século V e o século II antes de Cristo - para evitar a idolatria, numa interpretação muito particular do 'Corão'. Ao finalizar a sua visita, Lafrance declarou estar discretamente esperançoso de alcançar êxito na sua missão



Marie Elise Gbedo, de 46 anos, ex-ministra de Comércio e Turismo, é a primeira mulher na história do Benin a concorrer à Presidência da República. Ela enfrentará dois ex-presidentes e o atual mandatário, que aspira à reeleição

Ressuscitando o clima da Guerra Fria, bem ao gosto do novo presidente George W. Bush, o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, George Tenet, afirmou perante uma Comissão do Senado que 'o presidente Vladimir Putin quer restaurar o status russo de grande potência da época soviética' e busca aproximação com a China, a Índia e o Irã. Ele fez as declarações durante balanço anual das ameaças globais aos EUA, em fevereiro



A jornalista iraniana Fariba Davoudi-Mohadjer, de 35 anos, detida desde fevereiro, foi levada a julgamento em um tribunal revolucionário do Irã. Antes de ser presa, sua casa foi invadida por policiais e documentos foram apreendidos. Davoudi-Mohadjer, que também é formada em Relações Públicas e trabalhava para duas publicações censuradas pelo regime, é a terceira jornalista a ser detida nas últimas semanas. Ela é acusada de incentivar reformas contrárias à orientação do governo



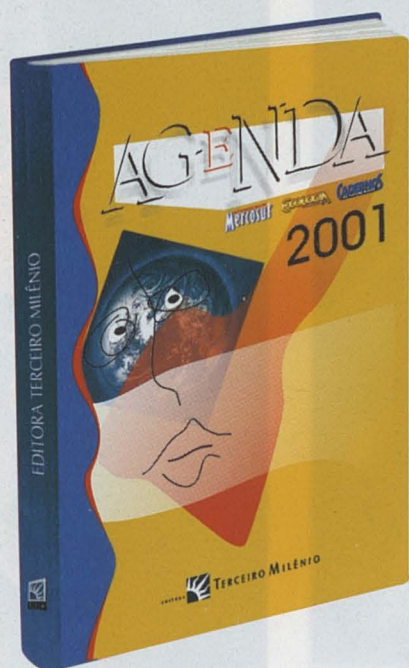
O dirigente camponês aimará Felipe Quispe Huanca, mais conhecido como Mallku (condor, em língua nativa), convocou todos os indígenas latino-americanos a rebelar-se contra o 'imperialismo ianque', como reação à morte, no Equador, de três camponeses em confrontos com a polícia. Os manifestantes protestavam contra o modelo econômico neoliberal

Oferta especial

PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ TERMINAR NOSSO ESTOQUE



EDITORA
TERCEIRO
MILÊNIO



Ganhe grátis a Agenda 2001!

*Na assinatura de 2 anos de 1 revista
ou duas assinaturas de 1 ano
de 2 revistas a sua escolha*

Tamanho: 13cm x 20cm

Faça o seu pedido pelo:

Tel.: (0xx21) 221-7511

Por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

ESCOLHA A
OPÇÃO DE SUA
PREFERÊNCIA

() Cadernos () Ecologia () Mercosul

- | | |
|--------------------------|-----------------------|
| ☐ | 1xR\$120,00 (à vista) |
| ☐ | 2xR\$62,00 |
| ☐ | 3xR\$42,00 |
| ☐ | 4xR\$33,00 |

PREENCHA E ENVIE ESTE CUPOM OU ENTRE EM CONTATO CONOSCO

Nome Nascimento / /
Endereço
Bairro Cidade UF
CEP Tel.: Fax
E-mail Profissão CGC/CPF.....

Assinale a forma de pagamento:

- () cheque nominal à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() boleto bancário () depósito bancário ao Banco do Brasil /agência: 3520-3 - CC: 1513-X
() cartão de Crédito: válido até / /

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data / /

Assinatura

* O FRETE JÁ ESTÁ INCLuíDO NO PREÇO



O presidente norte-americano cercou-se de uma equipe composta de ex-combatentes da Guerra do Golfo e escalou Saddam Hussein para alvo de seus primeiros atos imperiais, cometidos à revelia da ONU, da Otan, dos países árabes e da opinião pública e diplomática mundial



Iraque de nov



Fotos: AFP



o sob bombas



CAPA Iraque

Saddam, a fixação dos Bush

Com os bombardeios, o filho do presidente da Guerra do Golfo terá escalado para si a missão que o pai não completou? Ou seria o primeiro ato de afirmação de um chefe de Estado que assumiu sob contestação eleitoral?

INESPERADAMENTE, OS ESTADOS UNIDOS saíram do nível de bombardeios rotineiros na chamada zona de exclusão (mais da metade do território iraquiano) e, no dia 16 de fevereiro, atacaram Bagdá, ajudados, como tem sido comum, pela aviação inglesa. O alvo seria militar - estações de radar que estariam ameaçando a tranquilidade da vigilância aérea anglo-americana. O bombardeio, que matou três pessoas e deixou 30 feridos, representaria também uma advertência contra a compra de baterias antimísseis SA-6.

Embora já tenha dado mostras de que Saddam Hussein voltará ao centro das atenções da política norte-americana para o Oriente Médio, o governo de George W. Bush mostrou-se até aqui pouco diplomático com os árabes. Mais de um mês após a posse, os principais postos administrativos relacionados com o Oriente Médio continuavam vagos, no que já estava sendo visto como uma indicação da falta de importância política atribuída pela nova administração à região. Somente após o ataque, o secretário de Estado, general Colin Powell - o comandante da Guerra do Golfo, em 1991 - anunciou um giro por lá, buscando adesão para isolar o governo iraquiano.

Apontava-se como extremamente significativo que o primeiro gesto do

governo Bush para a região não tenha sido diplomático, mas militar: antes de qualquer palavra, bombas - um preocupante cartão de visita.

O governo francês condenou o ataque. O chanceler Hubert Védrine aconselhou Washington a modificar sua política iraquiana e acentuou que os bombardeios careciam de qualquer justificativa legal. "As sanções correram bem no começo, mas não produzem resultados adequados agora. A população sofre e nós pedimos uma solução diferente", disse Védrine.

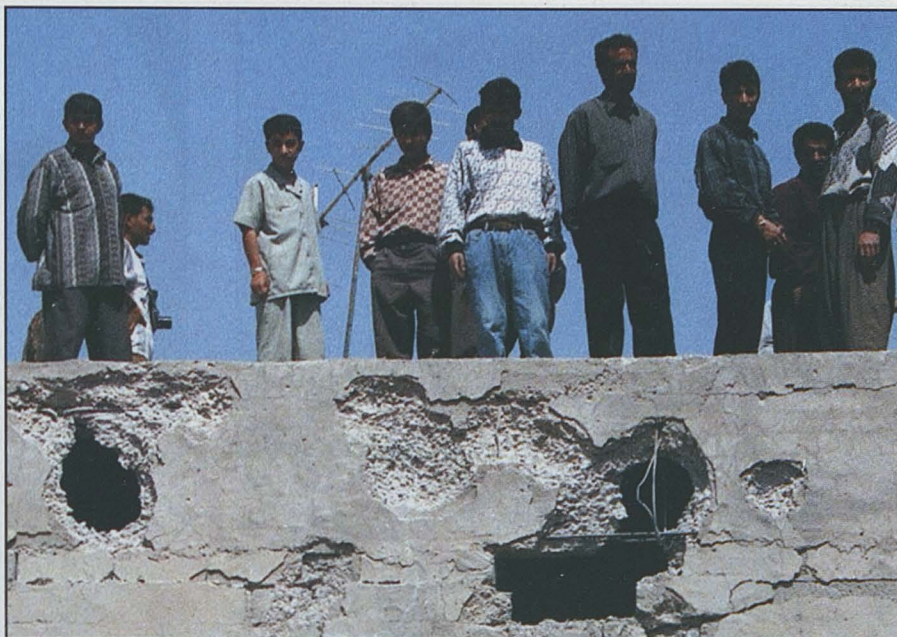
Em Moscou, o governo russo condenou o ataque, considerando-o inconveniente para a paz no Oriente Médio e uma afronta às resoluções da ONU. Ao reunir-se com autoridades russas, o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), George Robertson, fez questão de anunciar que a entidade não tinha qualquer envolvimento com o ataque, iniciativa exclusiva de Washington e Londres.

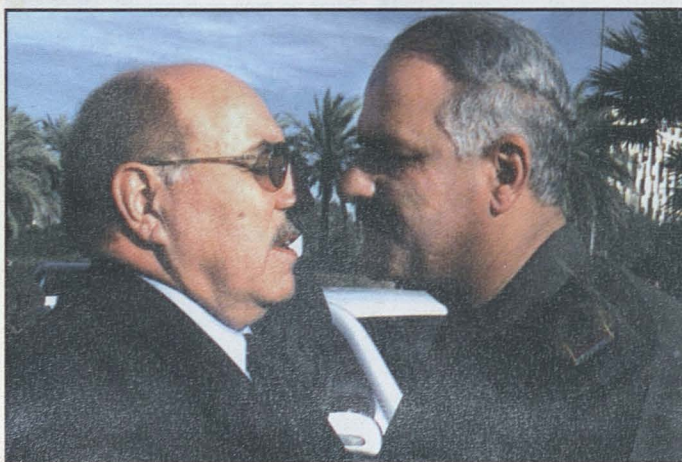
As perspectivas não são boas. Além da sempre quente questão econômica do petróleo, os árabes têm se movimentado politicamente em torno do retrocesso na questão palestina - que culminou com a eleição do líder de extrema-direita Ariel Sharon para primeiro-ministro de Israel, com declarado programa de confronto, quando a paz defi-



As primeiras bombas de Bush, em fevereiro, antes mesmo do ataque a Bagdá, foram no sul, na região costeira de Bassorá, matando sete civis e destruindo 17 casas. Abaixo, homem mostra o ponto onde explodiu uma das bombas.

Ao lado: uma das casas atingidas; o pequeno Xaquir Nazir no hospital, depois de atingido por estilhaços das explosões, e mulheres pranteando os seis mortos do dia 21 de janeiro, na província de Muthanna, um dia após a posse de Bush





A indignação internacional contra os bombardeios norte-americanos e britânicos motivou líderes políticos e artistas de várias nacionalidades a visitarem Bagdá, em solidariedade ao povo iraquiano. É o caso da famosa atriz síria Raghda (foto acima, à esq.), que assiste a um comício na capital iraquiana, e do cantor egípcio Ihab Toufik (foto acima), o qual, junto com uma delegação de 180 artistas e personalidades de seu país, desembarcou no Aeroporto Internacional Saddam, logo no dia seguinte ao ataque.

No terreno econômico, as últimas agressões também aceleraram a assinatura de diversos contratos. Na foto ao lado, o ministro russo de Energia, Alexander Gavrín, caminha com o ministro iraquiano de Petróleo, Amer Rashid, durante a reunião que tratou da cooperação entre ambos os países. Na foto à esquerda, embaixo, o ministro de Irrigação do Iraque, Mahmud Diab al-Ahmad, recebe o seu colega da Síria, Taha al-Atrash, que visitou o país para discutir acordos nessa área.

A direita, ao lado, um grupo de vinte ativistas norte-americanos dos direitos humanos, que se opõem às sanções, chega a Bagdá junto com uma delegação médica da Jordânia, chefiada pelo próprio ministro da Saúde de Amman, Tareq Suheimat



nitiva parecia quase à mão. A omissão dos Estados Unidos, seja pela transição de governo, seja por interesse em manter a crise, foi vista como estímulo à ala extremista judaica.

Quanto à questão iraquiana, Powell encontrou ambiente diplomático francamente favorável a Saddam Hussein e cada vez mais inconformado com a manutenção das sanções impostas pela Casa Branca, através da ONU. As sanções envolvem bombardeios aéreos regulares, na zona de exclusão, a propósito de destruir alvos militares, e o prosseguimento de verdadeiro genocídio (um milhão de mortes, em dez anos), decorrente das restrições econômicas (leia a reportagem de Edouard Bailby na página 61).

Os passos mais recentes da diplomacia árabe significaram ainda gestos de profundo apoio a Saddam Hussein. O Egito e a Síria acabam de firmar tratados de livre comércio com o Iraque.

Promovendo o terrorismo

Causa profundo mal-estar, ainda, a confirmação de que Bush decidiu estimular ações clandestinas contra Saddam Hussein. O Congresso norte-americano autorizara uma verba de 98 milhões de dólares para esse tipo de ação, a ser realizada pelos serviços secretos através do uso de agentes do grupo opositorista Congresso Nacional Iraquiano (CNI), sediado formalmente em Londres. Conhecido por fracassos anteriores, o CNI não entusiasmava a equipe de Bill Clinton, que não fez uso da verba autorizada.

Mal assumiu, porém, George Bush liberou quatro milhões de dólares para o CNI, indicando que a verba será totalmente empregada em pouco tempo. O plano inclui instalar bases do CNI nas zonas de exclusão (no sul e no norte do

Iraque), para ações destrutivas contra o regime de Saddam.

Isto significa, segundo exemplos anteriores desse tipo de atividade secreta dos Estados Unidos, a promoção de terrorismo aberto. A agência de espionagem norte-americana (CIA), o Pentágono e o próprio vice-presidente, Dick Cheney - outro nome da Guerra do Golfo, quando era secretário de Defesa - já expressaram apoio ao financiamento de ações clandestinas através do Congresso Nacional Iraquiano.

O anunciado plano de estrangular o Iraque apenas pelo lado militar e estudar para breve algum relaxamento nas sanções econômicas - resultado explícito do encontro de George Bush com o inglês Tony Blair, no final de fevereiro, duas semanas após os bombardeios - apresenta confiabilidade muito baixa, diante das práticas agressivas de Washington. (Procópio Mineiro) ■



CAPA Iraque

Na Câmara, a condenação às bombas contra o Iraque

O fato de o Brasil não reatar as relações comerciais com Bagdá, que no passado foram muito fortes, é duramente criticado no Parlamento

OS PROTESTOS INTERNACIONAIS contra o bombardeio de Bagdá, realizado por aviões norte-americanos e ingleses, continuam, já agora em face das ameaças dos Estados Unidos de voltar ao ataque. Protestos também se verificaram no Brasil. O deputado Neiva Moreira (PDT-MA), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara Federal, ocupou a tribuna para denunciar a origem e a natureza do cerco militar ao Iraque.

Sobre as razões políticas da guerra no Iraque, declarou: "Os Estados Unidos e alguns poucos aliados europeus como a Inglaterra, que consideram o Golfo, com as suas riquezas, um curral



Foto: Cedoc

Deputado Neiva Moreira: 'O Iraque resistiu ao implacável bloqueio norte-americano, que impôs ao povo sacrifícios imensos'

dominado por seus interesses econômicos, não aceitavam em Bagdá um governo autônomo, que vinha fazendo uma administração progressista no país e estruturava sua própria defesa, sem submissão aos interesses estratégicos e econômicos de Washington. E por isso teria de desaparecer. O Iraque resistiu, mesmo depois da guerra. Mas o implacável bloqueio norte-americano impôs ao povo sacrifícios imensos. Mais de um milhão de mortos, sobretudo crianças, prejuízos econômicos incontáveis e um isolamento internacional do qual, com decisão e a compreensão de muitos governos, o país está saindo."

"O último bombardeio" - continuou o deputado Neiva -, "absolutamente sem justificativa estratégica, foi apenas uma advertência do Sr. Bush de que o seu governo não aceita que o Iraque supere as trágicas consequências do bloqueio e assuma a sua tradicional posição independente. Mas tudo indica que o seu gesto belicista resultou muito negativo para o governo norte-americano e está provocando muitos protestos e reações diplomáticas favoráveis ao governo de Bagdá. Não houve, a não ser em Israel, na Polônia e no Canadá (sempre o Canadá), o apoio de qualquer outro governo ao bombardeio. Na Europa, as condenações foram significativas, expressas na condenação do governo francês".

O deputado destacou ainda que "o Mundo Árabe reagiu unânime contra, e mesmo países dominados pelos interesses norte-americanos, como a Arábia Saudita e outros governos do Golfo, de-



Após os bombardeios de fevereiro, Saddam Hussein reuniu o seu gabinete para avaliar as consequências econômicas, políticas e sociais da nova agressão dos Estados Unidos

saprovaram o bombardeio. Em Israel, o temor é que um ataque dessa natureza transforme o Iraque em vítima - como de fato o é - e torne mais difícil o processo de paz na região”.

Brasil se deixa prejudicar

O deputado Neiva Moreira, a propósito da situação do Iraque, chamou a atenção para o estado atual das relações com o Brasil e dos enormes prejuízos que a virtual interrupção do intercâmbio econômico resulta para o nosso país.

“Reitero aqui uma observação que já tenho feito em outras oportunidades, inclusive na nossa Comissão de Relações Exteriores. Muitos governos, mesmo de países capitalistas, não aceitaram as imposições norte-americanas e continuam com suas embaixadas abertas em Bagdá. Lamentavelmente, o Brasil não está entre esses países. As perdas comerciais brasileiras são imensas. É uma posição injustificável que encontra negativa repercussão em diferentes países e permite que se faça um julgamento de que nossas decisões diplomáticas passam sempre pelo meridiano de Washington. Aqui, na Câmara, a condenação a essa posição do nosso governo encontra ressonância entre numerosos deputados de diferentes partidos”, disse Neiva.

O parlamentar maranhense expressou sua esperança numa próxima mudança de postura por parte do governo brasileiro: “O Itamarati tem novo ministro, o professor Celso Lafer, que leva à Casa de Rio Branco uma tradição de profundo conhecimento das relações internacionais e de uma avaliação correta sobre os interesses do nosso país. É urgente que esse lamentável erro diplomático, tão danoso ao Brasil, seja corrigido, com a reabertura da nossa embaixada em Bagdá. Isto poderia ser um sinal positivo de uma nova visão da nossa política externa”, concluiu o deputado Neiva Moreira. ■

Conceitos de revolução e de unidade árabe

Em entrevista a *cadernos*, em Bagdá e Havana, nos primeiros anos do atual regime, líderes iraquianos definem princípios ideológicos do processo

A REVISTA *CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO* sempre acompanhou os processos de transformação política, econômica e social dos países em desenvolvimento. Dirigentes de revoluções anticolonialistas ou de movimentos progressistas na África, Ásia e América Latina nos concederam, antes mesmo de suas vitórias ou já instalados no poder, entrevistas à época de grande repercussão.

O líder da revolução do Iraque, Saddam Hussein, foi um deles. Ele recebeu os nossos repórteres Neiva Moreira e Beatriz Bissio em mais de uma oportunidade.

Em uma entrevista que lhes concedeu no palácio presidencial de Bagdá nos anos iniciais do atual regime, falou longamente sobre as pressões internacionais contra o regime iraquiano, já então capitaneadas pelos Estados Unidos, e assinalou que o alvo desses ataques não era apenas o seu país, mas toda a Nação Árabe, por suas riquezas e decisiva posição geoestratégica. Saddam defendeu com firmeza a unidade dos países árabes. Declarou, na ocasião:

Unidade árabe

“A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi separada em pedaços, e numerosas forças internacionais estão a atuar contra os seus interesses. Mas os povos

árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por esta verdade histórica e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos ativamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada de uma maneira ou de outra, e que isso vai ao encontro da vontade do povo árabe e do desafio da História, porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.”

Nicarágua

Em outra entrevista durante a VI Conferência dos Países Não-Alinhados em Havana, em outubro de 1979, os enviados especiais de *cadernos do terceiro mundo* chamaram a atenção de Saddam para as acusações que lhe eram feitas, de que se envolvia em processos revolucionários no mundo. (*cadernos* nº-18, novembro de 1979.)

Saddam negou que esse apoio se dirigisse a ações militares, mas não ocultou sua cooperação com os revolucionários nicaraguenses. Foi claro:

“Não creio que tenha havido um único povo no mundo que, lutando pela sua liberdade e, ao pedir apoio moral e material ao Iraque, não o tenha recebido. Há anos que temos seguido essa política.

Tivemos relações e contatos com os militares nicaraguenses muito antes da sua vitória. Agora oferecemo-lhes a-



Foto: Cedoc

Beatriz Bissio e Neiva Moreira entrevistam Saddam Hussein em Havana, em 1979

poio, de acordo com as nossas disponibilidades e com a possibilidade que eles têm de utilizar essa ajuda em projetos concretos. Estamos dispostos e com vontade de lhes prestar essa ajuda dentro das bases já estabelecidas."

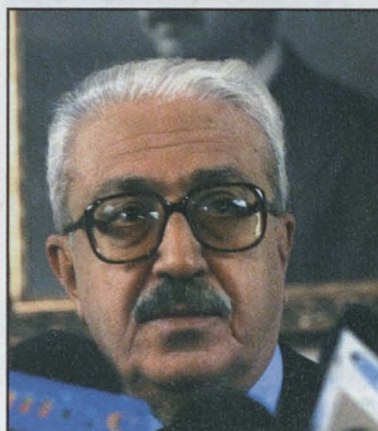
Perguntamos então se o Irã estaria em um caminho revolucionário.

Saddam responde: "É natural que a queda do Xá tenha sido acolhida com alegria por todos os povos que lutam nas diferentes partes do mundo. O regime do Xá estava ligado às engrenagens do imperialismo e dos interesses que ele defende."

No entanto, as lutas do Terceiro Mundo têm características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma tirania, mas em que medida pode erradicar de um regime essas características e instalar no seu lugar outro que corresponda aos interesses do povo?

Para alcançar uma mudança profunda do regime, são necessárias medidas muito concretas, de modo a defender claramente os interesses populares. Não basta remover um regime ditatorial e reacionário.

Se os que tomaram o poder no seu lugar não forem revolucionários, nunca poderão reunir as condições que são necessárias ao processo das mudanças revolucionárias.



Tarik Aziz: 'Criar organismos através dos quais o povo exerça a democracia'

Para edificar um regime revolucionário, em que o povo detenha realmente os recursos do Estado e realize as suas aspirações de uma maneira responsável, têm que existir metas definidas e uma clara demarcação antiimperialista."

As conquistas populares

Tarik Aziz, atual vice-presidente, já atuava então como colaborador direto de Saddam Hussein e respondeu a uma pergunta dos nossos jornalistas sobre as acusações de que não haveria participação popular no regime iraquiano:

"Bem, é claro que, para os capitalistas, para os imperialistas, num país

onde se desenvolve um processo revolucionário, há uma ditadura. Eles dirão sempre que a participação popular não é tão vasta como deveria ser, porque eles extraem as suas idéias da ideologia liberal e das fórmulas liberais do governo.

Nós temos uma concepção diferente de democracia e da participação popular. Atualmente, temos no Iraque um milhão de trabalhadores a exercerem uma participação democrática real, através da Organização Federal de Trabalhadores.

Temos um número ainda maior de camponeses que exercem uma participação democrática em todo o país, através das suas organizações.

Temos milhares de estudantes, centenas de milhares de mulheres, de profissionais de todos os ramos, que participam democraticamente na vida pública em toda a largura e comprimento do país. Eles têm um substancial poder de decisão cada vez mais crescente, não somente nas suas questões específicas, mas também em assuntos econômicos e sociais.

Temos também o partido. Trata-se de um partido popular, que existe em cada célula da sociedade, e que estimula as massas para que exerçam a democracia revolucionária e para que participem das lutas sociais no âmbito de todo o país.

Eu, pessoalmente, conversei com jornalistas norte-americanos e de outros países ocidentais que visitaram o Iraque e que criticavam esse aspecto.

Demonstrei-lhes que, no nosso país, se houvesse eleições entre as bases, uma eleição liberal tradicional, venceríamos por uma esmagadora maioria.

De modo que não temos nenhuma preocupação sobre isso.

Nós acreditamos que no Iraque já superamos a primeira fase do processo revolucionário do nosso país. Entramos na segunda etapa, a de desenvolvimento.

Devemos agora criar novos organismos, novas organizações, através dos quais o povo exerça a democracia." ■



Dez anos de embargo

Norte-americanos e ingleses continuam a bombardear sistematicamente o território iraquiano, onde o cerco econômico ocidental comanda um genocídio: de 23 por mil, a mortalidade infantil já alcançou o preocupante índice de 131 por mil

Edouard Bailby

A PESAR DO EMBARGO DECRETADO EM 1991 PELA ONU, 45 países participaram da última Feira Internacional de Bagdá. A França se fez representar por 130 empresas, 30% a mais do que em 1999. Isto comprova que as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos estão dividindo os antigos aliados da Guerra do Golfo. Enquanto os aviões norte-americanos e britânicos continuam largando bombas a cada semana sobre o Iraque, para destruir objetivos militares, países europeus e árabes procuram restabelecer um diálogo construtivo com Saddam Hussein, para aliviar os sofrimentos da população. No entanto, o presidente George W. Bush, logo que se elegeu, já mandou dizer que pretende "revitalizar" as sanções. De que maneira?

Antes da Guerra do Golfo, o Iraque era um dos países mais desenvolvidos do Oriente Médio. Com o embargo, está numa situação pior do que certas regiões do Terceiro Mundo.

Aprovada pela ONU no ano passado, a resolução 986 (petróleo por alimentos) melhorou um pouco a situação da população. Mas as condições de vida continuam dramáticas. Em dez anos, a mortalidade infantil passou de 23 por mil para 131 por mil, uma das mais altas do mundo. Alguns hospitais não têm lençóis de cama para os doentes. A tuberculose, a cólera e a febre tifóide rea-



Antes da Guerra do Golfo, o Iraque era um dos países mais desenvolvidos do Oriente Médio. Com o embargo zelosamente capitaneado pelos Estados Unidos, o país está numa situação pior do que certas regiões do Terceiro Mundo. Na foto, manifestantes pedem o fim das sanções e queimam a bandeira dos Estados Unidos em Bagdá



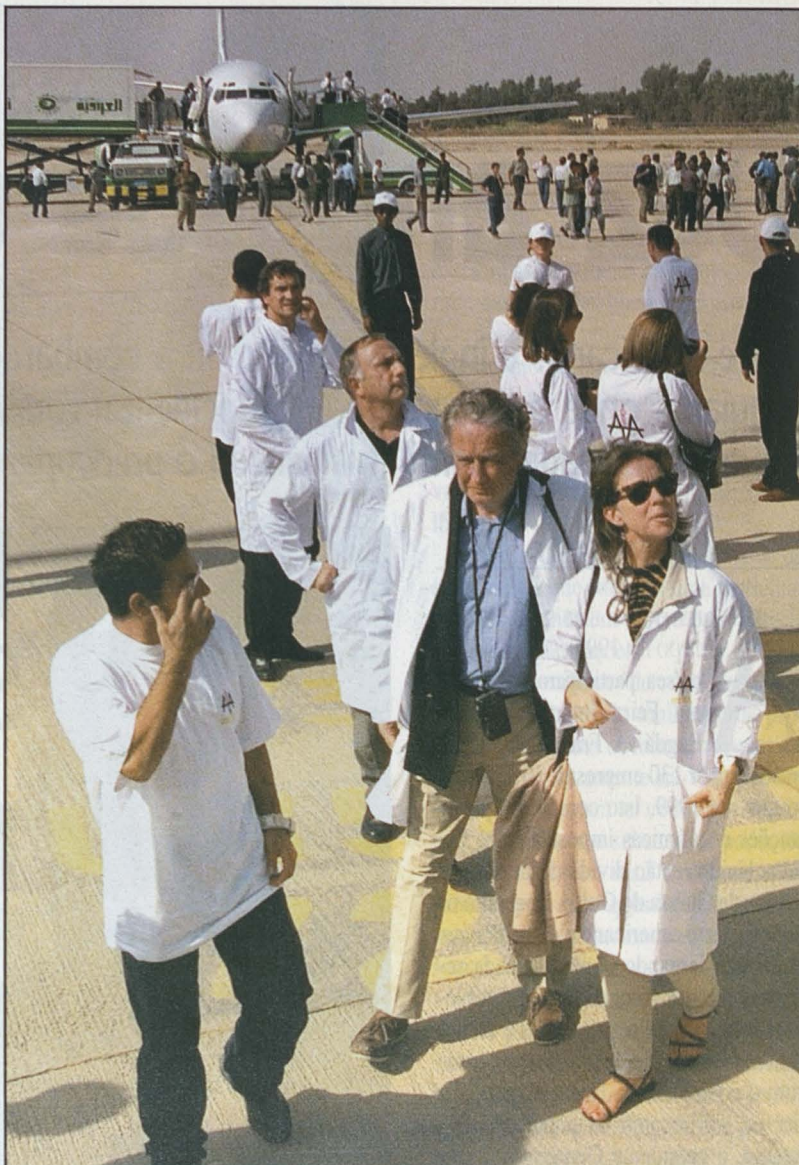
CAPA Iraque

pareceram. Apenas 40% dos iraquianos dispõem de água potável. Num livro recentemente publicado, *Irak apocalypse*, o sacerdote francês Jean-Marie Benjamin fornece detalhes impressionantes sobre a contaminação provocada pelo urânio empobrecido das bombas aliadas. Destruidas pela guerra, muitas fábricas não puderam ser reconstruídas por falta de material. Resultado: desemprego altíssimo. O salário médio varia entre cinco e oito dólares por mês. Uma galinha custa um dólar, um pneumático corresponde ao salário anual de um professor do ensino primário.

Durante as aulas, alunos desmaiam de fome. Na universidade, a situação é dramática: nenhum livro, nenhuma revista científica desde 1991. Segundo a organização não-governamental francesa Première Urgence, estudantes são obrigados a interromper os estudos, de dois em dois anos, para trabalhar e ganhar algum dinheiro.

“A satanização de Saddam Hussein é irreal, pois apenas serviu para oprimir um povo inocente”, declarou em Bagdá um diplomata ocidental à revista francesa de direita *Valeurs Actuelles*. Coordenador humanitário da ONU no país, Dennis Halliday demitiu-se do cargo em 1998, explicando que “as sanções eram um dispositivo brutal e desumano”. Em março de 2000, foi o seu sucessor, Hans von Spoeneck, que também se afastou, denunciando a aberração do embargo que agrava os sofrimentos de 22 milhões de habitantes.

O embargo não inclui vôos comerciais. Mas a compra de passagens aéreas e querosene é considerada pelos Estados Unidos, que se opõem a qualquer tipo de tráfego aéreo normal, como transações comerciais. Porém, com a reabertura do aeroporto de Bagdá, em agosto passado, aviões fretados por ONGs da França, Rússia, Turquia, Marrocos e de outros países desrespeitaram a vontade de Washington, trazendo alimentos, livros escolares, remédios e equipamentos para os hospitais.





O sorriso inocente de Maryam Hamza, de sete anos, no abraço ao pai, esconde uma tragédia: contaminada pelas armas ocidentais de urânio empobrecido, ela sofre de leucemia e já perdeu a visão. O pequeno Sajed Ali, outra vítima da leucemia, está num hospital de Bassorá, ao lado da mãe. No mesmo hospital e também com leucemia, Zahra Hussein cochila e talvez sonhe com outros tempos. Nos últimos 10 anos, o Iraque sofre verdadeira epidemia de câncer, que atinge sobretudo crianças, devido aos efeitos dos materiais radiativos usados nas bombas e foguetes lançados pelos Estados Unidos e a Inglaterra. Na página ao lado, mulher num mercado, onde há sacos de farinha de trigo do programa Petróleo por Comida. Acima, o vôo histórico francês de setembro de 2000: 30 médicos desembarcam em Bagdá para prestar ajuda humanitária, apesar da tentativa norte-americana de impedir a viagem



A França é o país da União Européia que mais claramente se opõe ao embargo. Já não participa das missões aéreas de bombardeios sobre o Iraque, ao lado dos aparelhos norte-americanos e britânicos.

Embora respeitando as decisões da ONU, procura todas as brechas possíveis para firmar a sua presença no Iraque. Não restabeleceu as relações diplomáticas com Bagdá. No entanto, abriu, em 1995, uma "seção de interesses", sob a bandeira da Romênia, irritando Washington. Funciona como verdadeiro posto diplomático, dando vistos para todos os países da zona Schengen, dentro da União Européia. O seu chefe, André Janier, fala fluentemente o árabe. Último diplomata a deixar Bagdá durante a ofensiva terrestre das forças aliadas, quando era encarregado de negócios da França, foi posteriormente embaixador no Catar, no Iêmen e no Chade. Desde maio de 1999, dirige a "seção de interesses franceses".

Por causa do embargo, Janier só pode deixar o Iraque por via terrestre. Em 18 meses, André Janier fez quinze vezes, pela estrada, o percurso Bagdá-Amman, na Jordânia, ida e volta, jornada de 12 horas de carro.

Graças à política do governo do primeiro-ministro socialista Lionel Jospin, apoiada pelos verdes e comunistas, a França é hoje o primeiro parceiro comercial do Iraque.

Em 1997, o governo francês abriu um centro cultural, que continua sendo o único centro estrangeiro no país, convidando artistas, conferencistas e escritores. Antes da Guerra do Golfo, aliás, as relações culturais e econômicas entre Paris e Bagdá sempre foram estreitas.

Apesar do embargo, que o presidente Bush quer "revitalizar", o Iraque deixou de ser uma nação isolada, como Cuba. Importa agora que redescubra as liberdades democráticas, sem ceder à intransigência de Washington. ■



À margem da ONU

Dez anos depois da intervenção multinacional contra o Iraque, o novo presidente republicano prescinde da ONU para exibir a hegemonia militar dos Estados Unidos

Gustavo Luca de Tena

NO BOMBARDEIO DA SÉRVIA, os norte-americanos atuaram à margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Naquela ocasião, atacaram, entre outros objetivos civis (fábricas, áreas residenciais, transportes públicos), a embaixada da República Popular da China, para acabar com o sistema eletrônico anti-aéreo que aparentemente derrubara o Stealth, o bombardeiro invisível fabricado pela indústria de guerra da Califórnia. Agora, os Estados Unidos desafiam a opinião pública mundial, atacando de surpresa o sistema aéreo por fibra ótica instalado por técnicos chineses no sul de Bagdá.

A recém-renovada presidência dos Estados Unidos recupera o estilo da última presidência republicana e qualifica

de rotineiros (e, portanto, legais) esses bombardeios. Ou inverte a realidade como costumava fazer o Bush velho. Se não, vejamos a seguinte frase de Bush, o filho: "A nossa preocupação é que o mundo seja um lugar o mais pacífico possível", pronunciada numa entrevista coletiva sobre o recente bombardeio.

O ataque, sem cobertura diplomática, prova a urgente necessidade imperialista de combater todos os sistemas, que, eventualmente, possam resistir a suas forças militares. Um primeiro passo nessa direção foi o ataque ao submarino russo de última geração Kursk, em águas do Ártico, confirmado pelo governo de Moscou. Sem capacetes nucleares capazes de permanecer por longos períodos abaixo da superfície polar, a arma nuclear estratégica russa é inexistente. O efeito psicológico de derrota sobre esse resíduo-chave do poder da ex-URSS é

maior ainda, pelo fato de ter acontecido nas próprias costas russas e pela impotência demonstrada pela administração Putin. A partir desse "incidente", Washington está fazendo de tudo para resuscitar o clima de Guerra Fria.

Casualidade impossível

A outra frota nuclear que desaparece, coincidentemente com o novo perfil do poder global, é a britânica: uma tecnologia caríssima e de difícil renovação na atual filosofia de corte do gasto público do Reino Unido. A última leva de submarinos nucleares à margem do controle direto norte-americano é a francesa, da Force de Frappe criada por De Gaulle. Qualquer outra intervenção para obter informação sobre os sistemas de defesa norte-americanos, como a do navio oceanográfico japonês, em Pearl Harbour, acabou neutralizada.

As consequências diplomáticas do retorno à questão de Bagdá estão à vista: um novo golpe sobre a União Européia, com o complemento de artilharia do governo de Londres, o mais significativo dissidente interno do euro. Mais uma agressão contra o Iraque, país ao qual a França está vendendo tecnologia média desde 1980; mais um golpe ao processo de constituição do sistema de defesa próprio da União Européia.

Ao mesmo tempo, uma ajudinha extra a Ariel Sharon, o carniceiro de Sabra e Chatila, o candidato dos republicanos, mediante o alarme (tão difícil de acreditar como em 1991) de um possível ataque, com armas químicas, de Saddam Hussein contra Israel.

Como avisou, durante a campanha presidencial, o Nobel de Economia Robert Solow, a ameaça de inflação norte-americana pode desaparecer com mais uma boa guerra, como provaram Ronald Reagan e Bush velho, que rende uma esticada generosa dos contratos de armas por conta do Estado. ■

*Extraído do semanário galego 'A Nossa Terra'



As sanções econômicas e os bombardeios são repudiados a cada dia por um número mais significativo de lideranças, em todas as partes do mundo. Na foto, o ex-procurador geral de Justiça dos EUA, Ramsey Clark, protesta diante dos escritórios da ONU em Bagdá

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



 **PREFEITURA**
Trabalho e Honestidade

JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

